RESOLUÇÃO – CONSUNI Nº 003/2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem, grau acadêmico Bacharelado, modalidade Presencial, vinculado ao Instituto de Ciências da Saúde – Universidade Federal de Jataí.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, reunido em sessão plenária realizada no dia 22 de janeiro de 2025, e considerando:

a) o que consta no processo eletrônico SEI nº 23854.004934/2023-70;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem, determinadas pela Resolução CNE/CES Nº. 3, de 7 de 16 novembro de 2001 (Brasil, 2001);

c) Resolução CNS Nº 573, de 31 de janeiro de 2018 (Brasil, 2018);

d) A inserção curricular da extensão (Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018);

c) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20/12/1996, suas alterações e regulamentações;

d) Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE);

e) Resolução – CONSUNI Nº 010/2023;

f) Regulamento Geral dos Cursos de Graduação, em vigor (Resolução – CEPEC/UFG Nº 1791, DE 07 de outubro de 2022);

g) Diretrizes para Elaboração de PPCs para os cursos da UFJ, contidas na Instrução Normativa PROGRAD/UFJ nº 01/2020 R;

h) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

i) Lei nº 7.498 de 25/07/1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, nos dispostos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017) e no Conselho Federal de Enfermagem (Resolução COFEN nº 0509/2016 e Parecer Normativo COFEN nº 004/2017).

j) Regimento e Estatuto da UFJ;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem, grau acadêmico Bacharelado, modalidade Presencial, vinculado ao Instituto de Ciências da Saúde – Universidade Federal de Jataí, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jataí, 22 de janeiro de 2024.

Prof. Dr. Christiano Peres Coelho
Reitor da Universidade Federal de Jataí

ANEXO À RESOLUÇÃO – CONSUNI Nº 003/2025

UNIVERSIDADE FEDERAL JATAÍ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

GRAU ACADÊMICO: BACHARELADO

JATAÍ - GO
2024

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

GRAU ACADÊMICO: BACHARELADO

Elaborado por:

Profa. Dra. Karynne Borges Cabral

Profa. Dra. Cácia Régia de Paula;

Profa. Dra. Letícia Palota Eid

Profa. Dra. Lívia Cristina de Resende Izidoro

Profa. Dra. Marlene Andrade Martins

Profa. Dra. Reila Campos Guimarães de Araújo

Profa. Dra. Valquíria Coelho Pina Paulino

Profa. Dra. Yolanda Rufina Condorimay Tacsi

Revisão Interna:

Profa. Dra. Elaine Miguel Delvivo Farão

Profa. Me. Hellen Cristina Sthal

Profa. Dra. Giulena Rosa Leite

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof. Christiano Peres Coelho

Reitor

Profa. Alana Flávia Romani

Vice-Reitora

Profa. Sandra Aparecida Benite

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Maria José Rodrigues

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Profa. Núbia de Souza Lobato

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação Tecnológica

Profa. Erin Caperuto de Almeida

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Esporte

Prof. Marcos Wagner de Souza Ribeiro

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Profa. Graziele Alves Amaral

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Profa. Eva Aparecida de Oliveira

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Prof. Danival Vieira de Freitas

Pró-Reitor de Planejamento

Revisão técnica

Lázara Cristhiane de Assis

Michelle Rocha Parise

Franciane Barbieri Fiório

CURSO DE ENFERMAGEM

Prof. Wagner Gouvêa dos Santos
Diretor do Instituto de Ciências da Saúde

Profa. Franciane Barbieri Fiório
Vice-Diretora do Instituto de Ciências da Saúde

Profa. Dra. Reila Campos Guimarães de Araújo
Coordenadora do Curso

Profa. Dra. Lucila Pessuti Ferri
Vice - Coordenadora do Curso

Profa. Dra. Cácia Régia de Paula
Coordenadora de Estágios

Profa. Dra. Marlene Andrade Martins
Vice - Coordenadora de Estágios

Profa. Dra. Lívia Cristina de Resende Izidoro
Coordenadora dos Laboratórios de Enfermagem

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Profa. Dra. Karynne Borges Cabral
Presidente

Membros

Profa. Dra. Cácia Régia de Paula;

Profa. Dra. Letícia Palota Eid

Profa. Dra. Lívia Cristina de Resende Izidoro

Profa. Dra. Marlene Andrade Martins

Profa. Dra. Reila Campos Guimarães de Araújo

Profa. Dra. Valquíria Coelho Pina Paulino

Profa. Dra. Yolanda Rufina Condorimay Tacsi

COLEGIADO DO CURSO

Profa. Dra. Berendina Bouwman

Profa. Dra. Cácia Régia de Paula

Profa. Dra. Cristiane José Borges

Profa. Dra. Giulena Rosa Leite

Profa. Ms. Juliana Burgo Godoi Alves

Profa. Dra. Karynne Borges Cabral

Profa. Dra. Lucila Pessuti Ferri

Profa. Dra. Letícia Palota Eid

Profa. Dra. Lívia Cristina de Resende Izidoro

Profa. Dra. Ludmila Grego Maia

Profa. Dra. Marlene Andrade Martins

Profa. Dra. Marise Ramos de Souza

Profa. Dra. Reila Campos Guimarães de Araújo

Profa. Dra. Valquiria Coelho Pina Paulino

Profa. Dra. Yolanda Rufina Condorimay Tacsi

UFJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	08
2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO	09
2.1 Nome do Curso	09
2.2 Unidade Acadêmica	09
2.3 Área de Conhecimento	09
2.4 Modalidade	09
2.5 Grau Acadêmico	09
2.6 Título	09
2.7 Habilitação ou Ênfase	10
2.8 Carga Horária Total do Curso e de Aulas	10
2.9 Turno	10
2.10 Vagas	10
2.11 Integralização	10
3. HISTÓRICO DO CURSO	10
4. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	12
5. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	12
5.1 Marco Referencial	13
5.2 Marco Geográfico	14
5.3 Marco Motivacional	15
5.4 Marco Operativo	15
5.5 A Prática Profissional	16
5.6 A Formação Técnica	18
5.7 A Formação Ética e a Função Social do Profissional	19
5.8 Articulação Entre Teoria e Prática	20
5.9 Interdisciplinaridade	21
5.10 Integração Ensino – Pesquisa – Extensão	24
5.10.1 Monitoria	24
5.10.2 Pesquisa; Grupos de Pesquisa e Iniciação Científica	25
5.10.3 Inserção Curricular da Extensão	27
5.10.4 Programa de Educação Tutorial (PET)	28
5.11 Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação	29
5.12 Atividades de Pesquisa; Extensão e Prática Profissional	31
6. CONTEXTO POLÍTICO, DIDÁTICO E PEDAGÓGICO	35
6.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	35
6.2 Objetivos do curso	38
6.2.1 Objetivo Geral	38
6.2.2 Objetivos Específicos	38
7. PERFIL DO CURSO E PERFIL DO PROFISSIONAL DO EGRESSO	39
7.1 Perfil do Curso	39
7.2 Perfil e Habilidades do Egresso	40
8. ESTRUTURA CURRICULAR	44
8.1 Matriz Curricular	45
8.2 Tabela de Equivalência	48
8.3 Quadro Resumo da Carga Horária	49
8.4 Sugestão de Fluxo	50
8.5 Estratégias de Ensino – Aprendizagem, Acompanhamento, Acessibilidade Metodológica e Autonomia Discente	54
9. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	55

9.1 Estágio Curricular Obrigatório _____ 56
9.2 Estágio Curricular Não Obrigatório _____ 57
9.3 Aproveitamento de competências Profissionais _____ 58
10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES _____ 60
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO _____ 62
12. EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR _____ 63
13. APOIO DISCENTE _____ 66
13.1 PNAES _____ 66
13.2 Apoio Psicopedagógico ao Discente _____ 71
13.3 Apoio à Participação em Eventos _____ 73
13.4 Mecanismos de Nivelamento / Monitoria _____ 74
13.5 Acompanhamento de Egressos _____ 74
13.6 Representação Estudantil _____ 75
13.7 Divulgação de Produção Discente _____ 76
14. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 76
14.1 Coordenação do Curso _____ 77
14.2 Regime de Trabalho da Coordenação do Curso e Atuação _____ 78
14.3 Colegiados que Participam da Gestão do Curso _____ 79
15. AVALIAÇÕES _____ 80
15.1 Autoavaliação Institucional _____ 80
15.2 Avaliações Externas _____ 81
15.3 Processo Autoavaliativo do Curso e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) _____ 83
16. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM _____ 85
17. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM _____ 85
17.1 Abordagens Metodológicas Avaliativas _____ 86
17.2 Avaliação do Processo de Ensino – Aprendizagem da Instituição _____ 87
17.3 Avaliação do Processo de Autonomia Discente _____ 87
17.4 Coerência do Sistema de Avaliação com a Fundamentação Teórica-Metodológica do Curso_____ 88
18. NÚMERO DE VAGAS _____ 88
18.1 Contexto _____ 88
18.2 Adequação do Corpo Docente e Coordenador _____ 89
19. CORPO DOCENTE _____ 89
19.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE) _____ 90
19.2 Titulação do Corpo Docente e Regime de Trabalho _____ 91
19.3 Política de Qualificação de Docentes e Técnico-Administrativo _____ 93
20. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA _____ 94
21. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS _____ 103
22. POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DOS ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS 108
23. EMENTAS, BIBLIOGRÁFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DOS COMPONENTES CURRICULARES _____ 109
24. REFERÊNCIAS _____ 139

1. INTRODUÇÃO

O Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Jataí (UFJ) foi criado no ano de 2007, por meio da Resolução CONSUNI nº 15/2007 de 01 de junho de 2007, no contexto da expansão universitária, com liberação de recursos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que objetivou a ampliação das instituições Federais de Ensino superior (IFES) (Brasil, 2007; Brasil, 2014).

Considerando o processo emancipatório do Campus de Jataí e, consequentemente, a criação da Universidade Federal de Jataí (UFJ) em 2018 (Brasil, 2018), torna-se fundamental que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Enfermagem, reformule e atualize o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com o objetivo de atender a realidade loco-regional, social, econômica e de formação profissional em que a UFJ se encontra inserida. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Enfermagem da Universidade Federal de Jataí vigente foi implementado em 2014 e ainda não contempla a inserção curricular de Extensão (Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018), sendo necessária sua reestruturação e atualização de forma a atender às normativas atuais para os cursos de graduação em Enfermagem.

A construção do presente documento é resultado do empenho de todo o corpo docente permanente do curso de Enfermagem em adequar o PPC às exigências legais, à rápida expansão do conhecimento moderno e à realidade da profissão de Enfermeiro, levando em consideração os desafios e perspectivas do mercado de trabalho nacional e regional. Tem como principal meta a formação de enfermeiros generalistas, autônomos, humanistas, críticos e reflexivos, qualificados para o exercício da Enfermagem, com base em evidências científicas e ênfase na qualidade e resolutividade no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, a construção desse PPC foi liderada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e discutida nas reuniões colegiadas do Curso, incluindo a participação discente em sua formulação.

A formação curricular dos discentes do Curso de Graduação em Enfermagem da UFJ busca respeitar as diversidades subjetivas, biológicas, mentais, de raça/cor, etnia, etariedade, de orientação sexual, de identidade de gênero, de geração social, econômica, política, ambiental, cultural, ética, espiritual e leva em consideração todos os aspectos que compõem a pluralidade humana e que singularizam cada pessoa, grupo e coletividades.

Tendo em vista a formação curricular e profissional, esse PPC direciona o desenvolvimento deste curso, determinando suas ações, prioridades e estratégias, com o intuito de formar enfermeiros qualificados para o exercício da profissão. Considera a realidade regional, as parcerias e os convênios celebrados com demais instituições de ensino e de saúde e as necessidades da comunidade. Além disso, preza pela integração entre a teoria e a vivência da prática em diversos cenários de atuação do

enfermeiro, incentivando a formação de uma visão holística sobre a saúde do indivíduo, família e coletividade humana e respeitando os princípios éticos e morais da profissão.

Nesta perspectiva, os alunos devem compreender que as ações do enfermeiro devem partir das necessidades da comunidade, da interprofissionalidade, da intersetorialidade, da integração entre teoria e prática, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da necessidade contínua da busca por conhecimento.

Para elaboração deste documento considerou-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem, determinadas pela Resolução CNE/CES Nº. 3, de 7 de novembro de 2001 (Brasil, 2001); o Parecer CNS Nº 573, de 31 de janeiro de 2018 (Brasil, 2018); a inserção curricular da extensão (Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20/12/1996, suas alterações e regulamentações; as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE); o Estatuto da Universidade Federal de Jataí aprovado em Reunião do Conselho Universitário da UFJ realizada em 23 de fevereiro de 2022 e aprovado pelo MEC via Portaria N.º 80, de 22 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2022, no Regimento da UFJ - Resolução – CONSUNI Nº 010/2023; no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (Resolução – CEPEC/UFG Nº 1791, DE 07 de outubro de 2022) e na Lei nº 7.498 de 25/07/1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem. Além disso, considerou-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023-2027) da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

2.1 Nome do curso

Enfermagem (Código E-MEC 107896)

2.2 Unidade Acadêmica

Instituto de Ciências da Saúde (Resolução CONSUNI Nº 010/2023)

2.3 Área de conhecimento

Ciências da Saúde

2.4 Modalidade

Presencial

2.5 Grau Acadêmico

Bacharelado

2.6 Título

Bacharel em Enfermagem

2.7 Habilitação ou ênfase:

Não há

2.8 Carga Horária total do curso e das aulas

A carga horária total do curso é de 4.392 (quatro mil trezentas e noventa e duas) horas. A hora aula é de 60 (sessenta) minutos, sendo 50 (cinquenta) minutos de aulas teóricas e práticas e 10 (dez) minutos de atividades acadêmicas supervisionadas, conforme regimento da graduação em vigor (Resolução – CEPEC/UFG Nº 1791, de 07 de outubro de 2022).

2.9 Turno

Integral

2.10 Vagas

O curso oferta 30 (trinta) vagas anuais, com entrada por meio do Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação / INEP – SISU, que é realizado pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior, por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No caso de vagas remanescentes, pode ocorrer a entrada por meio de editais específicos, para transferência interna, externa e *ex officio*, para reingresso, portador de diploma de graduação, convênios ou acordos culturais, cortesia diplomática, mobilidade acadêmica nacional e internacional, conforme o regimento da graduação em vigor (Resolução – CEPEC/UFG Nº 1791, de 07 de outubro de 2022).

2.11 Integralização

O tempo mínimo de duração do curso é de 5 (cinco) anos, conforme a Resolução CNE/CES nº 4, de 06 de abril de 2009. Portanto, a duração mínima para integralização, conforme o fluxo curricular, é de 10 (dez) semestres.

Apesar de se sugerir uma matriz curricular a ser desenvolvida em 05 anos ou 10 (dez) semestres, como tempo mínimo para graduação, o discente é esclarecido quanto à flexibilidade de organização dessa matriz em tempo mais prolongado, com duração média de 12 (doze) e máxima de 16 (dezesseis) semestres letivos.

3. HISTÓRICO DO CURSO

Com a liberação de recursos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para a ampliação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi criada, em 2005, uma comissão para elaboração do Projeto de Expansão e Consolidação da Universidade Federal de Goiás, no então denominado Campus Jataí. O estudo realizado por essa comissão, apontou a necessidade de melhoria da infraestrutura para os cursos já existentes, tais como: a construção de novos espaços físicos, aquisição de equipamentos e materiais para laboratório, contratação de pessoal técnico-administrativo e de

docentes. Além disso, apontou a necessidade de implantação de novos cursos de graduação na instituição de forma a atender as demandas de formação profissionais existentes na região do sudoeste goiano.

Nesse contexto, foi proposto o aumento no número de vagas nos cursos de graduação já existentes e a criação de novos cursos a serem implantados na Universidade Federal de Goiás – Campus de Jataí. Para escolha dos novos cursos de graduação adotou-se os seguintes critérios: o aproveitamento do quadro de professores e a otimização dos espaços físicos, os quais poderiam ser compartilhados entre os diversos cursos e as necessidades da região. Nesse sentido, houve a proposta de novos cursos das áreas de licenciatura, agrárias, exatas e saúde.

Assim, em 2007, iniciaram-se os cursos de História, Química, Física, Zootecnia, Psicologia e Biomedicina. No ano de 2008 iniciou-se a oferta dos cursos de Ciências da Computação, Enfermagem, Engenharia Florestal e Direito. E em 2009, do curso de Fisioterapia.

O Curso de Graduação em Enfermagem, objeto deste documento, foi criado e autorizado pela Resolução CONSUNI UFG nº 15/07 de 01 de janeiro de 2007. No mesmo ano realizou-se o primeiro vestibular para o curso, com oferta de 30 (trinta) vagas e o curso entrou em efetivo funcionamento com a admissão da primeira turma e início das aulas no primeiro semestre de 2008.

Neste período o curso pertencia à Regional Jataí da UFG, contudo ao longo dos últimos anos, iniciou-se o desmembramento desta, que culminou na criação da Universidade Federal de Jataí, uma universidade autônoma, através da Lei nº 13.635 de 20 de março de 2018. A nomeação da reitoria ocorreu em dezembro de 2019. Atualmente a universidade encontra-se em processo de transição e emancipação.

Nessa conjuntura a UFJ desponta como um grande polo educacional, que tem contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento local, regional e nacional, nas diversas áreas de formação.

Não obstante, o Curso de Graduação em Enfermagem, no ano de 2023, completou 15 anos de funcionamento, já formou 10 turmas e segue contribuindo para a melhoria da assistência à saúde local, regional e nacional, recebendo alunos de vários Estados do Brasil. Em sua última avaliação no ENADE realizada em 2018 e publicada em 2019, o curso obteve nota 5, conforme Relatório Oficial ENADE/2019.

O curso segue pautado nos princípios éticos da profissão de enfermeiro, na crença de indissociabilidade do ensino, pesquisa, extensão e cultura; na integração ensino-serviço, na valorização da interprofissionalidade e na defesa e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1990), por meio de formação qualificada de enfermeiros para o atendimento humanizado e de qualidade em saúde.

4. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O atual PPC do Curso de Graduação em Enfermagem está em vigor desde 2014 e foi aprovado pela Resolução UFG/CEPEC nº 1.312 de 05 de agosto de 2014. Nesse período de vigência, o NDE, os professores do curso, os servidores técnicos e os discentes avaliaram o PPC em diferentes momentos. A partir da análise de potencialidades e dificuldades encontradas no atual PPC e na matriz curricular tornou-se imperativa a atualização do documento, com foco em atender às demandas de educação superior e de saúde municipal, regional, nacional e global. Além disso, é mister considerar a inserção curricular da extensão, as mudanças necessárias na matriz curricular e de revisão e atualização das referências bibliográficas das disciplinas ministradas no curso.

As recentes e profundas transformações nas áreas de educação e saúde, sobretudo na Enfermagem, destacadas pela intensificação e diversificação dos sistemas de prevenção, promoção e proteção da saúde e pelas rápidas modificações na base técnica de tratamentos, desafiam a universidade a redefinir continuamente seus cursos de graduação e pós-graduação. Nessa perspectiva, este projeto pedagógico busca atender a essa atual realidade, incorporando e reagrupando novas áreas de estudo e redefinindo as já existentes.

Esta proposta visa, ainda, criar melhores condições de exercício da interdisciplinaridade e promover o contato com outras áreas do conhecimento e da cultura, favorecendo, assim, um convívio acadêmico mais rico e diversificado. Acredita-se que esta proposta de projeto pedagógico possibilitará a diversificação dos cenários de aprendizagem, a inserção de novas e melhores metodologias ativas para o processo ensino-aprendizagem, a educação orientada para problemas relevantes da sociedade, a flexibilidade, a integralidade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade.

Este projeto entrará em vigor para os discentes ingressos na UFJ a partir do ano de sua aprovação. Aos discentes que ingressaram no PPC antigo, a coordenação do curso auxiliará na avaliação da viabilidade de adesão ou não ao novo PPC e na contabilização do tempo de integralização, respeitando a equivalência de disciplinas e cargas horárias que se fizerem necessárias.

5. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O presente PPC contempla as políticas institucionais constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027 da UFJ, e envolve as Políticas de Ensino - Graduação e Pós-Graduação; Políticas de Pesquisa e Inovação; Políticas de Extensão e Cultura; Políticas Administrativas e de Infraestrutura; Políticas de Planejamento, Avaliação e Informação; Políticas de Ações Sociais e de Assistência Estudantil; Políticas de Internacionalização; Políticas de Comunicação; Políticas de Diversidade, Inclusão e Acessibilidade; Políticas de Esporte e Lazer e Política Ambiental e Sustentável, em consonância com a legislação em vigor e à realidade regional.

Visa articular o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, buscando o exercício de um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve à construção do perfil almejado conforme preconizado no PDI. Visa, também, estimular a socialização do conhecimento produzido, a horizontalidade dos conhecimentos, a vinculação com a comunidade e o suporte no método científico.

5.1 Marco Referencial

O Curso de Graduação em Enfermagem se constrói em bases fortes, nos Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1990), com foco no cuidado integral à saúde individual e coletiva, na articulação ensino, pesquisa e extensão, na integração ensino e serviço, por meio da inserção do discente nas práticas em serviços de saúde desde o início do curso. Nesse contexto, busca-se pelo rompimento da dicotomia entre teoria e prática.

Direciona-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Enfermagem que têm os seguintes princípios norteadores para a formação do Enfermeiro (a):

- Atenção à saúde: os enfermeiros devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, em todos os níveis de complexidade técnica, tendo em vista o cuidado integral, responsabilidade social, formação técnico científica e princípios éticos, desenvolvendo suas ações em serviços públicos, no âmbito do SUS e também, em serviços privados.
- Tomada de decisões: os enfermeiros devem estar fundamentados na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Além disso, os enfermeiros devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas de enfermagem, que sejam mais adequadas às condições clínicas do paciente, família e coletividade, pautado em evidências científicas.
- Comunicação: os enfermeiros devem manter a confidencialidade das informações, a interação com outros profissionais de saúde e usuários e manter boa comunicação escrita, verbal e não verbal.

- Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz.
- Administração e gerenciamento: devem estar aptos a trabalhar como gestores dos serviços de saúde e de enfermagem em todos os âmbitos em que a assistência de enfermagem é necessária, transcendendo os serviços de assistência à saúde e incluindo gestão de negócios próprios.
- Educação permanente: os enfermeiros devem ser capazes de aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação, capacitação no trabalho e para o trabalho, com a formação das futuras gerações de profissionais e na pesquisa, produzindo e disseminando conhecimento e visando a integração ensino-serviço no contexto dos processos.

Para tais, o curso de Enfermagem da Universidade Federal de Jataí norteia a formação dos enfermeiros para que se tornem profissionais generalistas, críticos e reflexivos, aptos para atuarem no campo da saúde, sendo sujeitos transformadores da realidade, agentes do fortalecimento do SUS e do crescimento da profissão.

5.2 Marco Geográfico

O curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Jataí está fisicamente instalado na região sudoeste de Goiás, no município de Jataí, a 323 quilômetros da capital Goiânia. Trata-se de um município em plena expansão comercial, industrial, de inovação tecnológica e científica. O município de Jataí-GO, possui uma ampla rede de assistência à saúde, dispondo de diversos serviços que contemplam a rede pública e privada, em todos os níveis de complexidade assistencial (primária, secundária e terciária). Além disso, atende às necessidades de assistência em saúde não apenas do município, mas também de diversos municípios vizinhos por meio da pactuação intermunicipal e celebração de convênios. É considerado um “município polo” da Região de Saúde Sudoeste II, atendendo, por abrangência e referência, os 10 municípios da região: Jataí; Aporé; Caiapônia; Chapadão do Céu; Doverlândia; Mineiros; Perolândia; Portelândia; Serranópolis e Santa Rita do Araguaia. Além dos serviços pactuados, o município de Jataí é referência para todos os municípios da região Sudoeste II de saúde, abrigando o Hospital Estadual de Jataí, sendo considerado a porta de entrada principal da Rede de Atenção à Urgência e Emergência (RUE) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Conta com um Centro de Atenção Psicossocial, um Centro de Reabilitação, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Unidade de Vigilância de Zoonoses, uma Policlínica Municipal de Saúde, Centro de Especialidades Odontológicas, Unidade de Pronto Atendimento, um Hospital Estadual, um Hospital Filantrópico e um privado, um Hemocentro Regional e Serviço de Testagem e Aconselhamento (SAE/CTA) Regional e doze Unidades Básicas de Saúde, com diversos programas de saúde em funcionamento, além dos atendimentos realizados pelas diversas clínicas da rede privada e filantrópica, no contexto da saúde suplementar do Sistema Único de Saúde.

Nesse contexto, a formação de qualidade do profissional enfermeiro, torna-se primordial uma vez que, o enfermeiro atua em todos os serviços de saúde, prestando assistência direta ou indireta ao indivíduo, família e coletividade humana (Brasil, 1986; Brasil, 1987; COFEN, 2017).

5.3 Marco Motivacional

O marco motivacional do curso de Graduação em Enfermagem, grau Bacharelado, da UFJ é a busca coletiva pela formação de uma identidade profissional crítica, reflexiva, autônoma, política e ética, tendo como referencial as leis que norteiam o Exercício Profissional de Enfermagem **(**Brasil, 1986; Brasil, 1987; COFEN; 2017) e os princípios e Diretrizes do SUS, elencados na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica do SUS (Brasil, 1988; Brasil, 1990).

Além disso, o município de Jataí-GO é localizado na Região Sudoeste de Saúde II, do Estado de Goiás, sendo referência em saúde na região para mais 9 municípios vizinhos. O município conta ainda, com diversos serviços de saúde administrados pela Prefeitura Municipal e diversos serviços privados de saúde.

Nesse contexto, o curso de graduação em Enfermagem da UFJ atende à demanda profissional da região pelo trabalho dos egressos do curso e articulação entre ensino e serviço, por meio da busca constante da interdisciplinaridade, da interprofissionalidade e da indissociabilidade entre pesquisa, ensino, inovação, extensão e articulação entre ensino e serviço com foco no cuidado integral individual e coletivo, de modo a preparar enfermeiros para atuarem nos diversos âmbitos da saúde, fortalecendo o SUS, a macrorregional de saúde Sudoeste II e a profissão, sendo agentes de transformações da realidade e contribuindo efetivamente com a melhora da qualidade de atenção à saúde.

5.4 Marco Operativo

A construção da prática pedagógica do presente PPC baseou-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem, determinadas pela Resolução CNE/CES Nº. 3, de 7 de

novembro de 2001 (Brasil, 2001); na Resolução CNS Nº 573, de 31 de janeiro de 2018 (Brasil, 2018); na inserção curricular da extensão (Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20/12/1996, suas alterações e regulamentações; nas Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE); no Estatuto da Universidade Federal de Jataí aprovado em Reunião do Conselho Universitário da UFJ realizada em 23 de fevereiro de 2022 e aprovado pelo MEC via Portaria N.º 80, de 22 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2022 e Regimento da UFJ - Resolução – CONSUNI Nº 010/2023; no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação, em vigor (Resolução – CEPEC/UFG Nº 1791, DE 07 de outubro de 2022), nas Diretrizes para Elaboração de PPCs para os cursos da UFJ, contidas na Instrução Normativa PROGRAD/UFJ nº 01/2020 R e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Ainda, considerou-se a Lei nº 7.498 de 25/07/1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, nos dispostos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017) e no Conselho Federal de Enfermagem (Resolução COFEN nº 0509/2016 e Parecer Normativo COFEN nº 004/2017).

Assim, a estruturação do curso de Graduação em Enfermagem da UFJ fundamenta-se no processo de ensino e aprendizagem que tem os estudantes como sujeitos do conhecimento, problematização da realidade, por meio da articulação entre a teoria e a prática, desde o início do curso.

Preza-se pela indissociabilidade do ensino, pesquisa, inovação, extensão e interdisciplinaridade, com integração dos discentes aos outros cursos de graduação por meio de disciplinas de Núcleo Comum unificadas e da oferta de Núcleo Livre, com vistas a constituir o perfil profissional do enfermeiro(a) humano, autônomo e ético-legal, com responsabilidade social e com capacidade de trabalhar em equipe.

5.5 A Prática Profissional

As práticas de estágio, bem como as práticas profissionais, são atividades realizadas pelos discentes em ambientes de trabalho, relacionados ao curso de graduação em Enfermagem (serviços de saúde, públicos, privados e filantrópicos). Tais atividades oportunizam ao discente egresso do Curso de Graduação em Enfermagem o emprego dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvendo habilidades e competências profissionais especificas e inerentes ao profissional enfermeiro.

O curso de graduação em Enfermagem terá como objeto a assistência e o cuidado de enfermagem com foco nas necessidades: sociais em saúde, singulares da pessoa ou de coletivos que se encontram sob a atenção e os cuidados de enfermagem; terá formação generalista, humanista,

crítica, reflexiva, política e ético legal para exercer suas atividades de acordo com a Lei 7.498/86, que regulamenta o exercício profissional de enfermagem, com os dispostos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017) e no Conselho Federal de Enfermagem. Além disso, considera as Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de graduação em Enfermagem, determinadas pela Resolução CNE/CES Nº. 3, de 7 de novembro de 2001 (Brasil, 2001), o Resolução CNS Nº 573, de 31 de janeiro de 2018 (Brasil, 2018) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023-2027) da Universidade Federal de Jataí (UFJ), a saber:

Privativas do profissional enfermeiro:

- Direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem;
- Organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
- Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de Enfermagem;
- Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem;
- Consulta de Enfermagem; prescrição da assistência de Enfermagem;
- Cuidados diretos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
- Cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas.

Como integrante da equipe de saúde:

- Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;
- Participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;
- Prescrição de medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;
- Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;
- Prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões;
- Participação na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de Enfermagem;
- Participação na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica;
- Prestação de assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido;

- Participação nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
- Acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;
- Execução e assistência obstétrica em situação de emergência e execução do parto sem distocia;
- Participação em programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;
- Participação nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada e de educação permanente;
- Participação nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;
- Participação na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contrarreferência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;
- Participação no desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde;
- Participação em bancas examinadoras, em matérias específicas de Enfermagem, nos concursos para provimento de cargo ou contratação de Enfermeiro ou pessoal Técnico e Auxiliar de Enfermagem, formação de profissionais na educação técnica, superior.
- Atuar como profissional liberal e autônomo possuindo negócios próprios em diversos âmbitos, como clínicas de saúde da mulher, de vacina e de terapias alternativas, instituições de longa permanência para idosos, instituições de ensino, formação específica, assessoria, consultoria, assistência domiciliar

5.6 A Formação Técnica

O estágio curricular obrigatório, o estágio curricular não obrigatório, bem como o ensino prático, contribuem para a formação técnica profissional. Sendo assim, no âmbito do curso de Enfermagem da UFJ considera-se que a formação técnica deve focar em desenvolver capacidades profissionais que mobilizem conhecimentos, saberes, habilidades e atitudes e resultem em aptidão para atuação profissional em sistema de produção de serviços de saúde: público, filantrópico ou privado.

Nesse contexto, deve disponibilizar vivências em unidades de saúde, no trabalho interprofissional, em atividades consideradas essenciais para a saúde de pessoas, em grupos sociais e populações. Assim, deve-se desenvolver nas seguintes áreas ou núcleos de competência:

- Cuidado de Enfermagem na Atenção à Saúde Humana.
- Gestão / Gerência do cuidado de enfermagem e dos serviços de enfermagem e saúde.

- Educação em Saúde.
- Desenvolvimento Profissional em Enfermagem.
- Investigação / Pesquisa em Enfermagem e saúde.
- Docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Enfermagem.

5.7 A Formação Ética e a Função Social do Profissional

A formação ética dentro das competências do profissional enfermeiro, na UFJ, tem o direcionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem (Brasil, 2001; Brasil, 2018); os direitos humanos; as relações étnico-raciais e história da cultura afro-brasileira. Além disso, considerou-se a Lei nº 7.498 de 25/07/1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, os dispostos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017) e no Conselho Federal de Enfermagem. Tais considerações norteiam todo o currículo formativo do Enfermeiro, sendo contempladas nas ofertas tanto nas disciplinas obrigatórias quanto nas disciplinas optativas, ofertadas no decorrer do curso de graduação em Enfermagem.

Nessa conjuntura, considera-se no âmbito do curso de graduação em Enfermagem da UFJ, os seguintes aspectos na formação ética e social do enfermeiro:

- O Sistema Único de Saúde – SUS, como campo de atuação e exercício profissional, seja na esfera pública, filantrópica e ou privada, considerando as políticas públicas vigentes e o contexto social e sanitário do país.
- A saúde como direito social fundamental ao cidadão.
- O respeito a todo tipo de diversidade e à valorização da pluralidade de culturas, grupos sociais e indivíduos.
- A pessoa como ser indissociável nas dimensões biológica, psicológica, social, humana, cultural e espiritual.
- A integralidade da atenção à saúde do ser humano, considerando as particularidades ambientais, atitudinais, sociais (classe social, geração, raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero), políticas, econômicas e culturais, individuais e coletivas.
- A promoção da saúde, da qualidade de vida, do bem-estar, da prevenção, da recuperação, da redução de danos e a reabilitação como estratégia de atenção e cuidado em saúde.
- Autonomia, rigor técnico-científico, atenção biopsicossocial e humanização nas ações em saúde, nas práticas baseadas em evidências e no cuidado à pessoa, como ação terapêutica da

enfermagem no trabalho interprofissional da saúde e como objeto de estudo e de produção de cuidados no exercício profissional.

- O ensino, pesquisa, extensão e a inovação em sua articulação teoria e prática, na integração ensino e serviço com participação social.
- Ética e bioética no exercício profissional, conforme os pressupostos éticos, políticos e normativo-legais.
- Compromisso com as organizações da Enfermagem (entidades, organizações e autarquias), com os movimentos sociais e com o controle social do SUS.

5.8 Articulação Entre Teoria e Prática

A articulação entre teoria e prática no curso de Graduação em Enfermagem da UFJ tem como eixos norteadores: os conteúdos essenciais para a formação, assim como, a garantia da flexibilização curricular necessária; formação humana integral, interdisciplinar, centrado na relação aluno-professor, sendo o professor facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem; predominância da formação sobre a informação, articulação entre teoria e prática, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e assistência de enfermagem; diversificação dos cenários de aprendizagem em ambientes simulados e reais; metodologias ativas de ensino-aprendizagem; incorporação de atividades complementares, as quais, devem complementar as necessidades e expectativas individuais de formação dos estudantes e ainda, que considere o desenvolvimento do setor de saúde na região.

Dessa forma, o presente projeto pedagógico visa proporcionar a interação efetiva entre o conteúdo da matriz curricular e a formação e atuação profissional do enfermeiro. Nesse contexto, foram incorporadas nesse projeto diversas atividades que levem ao discente a integração da teoria e prática em diferentes cenários, durante o processo de formação profissional.

Assim, durante o curso de Enfermagem o discente tem a oportunidade de participar das Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC), das Atividades Complementares (AC), ofertadas dentro e fora da UFJ e, do Trabalho de Conclusão de Curso, o qual integra o ensino teórico a prática da pesquisa científica.

Ainda no contexto do curso de Enfermagem, o discente tem a oportunidade de participar de grupos de pesquisas, liderados por professores enfermeiros e, ainda do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem (PET – Enfermagem) de forma remunerada ou voluntária.

Além disso, o ensino prático, nos laboratórios com simulações e em ambientes reais, presente desde o início do curso e o Estágio Curricular Obrigatório, realizado nos dois últimos períodos do curso, colaboram significativamente para que o discente se aproxime da prática de Enfermagem no

âmbito hospitalar, no contexto da saúde coletiva e na gestão de serviços de saúde e enfermagem. Ressalta-se que além do Estágio Curricular Obrigatório, descrito na matriz curricular, o discente de Enfermagem é incentivado a realizar o Estágio Não Obrigatório a partir do 6º período do curso. E tanto o ensino prático, quanto os estágios são viabilizados por meio de convênios de colaboração entre a UFJ e os serviços de saúde do Município de Jataí-GO, mantidos pela prefeitura municipal, pelo governo estadual e pela iniciativa privada.

Já no contexto institucional, diversas oportunidades podem ser vivenciadas pelos discentes como o Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde Interprofissionalidade (PET-Saúde), Iniciação Científica, Extensão Universitária e Monitorias, os quais oportunizam participações discentes tanto de forma remunerada, quanto voluntária, mediante processo seletivo regular dos interessados. Além disso, a UFJ incentiva os discentes a participarem de intercâmbios e mobilidade internacional dos acadêmicos da UFJ e estrangeiros, por meio de diversas ações desenvolvidas pelo Escritório de Internacionalização (EI) da UFJ.

É mister mencionar que a UFJ foi uma das primeiras Instituições de Ensino Superior a assinar o Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) entre a Universidade e a Secretaria Municipal de Saúde de Jataí-GO. Tal contrato foi viabilizado a partir da publicação da Portaria Interministerial Nº. 1.127 de 06 de agosto de 2015 que institui as diretrizes para a celebração dos Contratos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) (Brasil, 2015).

Por meio do COAPES, os cursos de graduação na área da saúde, em parceria com a Prefeitura Municipal de Jataí-GO, mantém uma cooperação mútua para realização de práticas de disciplinas, extensão universitária, pesquisa e estágios curriculares, fortalecendo a articulação entre teoria e prática e a integração ensino-serviço-comunidade na atenção à saúde do município.

5.9 Interdisciplinaridade

A formação interdisciplinar no curso de Enfermagem da UFJ tem o direcionamento das Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Graduação em Enfermagem (Brasil, 2001; Brasil, 2018) as quais mencionam que as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso e permeiam toda a formação do enfermeiro, deve ser de forma integrada e interdisciplinar. Além disso, deve propiciar uma formação para o trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar, à luz dos princípios do SUS, com ênfase na integralidade da atenção e em resposta às necessidades sociais em saúde.

No contexto do curso de graduação em Enfermagem da UFJ, a formação interdisciplinar do profissional Enfermeiro se realiza com a integração dos conteúdos interdisciplinares, teóricos e

práticos, ofertados ao longo do curso, organizados em Núcleo Comum (NC), Núcleo Livre (NL), Atividades Complementares (AC) e Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC).

Os componentes curriculares do NC englobam conteúdos presentes e comuns nas diversas áreas de formação em saúde e integram professores de outros cursos e/ou unidades acadêmicas com formação distinta do Enfermeiro, o que proporciona aos discentes uma rica troca de experiências formativas entre diferentes conhecimentos ligados a assistência multiprofissional e multidisciplinar em saúde, à humanidades e às ciências biológicas e sociais, os quais incluem as seguintes áreas do conhecimento:

- **Ciências Biológicas e da Saúde:** bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bioquímicas, farmacológicas, parasitológicas e microbiológicas, além de bases epidemiológicas, suporte básico e avançado de vida, saúde mental, saúde ambiental / ecologia, práticas integrativas e complementares, aplicados às situações de desequilíbrio das necessidades sociais em saúde e necessidades singulares da pessoa ou coletivos decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática de Enfermagem.
- **Ciências Humanas, Políticas e Sociais:** incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo / coletividade, contribuindo para a compreensão crítica dos determinantes socioculturais, políticos, antropológicos, históricos, filosóficos, espirituais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, que impactam no equilíbrio das necessidades sociais em saúde e necessidades singulares da pessoa ou coletivos do processo saúde doença em seus múltiplos aspectos de determinação, ocorrência e intervenção.
- **Ciências Exatas e Naturais:** incluem-se conteúdos referentes a diversas ciências exatas, como cálculos, conversão de medidas, planejamento de recursos humanos e materiais, dimensionamento de pessoal. Inclui também, conteúdos como matemática, estatística e informática aplicada à enfermagem que permitam a digitalização e o armazenamento de dados textuais e numéricos, bem como registros em prontuários, análise e interpretação estatística.

O Núcleo Livre (NL) é um conjunto de conteúdos que tem por objetivo: ampliar e diversificar a formação do estudante; promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; possibilitar o aprofundamento de estudo em áreas de interesse do discente; viabilizar o intercâmbio entre os discentes de diferentes cursos da UFJ.

O NL é oferecido de forma regular por todos os cursos de graduação da UFJ e os discentes possuem autonomia para se inscrever no de sua preferência. No contexto do curso de Enfermagem, para fins de integralização do curso e obtenção de diploma, o discente deve cumprir carga horária de 128 horas de NL.

Nos componentes específicos do curso (Núcleo Específico Obrigatório - NEOB e Núcleo Específico Optativo - NEOP), os alunos adquirem conhecimentos relativos às Ciências da Enfermagem, com um corpo docente formado por Enfermeiros qualificados e com sólida experiência profissional como Enfermeiro, anterior à docência e, com diversas áreas de especializações / formação complementar e atuação na área de pesquisa e extensão. Esses componentes incluem os seguintes assuntos:

- **Fundamentos de Enfermagem:** conteúdos teóricos, técnicos e metodológicos que fundamentam a construção e aplicação dos instrumentos e tecnologias inerentes ao trabalho da/o Enfermeira/o e da Enfermagem em nível individual e coletivo. Incluem as teorias e concepções de enfermagem, a sistematização da assistência de enfermagem e o processo de enfermagem, história da enfermagem, da saúde e o cuidado profissional.
- **Processo de cuidar em Enfermagem:** conteúdos teóricos, teórico práticos, práticos e estágios desempenho clínico com base em evidências científicas, pensamento crítico e raciocínio clínico que compõem a assistência de Enfermagem com equidade em nível individual e coletivo prestada ao recém-nascido, à criança, ao adolescente, ao adulto, ao idoso, à pessoa de grupos populacionais socialmente diversos (mulheres, LGBTI, população negra, indígenas, ciganos), à pessoa com deficiência, incluindo a reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à pessoa com transtorno mental.
- **Gestão e Gerenciamento em enfermagem e saúde:** conteúdos teóricos, teórico-práticos e práticos de administração, políticas de gestão e gerenciamento em saúde e enfermagem, para o planejamento, organização, implementação, avaliação e administração do processo de trabalho de enfermagem, prática de gestão de serviços de saúde e gerenciamento do cuidado de enfermagem.
- **Educação em Saúde e Enfermagem:** conteúdos pertinentes à formação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem, nos processos de formação profissional, de participação social e de política profissional, educação permanente, educação popular em saúde, tutoria e preceptoria.
- **Investigação em saúde e enfermagem:** conteúdos que estimulem o raciocínio lógico e crítico sobre a produção científica da saúde e da enfermagem, da enfermagem baseada em evidências, da ética e bioética em pesquisa que implica em defesa da vida e respeito à dignidade humana, considerando as necessidades de saúde individuais e coletivas, as diversas formas de saber, respondendo ao desenvolvimento científico, tecnológico e social, assim como à divulgação do conhecimento para o exercício da enfermagem e melhoria da qualidade de vida.

- **Temas transversais:** conteúdos que envolvam conhecimentos, experiências e reflexões acerca do cuidado inclusivo, tecnologias de informação e comunicação (TICs), integralidade e humanização do cuidado, educação ambiental e sustentabilidade, ética profissional fundamentada nos princípios da ética e bioética, valorização da vida, epidemiologia, educação para as relações étnico-raciais, de gênero e de identidade de gênero, acessibilidade, direitos humanos e cidadania, tomada de decisões, gestão da qualidade na atenção à saúde e segurança do cuidado de enfermagem, trabalho em equipe, políticas de enfermagem e saúde, sistemas globais, empreendedorismo, povos tradicionais e conhecimento de línguas estrangeiras e de LIBRAS.
- **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):** promove a interação prática entre ensino e pesquisa. No contexto do curso de enfermagem, obrigatoriamente, o orientador do TCC deverá ser Enfermeiro, vinculado à UFJ. Contudo, havendo necessidade reconhecida pelo orientador do TCC, o aluno poderá ser coorientado por professores ou profissionais de áreas afins, ligado ou não a UFJ, conforme Regulamento do TCC do curso de Enfermagem.

5.10 Integração Ensino-Pesquisa-Extensão

A integração ensino-pesquisa-extensão constitui o eixo fundamental do Ensino Superior. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão garantem um conceito de excelência nas Instituições de Ensino Superior, uma vez que, esse tripé é condição necessária para o fazer universitário autônomo, competente e ético. Dessa maneira, o PPC do curso de Graduação em Enfermagem da UFJ, grau Bacharelado, busca ofertar aos discentes, experiências de aprendizagem durante seu processo de formação que gere possibilidades de articulação entre o ensino – pesquisa – extensão.

O curso de Enfermagem reconhece que a formação profissional deve estar em sintonia com as necessidades sociais e mercado profissional de enfermagem, em nível local, regional e nacional. Assim, o ensino deve fornecer o arcabouço teórico e metodológico para permitir a compreensão de uma realidade em transformação, direcionando ao discente para a percepção de sua inserção política, social e profissional, como agente capaz de promover mudanças importantes na saúde da população.

Nesse contexto, o curso de Graduação em Enfermagem oferece aos discentes, as seguintes oportunidades: monitoria; grupos de pesquisa; iniciação científica; PET – Enfermagem; PET-Saúde e a inserção curricular da extensão universitária.

5.10.1 Monitoria

As monitorias contribuem para o desenvolvimento de habilidades, tais como, planejamento; ensino; relacionamento interpessoal e pensamento crítico. O discente monitor, tem a oportunidade adquirir e/ou ampliar habilidades de educador à medida que desenvolve atividades exigidas, sendo acompanhado por um professor orientador.

Em geral, as atividades de monitoria envolvem três áreas de atuação: a primeira é o ensino, que envolve a preparação e assistência às aulas do professor responsável; orientação de aluno ou grupos de alunos, auxílio na correção de trabalhos, registro da aprendizagem e elaboração de relatórios; a segunda é a pesquisa, por meio do planejamento, execução e avaliação de projetos e trabalhos de pesquisa vinculados ao curso de enfermagem e a terceira é a extensão, atividades junto à comunidade, que sejam decorrentes de projetos vinculados ao curso de enfermagem.

5.10.2 Pesquisa, Grupos de Pesquisa e Iniciação Científica

No curso de Enfermagem, a integração ensino-pesquisa inicia-se ao inserir os acadêmicos no universo da pesquisa por meio da disciplina obrigatória de “Metodologia Científica: Fundamentos Filosóficos e Metodológicos da Ciência”, além de proporcionar aos discentes a reflexão sobre ser enfermeiro na sociedade, com a disciplina de “Enfermagem, Saúde e Sociedade”, ambas ministradas no primeiro período do curso. No segundo semestre do curso o discente é instrumentalizado de forma complementar as questões éticas vinculadas ao exercício profissional de Enfermagem e na pesquisa, por meio da disciplina de “Ética, Bioética e Legislação em Enfermagem”.

Além destas disciplinas obrigatórias, no PPC do curso de Enfermagem o Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório, sendo iniciado na disciplina de “Seminários de Pesquisa I”, onde o aluno desenvolve o projeto de pesquisa que mais tarde culminará em seu TCC, durante o andamento da disciplina de “Seminários de Pesquisa II”, no 8º período do curso, onde efetivamente o discente desenvolve a pesquisa orientado por docente enfermeiro do curso de Enfermagem, e a apresenta para uma banca examinadora. Além disso, os discentes são incentivados a divulgar seus resultados de pesquisa nos eventos científicos e extensionistas dentro e fora da instituição UFJ.

A estrutura do curso conta ainda com Núcleos de Pesquisa, nos quais os discentes podem se vincular para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão nas diferentes áreas de atuação da enfermagem. Nos grupos de pesquisa, o aluno é incentivado ao estudo e redação científica e a buscar atualizações constantes de sua área de formação.

Além disso, tem a oportunidade de interação com outros discentes, que estão em outros períodos do curso, diferentes do seu, com professores e profissionais vinculados à outras instituições de ensino e saúde, do município, estado e instituições internacionais, mediante parceria de ensino,

pesquisa e extensão, entre os líderes dos grupos e/ou professores vinculados, o que possibilita a troca de experiência e ajuda mútua entre os discentes, docentes, pesquisadores, profissionais de enfermagem e de áreas afins.

Atualmente o curso de Enfermagem possui dois núcleos de pesquisa ativos e devidamente cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com distintas linhas de pesquisa, que envolvem o contexto de atuação do profissional enfermeiro, são eles:

- **Núcleo de Estudos Avançados em Enfermagem e Saúde Coletiva (NEAESC):**

Os projetos e estudos desenvolvidos no NEAESC seguem as linhas de pesquisa relacionadas às áreas da saúde e relacionam-se ao ensino, à pesquisa, à extensão e à cultura, buscando a segurança e qualidade das ações de saúde. Além disso, busca propiciar a compreensão de conceitos e ações incorporadas à prática e a visibilidade da enfermagem como ciência. São linhas de pesquisa desenvolvidas pelo NEAESC: corpo, educação e saúde; cuidado integral em saúde da mulher, recém-nascido, da criança e do adolescente; vigilância em saúde; gestão e avaliação em saúde e de políticas públicas de saúde; estilo de vida, qualidade de vida e saúde; perspectiva do cuidado integral em saúde ao adulto e idoso; saúde mental, violência e promoção da saúde e práticas integrativas e complementares em saúde e cuidados paliativos.

- **Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gestão, Educação e Cuidado em Saúde (NEGECS):**

O NEGECS está vinculado ao Curso de Graduação em Enfermagem e à Unidade Acadêmica Ciências da Saúde da Universidade Federal de Jataí. Possui sede na sala 03 do Prédio do Curso de Enfermagem e Biomedicina da Universidade Federal de Jataí. São linhas de pesquisa desenvolvidas pelo NEGECS: gestão dos serviços e do cuidado em saúde e educação superior e permanente em saúde.

Ainda no contexto da pesquisa, a nível institucional, a iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico, para a realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação do futuro pesquisador. Anualmente, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da UFJ lança edital para estímulo da inserção dos discentes à pesquisa com e sem auxílio financeiro por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC ou PIVIC). Assim, no campo da pesquisa, busca proporcionar ao aluno as seguintes experiências:

- Desenvolvimento de uma visão crítica da prática baseada em evidências e da realidade dos serviços de saúde, entendendo-os como dispositivos importantes na condução de investigações e pesquisa em enfermagem e saúde orientadas pela ética em pesquisa, a bioética, o diálogo e parceria enfermeiro - paciente.

- Propor, desenvolver e aplicar pesquisas e outras formas de produção de conhecimento que objetivem a valorização da prática profissional e o cuidado de enfermagem integral, seguro e de qualidade na atenção à saúde.
- Elaborar projetos de pesquisa e realizar pesquisas, em parceria com a equipe de enfermagem e saúde de instituições parceiras, com base em necessidades e prioridades individuais e coletivas e princípios éticos.
- Realizar análise crítica de diferentes fontes científicas, métodos e resultados, com vistas a avaliar evidências e boas práticas de cuidado de enfermagem e saúde, gestão e gerenciamento e educação em enfermagem e saúde.
- Responder à necessidade de produção de novos conhecimentos em enfermagem, a partir do diálogo interprofissional e pela apreensão crítica da prática, da produção científica e do desenvolvimento tecnológico disponível.

5.10.3 Inserção Curricular da Extensão

A extensão é um dos pilares indissociáveis da universidade e com o objetivo de garantir o acesso dos discentes a este eixo de fundamental importância para formação acadêmica, o presente projeto político pedagógico contempla a inserção curricular da extensão.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI UFJ, a extensão universitária trata-se de uma atividade fim da universidade, sendo um processo educativo, cultural, científico e político que articula o ensino e a pesquisa, propiciando a interdisciplinaridade e viabilizando a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nessa perspectiva, valoriza-se a troca de saberes, a produção e democratização do conhecimento.

Nessa vertente, a extensão universitária na UFJ tem como objetivos promover ações que tenham como público principal a comunidade não acadêmica; estimular a integração dialógica entre a universidade e a sociedade; facilitar o acesso ao conhecimento, articulando o ensino e a pesquisa para a sociedade e estimular a participação da comunidade acadêmica da UFJ no planejamento e na execução dessas ações.

No curso de graduação em Enfermagem, por meio das atividades de extensão curricularizáveis, o discente tem a oportunidade de compreender o papel social do enfermeiro na promoção da saúde na prevenção e reabilitação de doenças, colocando-o como agente transformador da realidade.

Ademais, as atividades de extensão curricularizáveis desenvolvidas visam contribuir para a qualidade das pesquisas e do ensino de graduação, uma vez que aproxima o pesquisador, professores e discentes, da realidade social, possibilitando ao estudante uma melhor formação como cidadão e como agente de desenvolvimento. Assim, o curso de Enfermagem ao viabilizar a

participação dos discentes em atividades de extensão, busca a valorização da comunidade acadêmica e incentiva o protagonismo do discente desde a concepção do projeto de extensão até os seus relatórios finais.

5.10.4 Programa de Educação Tutorial (PET)

O Programa de Educação Tutorial (PET), criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e atualmente financiado pelo MEC/SESU, é um programa para alunos de graduação integrante das Instituições de Ensino Superior desenvolvido por meio de orientação de um professor tutor. O PET propicia condições para realização de atividades extracurriculares articulando, ensino, pesquisa e extensão, garantindo uma formação global do aluno (Brasil, 2006).

É composto por grupos tutoriais de aprendizagem e busca propiciar aos alunos, sob orientação de um professor tutor, condições para realização de atividades extracurriculares, que completem a sua formação acadêmica, procurando atender mais plenamente às necessidades do próprio curso de graduação e / ou ampliar e aprofundar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua grade curricular.

Atualmente a Universidade Federal de Jataí conta com dois programas de educação tutorial, são eles: Programa de Educação Tutorial – PET-Enfermagem e Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde Interprofissionalidade – PET-Saúde. Ambos os programas possuem processo seletivo regular e estão em pleno funcionamento na UFJ.

O PET-Enfermagem atende exclusivamente discentes do curso de enfermagem, sendo composto por 12 discentes bolsistas, com vagas distribuídas de forma a atender todos os períodos do curso, um professor tutor e um professor colaborador.

Já o PET-Saúde tem como foco a interprofissionalidade, por meio do ensino interprofissional, superar as barreiras e dificuldades da atuação profissional, presentes no sistema de saúde. Nesse programa são ofertadas 09 vagas para os discentes de enfermagem na modalidade bolsista e ainda abrange a possibilidade da participação voluntária de discentes interessados no programa.

5.11 Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação

O curso de Graduação em Enfermagem da UFJ permite, estimula e se compromete a oferecer ao discente a vivência em diversas atividades acadêmicas que complementam sua formação. Dentre as atividades acadêmicas articuladas ao ensino e implantadas no curso estão:

- **Programa de Monitoria:** os docentes do curso de Enfermagem apoiam e incentivam a monitoria (remunerada e voluntária), participando semestralmente de editais internos de oferta de vagas e seleção de monitores no âmbito da UFJ. O programa é uma modalidade de ensino-aprendizagem que objetiva despertar o interesse e habilidades pela docência, mediante o desenvolvimento de atividades ligadas ao reforço do ensino, teórico e prático, e de desenvolvimento de capacidades de análise e crítica, incentivando o estudante monitor a aprofundar conhecimentos teóricos e práticos no(s) componente (s) curricular(es) que estiver atuando como monitor.
- **Projeto de Ensino de Graduação (PEG):** O Projeto de Ensino no âmbito da UFJ, regulamentado pela Resolução CONSUNI nº 019/2023, trata-se de um conjunto de ações de apoio pedagógico com vistas a ampliar as chances de sucesso acadêmico. Os docentes do curso de Enfermagem possuem ações inovadoras e validadas neste sentido com o desenvolvimento de novas metodologias, tecnologias e práticas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem, com projetos de ensino que englobam tanto o suporte e reforço de conteúdos curriculares, quanto extracurriculares e ainda o cuidado com a saúde mental dos discentes, professores e servidores do curso de Enfermagem (UFJ, 2023).
- **Programa de Educação Tutorial (PET – Enfermagem):** Em pleno funcionamento na UFJ desde 2010, realiza processo seletivo regular, com oferta de vagas remuneradas e excepcionalmente voluntária (provisória, quando o aluno manifesta pleno interesse em participar do PET como voluntário), para alunos de graduação em Enfermagem, de todos os períodos do curso. O PET – Enfermagem, sob tutoria de Enfermeiro Docente da UFJ, ao desenvolver ações de ensino, pesquisa, inovação e extensão, de maneira articulada, permite uma formação global tanto do aluno bolsista quanto dos demais alunos do curso de Enfermagem, proporcionando-lhes uma compreensão mais integral do que ocorre consigo mesmo e no mundo. Ao mesmo tempo, a multiplicidade de experiências contribui para reduzir os riscos de uma especialização precoce e que não reflete o perfil do egresso do curso de Enfermagem.
- **Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde Interprofissionalidade – PET-Saúde:** Com participação de docentes do curso de Enfermagem, o PET – Saúde, tem como pressuposto a educação pelo trabalho e desenvolve ações interprofissionais em saúde. É um importante dispositivo, voltado para o fortalecimento das ações de integração ensino-serviço-comunidade, por meio de atividades que envolvem o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação universitária e a participação social.

- **Estágio Curricular Obrigatório:** Corresponde a 20% do total da carga horária do curso e é realizado no último ano do curso. Como parte da formação acadêmica e capacitação profissional, articula os conteúdos e conhecimentos adquiridos na graduação com a experiência prática nos serviços de saúde, com vistas a sua formação técnica, cultural, científica e pedagógica, levando em conta o exercício da profissão de Enfermeiro e da cidadania. Se consolida por meio de orientações individualizadas por meio de preceptor (Enfermeiro ligado ao serviço de saúde) e supervisão (Enfermeiro docente da UFJ) e, aperfeiçoamento de atividade da prática clínica e gerencial adequadas a prática profissional do enfermeiro generalista em serviços públicos e privados de saúde, abrangendo as áreas de saúde coletiva e hospitalar.
- **Estágio Curricular Não Obrigatório:** Trata-se de uma atividade opcional que amplia a formação acadêmica do discente e depende de suas preferências pessoais. Esse estágio poderá ser realizado em locais ou junto a profissionais liberais conveniados com a UFJ, os quais ofereçam serviços diretamente relacionados ao campo de atuação do Enfermeiro.
- **Trabalho de Conclusão de Curso:** Obrigatório no curso de Enfermagem e consiste no desenvolvimento de um trabalho de pesquisa de cunho teórico – prático, que expressa o conhecimento de um assunto escolhido pelo discente, emanado e relacionado às áreas temáticas do curso de graduação em Enfermagem para a conclusão do mesmo. É realizado sob coordenação de um orientador Enfermeiro, com necessidade de apresentação escrita e oral (defesa pública), como requisito parcial para a obtenção do título de Enfermeiro. O desenvolvimento do TCC propicia a aplicação de conhecimentos e habilidades adquiridos no intuito de qualificar e transformar a profissão, por meio de propostas para a solução de problemas observados. Conduz à utilização do pensamento crítico, reflexivo e criativo do discente, bem como contribui para a produção de conhecimento à sua profissão e à iniciação científica.
- **Programas de Mobilidade Acadêmica:** Permite aos estudantes de graduação cursarem componentes curriculares de seu curso em instituição diferente daquela onde cursa a graduação, por meio do Programa de Mobilidade, celebrado entre a UFJ e outras Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado de Goiás (PMIPES) e também do Programa de Mobilidade Estudantil (PME) Andifes, das Instituições Federais. Podem participar desses programas os discentes de graduação que tenham concluído pelo menos 20% da carga horária de integralização do curso de origem e tenham, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade.

- **Programa de Intercâmbio Acadêmico Internacional:** Promove e apoia a mobilidade internacional de estudantes, docentes e técnicos-administrativos. Tem como objetivo proporcionar o crescimento qualitativo do ensino; e a busca e incorporação de novas tecnologias por meio da pesquisa, além disso visa possibilitar condições à comunidade universitária de conviver e conhecer a diversidade cultural, o que propicia ao profissional uma formação cosmopolita em consonância com o momento atual e globalização do conhecimento. O Programa de Intercâmbio é regulamentado pelas Resoluções CEPEC nº 828/2007 e Resolução CEPEC nº 1849 / 2023 e viabilizada por meio do Escritório de Internacionalização da UFJ.
- **Atividades Complementares:** São componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores e complementadores do perfil de formando, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competências do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico. Abrange a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, presenciais ou a distância, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão (não curricularizáveis) junto à comunidade. O curso incentiva o aluno a realizar diferentes atividades complementares, as quais são validadas e regulamentadas, inclusive quanto ao tipo de atividades aceitas como complementares e carga horária máxima em cada modalidade, em regulamento próprio disponível no site do curso.

5.12 Atividades de Pesquisa, Extensão e Prática Profissional

O PPC do Curso de Graduação em Enfermagem da UFJ, contempla a formação ampla do enfermeiro, para que o mesmo, possa atuar em vários contextos em que esse profissional se insere na comunidade, seguindo rigorosamente os dispostos éticos (COFEN, 2017) e legais relacionados ao exercício profissional (Brasil, 1986) de Enfermagem no Brasil, o qual são regulamentos e fiscalizados pelo COFEN – Conselho Federal de Enfermagem e suas instâncias regionais.

Assim, ao logo da formação acadêmica o discente é inserido em atividades de prática profissional, tanto nos componentes curriculares quanto nas atividades curriculares de extensão universitária e pesquisa.

As atividades práticas ofertadas ao longo do Curso de graduação em Enfermagem, por meio do ***ensino prático***, como programa de diversas disciplinas desde o primeiro período do curso, além do ***Estágio Curricular Obrigatório***, contribuem e complementam a formação do profissional enfermeiro para a prática assistencial generalista e gerencial e / ou administrativa. Para isso, as atividades práticas desenvolvidas nos componentes curriculares e extracurriculares contemplam os seguintes aspectos:

prática assistencial e em gerenciamento dos serviços de saúde e enfermagem; ensino (educação em saúde, permanente e para a saúde), pesquisa e inovação / pesquisa científica.

Além disso, os discentes são incentivados pelos docentes de forma voluntária a realizar ***Estágio Não Obrigatório***, como prática complementar, em ambiente onde haja assistência de Enfermagem, em instituições ou junto a profissionais liberais conveniados com a UFJ, o qual tem carga horária total ou parcial, aproveitada como Atividades Complementares. Nessa modalidade o aluno tem autonomia para realizar a prática na área de Enfermagem que mais se identifica, além de oportunizar ao discente uma experiência do mercado de trabalho e uma vivência pratica da sua profissão.

São objetivos das atividades de prática profissional curriculares e extracurriculares no Curso de Graduação em Enfermagem da UFJ, em relação as competências dos discentes:

- Reconhecer-se como sujeito do processo de formação, participante ativamente de sua formação acadêmica, por meio de metodologias ativas de ensino-aprendizagem e abordagens inovadoras de educação, que estimulem os discentes à aprendizagem significativa.
- Desenvolver a capacidade de aprender a aprender com os sujeitos e com a comunidade atendidas pelos discentes, no contexto da prática curricular, numa perspectiva plural e de respeito às diversidades, considerando o contexto histórico, político, jurídico e ético, com base no respeito à autonomia, saberes e experiências dos sujeitos.
- Desenvolver ações de educação na promoção da saúde, prevenção de riscos, agravos e doenças, redução de danos e reabilitação considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, cultura, trabalho, adoecimento e morte, conciliando as necessidades dos indivíduos, família e comunidade, e atuando como sujeito de transformação social.
- Considerar as características, cultural e especificidades dos indivíduos, famílias e grupos sociais para escolha da opção pedagógica que norteará a ação educativa, em atividades de educação e promoção da saúde.
- Reconhecer a dimensão educativa como inerente ao processo de trabalho do enfermeiro na Rede de Atenção à Saúde, na perspectiva da integralidade do cuidado em saúde e da valoração do trabalho educativo na formação de novos profissionais de enfermagem.
- Elaborar projetos educativos com os sujeitos participantes da ação e que contemplem o diagnóstico das necessidades destes, definição de objetivos, seleção de metodologias e recursos pedagógicos, implementação e avaliação das ações educativas, fortalecendo a integração ensino-serviço-comunidade na UFJ.
- Desenvolver atividades assistenciais inerentes ao profissional enfermeiro, respeitando os princípios éticos e legais da profissão e o campo de atuação do enfermeiro.

- Desenvolver atividades de gerenciamento do cuidado ao paciente e/ou assistência de enfermagem, direta e indireta.
- Aproximação com a realidade profissional e social, inerente a assistência direta e indireta de enfermagem.
- Desenvolver a assistência de enfermagem nos diversos contextos de saúde, sendo de baixa, média e alta complexidade e em todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária).
- Desenvolver projetos de pesquisa, extensão e inovação do contexto da prática assistencial e gerencial de enfermagem.

No âmbito do curso de Enfermagem e institucionalmente há constante incentivo a participação dos discentes em programas de pesquisa, inovação tecnológica e extensão, de forma voluntária ou remunerada, com ou sem vinculação à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) e à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE). No âmbito da prática de pesquisa, inovação e extensão, o discente do curso de Enfermagem é incentivado a explorar e desenvolver suas habilidades, para melhorar sua integração à universidade e à prática profissional.

Desde o primeiro período do curso, os discentes são apresentados às diversas formas de ingresso na iniciação científica e extensão universitária, por serem consideradas um elemento fundamental de responsabilidade social, enriquecendo a formação acadêmica, na produção do conhecimento e proporcionando novas experiências e interações entre calouros e veteranos.

O incentivo constante aos discentes do curso de Enfermagem a participarem das diversas iniciativas de pesquisa, tanto no âmbito do curso quanto nos programas institucionais, favorece o desenvolvimento de profissionais capacitados para resolução de problemas, com pensamento crítico, além da criação de evidências científicas e procedimentos com embasamento em ciência que a pesquisa proporciona. Nessa conjuntura, são ofertadas as seguintes oportunidades práticas em pesquisa, extensão e inovação aos discentes do curso de Enfermagem:

- **Núcleos de pesquisa vinculados ao curso de Enfermagem:** O Curso de Enfermagem, conta com dois núcleos de pesquisa (NEASC E NEGECS) que desenvolvem estudos na área de saúde pública / coletiva, hospitalar, de ensino e gerencial de Enfermagem, com participação dos docentes tanto do curso de enfermagem, quanto de outros cursos, distribuídos conforme suas linhas ou áreas de atuação na pesquisa. Os discentes são incentivados a participarem dos referidos núcleos a partir do primeiro período, enquanto cursam a disciplina de “metodologia científica: fundamentos filosóficos e metodológicos da pesquisa”, e a se inserirem nos projetos de pesquisa independentes e/ou vinculados a iniciação científica, dos docentes ligados aos núcleos de pesquisa e, também a participarem dos projetos de extensão desenvolvidos por esses núcleos.

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC):** O programa atende instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas, a seleção dos projetos de pesquisa é feita pelas instituições e as cotas de bolsas de Iniciação Científica (IC) são concedidas diretamente às instituições por meio de chamadas públicas bienais.
- **Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC):** O programa destina-se a incentivar os discentes à participarem de forma voluntária do Programa de Iniciação Científica de forma voluntária e complementar ao PIBIC, viabilizando a produção de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades que permitam a iniciação discente no campo da pesquisa.
- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI):** É um programa institucional voltado para a Iniciação Tecnológica e de Inovação para os discentes de graduação. O programa concede bolsas de Iniciação Tecnológica às instituições que desenvolvem pesquisa em tecnologia e inovação por meio de chamadas públicas bienais.
- **Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC- AF):** É o resultado de uma parceria inicial entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O programa concede cotas de bolsas de Iniciação Científica diretamente para as instituições públicas, participantes do PIBIC e/ou PIBITI e que tenham implementado ações afirmativas para o ingresso no Ensino Superior. Nessa modalidade só poderão ser indicados os estudantes que sejam beneficiários de ações afirmativas.
- **Programa de Bolsas de Extensão, Cultura e Esporte (PROBEC) e Programa de Voluntariado de Extensão, Cultura e Esporte (PROVEC):** Tem a finalidade de apoiar o desenvolvimento de ações de extensão, cultura e esporte na UFJ, nas modalidades de programas, projetos, prestação de serviços, eventos e cursos, conforme o estabelecimento na Resolução CONSUNI nº 021/2021.
- **PET-Saúde e PET – Enfermagem:** Promovem ações de serviço, pesquisa, extensão e cultura e incentivam seus participantes a apresentação e divulgação dos seus trabalhos em eventos científicos e/ou publicações científicas, fortalecendo a prática profissional dos discentes no campo da pesquisa, extensão e cultura.

Tais atividades práticas se organizam distintamente durante todo o curso e institucionalmente de forma de ampliar a vivência e o aprendizado dos estudantes nos diversos cenários de prática, permitindo maior relação e comprometimento com a realidade social e o fortalecimento da articulação

entre educação, trabalho e prática profissional nos diversos cenários do ensino-serviço-comunidade na atenção em saúde.

6. CONTEXTO POLÍTICO, DIDÁTICO E PEDAGÓGICO

6.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

As Políticas Institucionais no âmbito do curso de enfermagem da Universidade Federal de Jataí, estão em conformidade com o estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que se reconstroem permanentemente em conformidade com a LDB, com as Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e com o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG), aprovados pelos conselhos superiores da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

O Curso de Bacharelado em Enfermagem da UFJ estimula as políticas institucionais relativas à tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, trabalhadas de maneira indissociável, com o objetivo de ampliar e aprofundar os conhecimentos ministrados na graduação, garantindo um ensino crítico e criativo, onde aluno é sujeito da aprendizagem, tendo o professor como facilitador e mediador do processo ensino/aprendizagem, pautado na integralidade, na articulação educação e trabalho e do ensino, pesquisa e extensão/assistência e do cuidado de si.

O Ensino prioriza a sólida formação profissional e de cidadania com um curso de graduação voltado para um ensino teórico-prático que amplia as fronteiras do saber, onde a formação teórica está aliada às práticas, buscando sempre uma inserção precoce dos alunos nos campos de prática do SUS, além de trabalhar com simulação e treinamento em laboratório. Além disso, visa articular a teoria e prática, na integração ensino e serviço com participação social. A relação teoria-prática está presente em todos os momentos da graduação, para que haja uma formação integral do indivíduo, tornando-o apto a desenvolver suas atividades profissionais. Valoriza-se a transversalidade dos conteúdos na formação, a interdisciplinaridade, a utilização de metodologias ativas e a avaliação contínua do discente.

O curso possui a política de acolhimento, onde os discentes recém-chegados são recebidos com evento organizado pela coordenação do curso, professores, membros do Centro Acadêmico e veteranos. Os veteranos buscam auxiliar e acompanhar os calouros através do apadrinhamento, ocorrido durante a “Cerimônia do Jaleco”. Além disso, há um projeto de ensino voltado ao acolhimento e acompanhamento pedagógico dos alunos durante o primeiro período do curso.

As atividades de nivelamento acontecem em cada início de semestre, onde são realizadas, nas disciplinas, atividades de revisão e de avaliação diagnóstica dos conhecimentos prévios necessários,

na tentativa de suprir possíveis lacunas. Ademais a Universidade conta com Programa de Monitoria, o qual, apoia o discente no ensino-aprendizagem (teórico e prático) e contribui para o desenvolvimento de habilidades como o planejamento, ensino, relacionamento interpessoal e pensamento crítico e nivelamento acadêmico.

Os docentes do curso de Enfermagem da UFJ desenvolvem projetos de pesquisa e extensão que permitem um melhor desempenho e uma maior integração dos estudantes do curso com os vários cursos existentes na instituição, por meio da vinculação aos programas institucionais e núcleos de pesquisa, de tal forma que fortalecem e ampliam intercâmbios institucionais, bem como entre a UFJ e instituições nacionais e internacionais, além de permitir ao discente um contato significativo com o conhecimento recente e inovador.

A extensão como parte integrante do currículo, figura-se como forma de ampliar a vivência e o aprendizado dos estudantes nos diversos cenários de prática, permitindo maior relação e comprometimento com a realidade social e fortalecimento da relação teoria-prática, ensino-serviço-comunidade na atenção à saúde. Constitui-se ainda, como processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018).

As ações de extensão e cultura são realizadas seguindo as linhas do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, por meio de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.

A oferta das ações de extensão universitária acontece dentro do percurso acadêmico do aluno de maneira interdisciplinar ou em ações específicas, por meio do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec), Programa de Voluntariado de Extensão e Cultura (Provec) e por ações vinculadas à Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFJ e cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – Módulo de Extensão. Essas ações compõem, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil.

As políticas com foco na pesquisa são aquelas relacionadas à produção de conhecimentos científicos básicos, aplicados e tecnológicos e devem ser desenvolvidas através de projetos e pesquisas ligadas aos núcleos ou linhas de pesquisa vinculadas ao Curso de Graduação em Enfermagem e em articulação com a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação da UFJ, sendo cadastradas no Sistema de Informação da Pesquisa e Inovação pelo docente orientador do projeto.

A pesquisa é incentivada por meio de diversos mecanismos institucionais, onde o corpo docente/discente desenvolve atividades de pesquisa por meio da iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, vinculação do discente aos Núcleos de Pesquisa, pesquisas em parceria com

outras instituições e/ou centros de pesquisas e vínculos com programas de Pós-Graduação.

Os discentes são incentivados a apresentar os resultados das pesquisas realizadas, em eventos científicos organizados pela universidade como a “Semana de Enfermagem e Congresso Internacional de Enfermagem da UFJ” e o Congresso de ensino, pesquisa e extensão (CONEPE), evento institucional que ocorre anualmente, organizado pela Pró-reitoria de pesquisa e extensão, com participação de todos os cursos de graduação da UFJ, além da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, em bancas de defesa pública, obrigatória no curso de Enfermagem.

Atualmente, o curso de Graduação em Enfermagem conta com dois núcleos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq, sendo o Núcleo de Estudos Avançados em Saúde Coletiva - NEASC e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gestão, Educação e Cuidado em Saúde - NEGECS.

Além disso, contamos com o Programa de Educação Tutorial (PET) que apoia as atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão, e ainda atividade artístico-cultural. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementam a formação acadêmica do estudante e atendem às necessidades do próprio curso de graduação.

Para o corpo discente são oferecidas bolsas por meio do Programa de Iniciação Científica, Programa de Bolsa de Extensão, Cultura e Esporte e Programa de Monitoria fornecidas pela própria IES ou por órgãos de fomento. No Programa de Educação Tutorial PET Enfermagem UFJ os estudantes e o professor tutor recebem benefício financeiro de acordo com a Política do MEC/FNDE específica ao programa. O Programa de Educação para o Trabalho - PET Interprofissional conta com coordenadores, tutores, preceptores oriundos dos serviços de saúde e alunos que recebem bolsas destinadas ao programa por meio do Ministério da Saúde. Além disso, outros incentivos institucionais são oferecidos aos alunos como a bolsa de auxílio estudantil que inclui os auxílios alimentação, moradia e permanência.

A UFJ tem promovido atividades voltadas à inclusão digital/conectividade e ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, oferecendo aos discentes, durante o período de graduação, empréstimos de equipamentos e chips com franquia de internet, bem como concessão de bolsas destinadas ao pagamento de franquias de serviço de internet, computadores, acessórios e/ou periféricos, para uso no ensino-aprendizagem.

Além disso, conta-se com o suporte institucional para o docente e discente para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação e de ferramentas digitais, cursos de capacitação para a utilização desses recursos, disponibilidade de acesso a equipamentos eletrônicos e à internet wi-fi em diferentes espaços do campus, bem como suporte técnico oferecido pelo Centro de Recursos Computacionais da UFJ.

6.2 Objetivos do Curso

6.2.1 Objetivo Geral

Formar enfermeiros generalistas, com postura ética, crítica e reflexiva, qualificados para o exercício da profissão nos diferentes contextos do processo saúde-doença-cuidado, compreendendo-o como um fenômeno biopsicossocial e tendo por referência os preceitos humanísticos, éticos e científicos da Enfermagem, atuando com responsabilidade social e compromisso com a cidadania e com o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo sujeitos promotores da saúde integral do ser humano.

6.2.2 Objetivos Específicos

- Possibilitar a formação de enfermeiros que compreendam e estejam comprometidos com os problemas atuais da sociedade e aptos a atuarem com qualidade e responsabilidade social.
- Adequar a estrutura curricular às exigências legais e às demandas locais, nacionais e globais da formação profissional.
- Desenvolver habilidades para a atuação profissional na perspectiva do cuidado ampliado das necessidades em saúde, em suas múltiplas dimensões. Promover uma formação com articulação teórico-prática, pautada nos conceitos fundamentais e prerrogativas da profissão.
- Formar enfermeiros aptos a atuarem na assistência à saúde integral de indivíduos, famílias e comunidade, na gestão dos serviços de saúde e de Enfermagem e na pesquisa aplicada à saúde.
- Formar enfermeiros capazes de trabalhar em equipes multiprofissionais, a partir do desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes como a comunicação, a escuta qualificada, a liderança, a corresponsabilidade e o gerenciamento de conflitos.
- Fomentar o desenvolvimento de competências para o trabalho na gestão da saúde e na implementação de políticas públicas voltadas para consolidação de novos modelos de atendimento e atenção à saúde.
- Formar enfermeiros aptos a atuarem como coordenadores do trabalho da equipe de Enfermagem, compreendendo o processo de trabalho em enfermagem e em saúde.
- Formar profissionais comprometidos com seu autodesenvolvimento e com o processo de formação continuada e educação permanente dos profissionais de saúde, tendo em vista a qualidade do exercício profissional e o atendimento as legislações vigentes no país.

- Formar enfermeiros cientes de seus direitos e deveres legais, com autonomia profissional para aceitar ou recusar determinadas práticas, em função de critérios éticos, legais, humanos, ecológicos e científicos e das necessidades da clientela.
- Incentivar o desenvolvimento de uma práxis humanizada, com foco na qualidade e resolutividade da assistência/cuidado e da gestão em enfermagem.
- Formar profissionais que reconheçam a importância do cuidado a sua própria saúde física e mental, buscando pelo bem-estar como profissional e como cidadão.
- Formar enfermeiros que conheçam as entidades representativas da profissão, cumprindo com seus deveres éticos e legais, com autonomia para associar-se a outras pessoas e instituições, com quem compartilhem ideais e interesses profissionais, buscando sempre o desenvolvimento, aprimoramento e valorização da ciência e da profissão de enfermagem.
- Formar enfermeiros que conheçam os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e que trabalhem para seu fortalecimento como patrimônio nacional.

7. PERFIL DO CURSO E PROFISSIONAL DO EGRESSO

7.1 Perfil do Curso

O perfil do egresso do curso de graduação em Enfermagem, grau acadêmico bacharelado da Universidade Federal de Jataí, está alinhado com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem, determinadas pela Resolução CNE/CES Nº. 3, de 7 de novembro de 2001 (Brasil, 2001) e com o Resolução CNS Nº 573, de 31 de janeiro de 2018 (Brasil, 2018). E tem como meta principal a formação do Enfermeiro Generalista, capaz de atuar nos diversos contextos de saúde-doença e cuidado do indivíduo, família e coletividade humana em que requerem assistência direta e / ou indireta de Enfermagem.

O curso confere graduação ao Enfermeiro na modalidade bacharelado, com amplo conhecimento teórico e prático inerentes ao exercício profissional de Enfermagem, capazes de exercer a profissão de enfermagem assistencial e gerencial, com capacidade de liderança e tomada de decisão de forma ética, humanizada e com respeito à dignidade humana e legislações vigentes no país.

É desenvolvido na modalidade 100% presencial. E os candidatos ingressam no curso pelos meios adotados pela Universidade Federal de Jataí tais como: SISU, reingresso, transferências e outros que vierem a ser adotados.

É composto por um núcleo de conteúdos comuns, específicos e optativos. Adota o modelo de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade por meio da obrigatoriedade de cumprimento de carga

horária de Núcleo Livre, o qual promove a interação dos discentes com vários outros cursos ofertados na instituição.

O curso visa ainda, à articulação entre o ensino, pesquisa, extensão e assistência, buscando uma formação integral, em um período mínimo de dez semestres (cinco anos) e máximo de dezesseis semestres (oito anos).

7.2 Perfil e Habilidades do Egresso

O egresso do curso de graduação em Enfermagem terá como objeto o cuidado de enfermagem com foco nas necessidades: sociais em saúde, singulares da pessoa, família ou coletividade humana, que se encontram sob a atenção e os cuidados de enfermagem. Terá formação generalista, humanista, crítica, reflexiva, política e ético legal, para exercer suas atividades nos diferentes níveis de atenção à saúde e do cuidado de enfermagem, tais como promoção da saúde, prevenção de doenças e riscos, tratamentos específicos, redução de danos e agravos, recuperação de doenças, manutenção da saúde e reabilitação no âmbito individual e coletivo, em todos os níveis e complexidades assistências, com senso de responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania e da dignidade humana (Brasil, 2001; Brasil, 2018).

O Curso de graduação em Enfermagem, grau bacharelado, formará um profissional competente e habilitado para:

- Dentro do seu âmbito profissional, aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo.
- Assegurar que sua prática profissional seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções de qualidade e dos princípios de ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo.
- Estar fundamentado para tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os enfermeiros formados pela UFJ terão competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas.
- Os profissionais enfermeiros serão acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiados, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral.

- Exercer liderança no trabalho em equipe multiprofissional, e estarão habilitados para assumir posição de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade, com compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz.
- Terão habilidades para administração e gerenciamento e serão aptos para tomada iniciativa, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma estarão aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde.
- Serão capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, com responsabilidade e compromisso com sua educação e o treinamento/estágio das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando o desenvolvimento a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

O curso de graduação em Enfermagem também está comprometido com a formação de enfermeiros, com competências técnico-científicas, ético-políticas, socioeducativas e que atendam às necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando a integralidade da atenção, a qualidade e a humanização do atendimento e que permitam aos enfermeiros:

- Ser um profissional qualificado para o exercício da profissão, com base no rigor técnico, científico e intelectual, capaz de reconhecer e intervir, em contextos de complexidade, levando em consideração o perfil epidemiológico e sociodemográfico nacional, com ênfase na sua região de atuação.
- Participar nas estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde nos diferentes níveis federativos.
- Assessorar órgãos, empresas, instituições em projetos de saúde.
- Exercer a gestão dos serviços de saúde e de enfermagem e a gerência do cuidado de enfermagem na atenção à saúde.
- Respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional de enfermagem.
- Atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando e/ou gerenciando programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação à saúde, sensibilizados e comprometidos com o cuidado de qualidade e seguro ao paciente, família e comunidade, valorizando a diversidade e respeitando as diferenças humanas.

- Atuar como integrantes de equipes multiprofissional e interdisciplinar com comprometimento e qualidade, para a produção da saúde, apoiado nos preceitos éticos e científicos inerentes a profissão de enfermeiro.
- Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema de saúde.
- Contribuir para a manutenção da saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, considerando suas circunstâncias étnicas, políticas, sociais econômicas, ambientais e biológicas.
- Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social, entendo-a como uma forma de participação e contribuição social.
- Realizar diagnósticos de Enfermagem e plano assistencial sistematizado com segurança e qualidade, zelando pelo bem-estar e segurança do paciente, família e coletividade humana.
- Conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos.
- Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas.
- Incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional.
- Estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões.
- Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional.
- Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações.
- Atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso.
- Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança.
- Reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde.
- Atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos.
- Responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades.

- Reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem.
- Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.
- Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes / pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social.
- Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem.
- Atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico.
- Identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes.
- Intervir no processo de saúde-doença, responsabilizando-se pela qualidade da assistência/ cuidado de enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência.
- Coordenar o processo de cuidar em enfermagem considerando contextos e demandas de saúde. Prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade.
- Compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários.
- Integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais.
- Gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional.
- Planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde.
- Planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento.
- Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional.

Respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão.

- Interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo; utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde.

- Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde.
- Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde.
- Cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como enfermeiro.
- Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

A nova estrutura curricular foi elaborada considerando a vivência prática do profissional de Enfermagem, com foco no enfermeiro generalista. Assim, a estrutura curricular foi baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem, determinadas pela Resolução CNE/CES Nº. 3, de 7 de novembro de 2001 (Brasil, 2001); na Resolução CNS Nº 573, de 31 de janeiro de 2018 (Brasil, 2018), na inserção curricular da extensão (Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20/12/1996, suas alterações e regulamentações; nas Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE); na no Estatuto reeditado com aprovação do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CES nº 219/2002) e pelo Ministério da Educação (Portaria MEC nº 522/2003) e Regimento da UFG; no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (Resolução – CEPEC/UFG Nº 1791, de 07 de outubro de 2022) e na legislação do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN).

O discente deverá integralizar 100% da carga horária obrigatória para obtenção do diploma de Bacharel em Enfermagem. O curso é em turno integral e a sugestão de fluxo da matriz curricular foi organizada de maneira fluida para que o discente, caso a siga, consiga concluir sua graduação no tempo mínimo previsto neste PPC. O currículo está disposto em:

- **Núcleo Comum:** 928 horas, de natureza obrigatória, agrega os conteúdos básicos, teóricos e práticos para a formação do profissional de Enfermagem nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Exatas.
- **Núcleo Específico:** 1840 horas, de natureza obrigatória e optativa, agrega os conteúdos específicos teóricos e práticos relacionados ao perfil acadêmico e do profissional egresso.
- **Núcleo Optativo:** 64 horas, de natureza optativa, agrega conteúdos diversos inerentes a matériaa de enfermagem e humanidades. E o aluno tem autonomia para se inscrever na disciplina que tiver interesse ou afinidade com o conteúdo proposto.
- **Núcleo Livre:** 128 horas, agrega conteúdos para a formação complementar global do profissional de Enfermagem (perfil, habilidades e competências).

- **Atividades de Extensão Curricularizáveis:** 440 horas, compreendem atividades realizadas por meio das seguintes modalidades de ações de extensão: Programa, Projeto, Evento, Curso e Prestação de Serviço.
- **Atividades Complementares:** 112 horas, atividades em conformidade com o Regulamento de Atividades Complementares do curso.

Ao final, o aluno deverá cumprir, ao menos, 880 horas de Estágio Curricular Obrigatório e também elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em área de sua escolha em consonância com o orientador enfermeiro docente e pesquisador do curso de Enfermagem.

8.1 Matriz Curricular

NÚCLEO COMUM - OBRIGATÓRIAS							
Nº	**Componente Curricular**	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**
1	Anatomia Humana I	ICS	---	---	64	32	32
2	Anatomia Humana II	ICS	1NC	---	64	32	32
3	Bioestatística	ICS			48	48	---
4	Bioquímica Básica	IB	---	---	48	48	---
5	Biologia Celular e Embriologia	IB	---	---	64	64	---
6	Epidemiologia	ICS	---	---	48	48	---
7	Farmacologia Básica	ICS	9NC	---	48	48	---
8	Farmacologia Aplicada	ICS	7NC		48	48	---
9	Fisiologia Humana I	IB	1NC	---	48	48	---
10	Fisiologia Humana II	IB	9NC	2NC	48	48	---
11	Genética Geral	ICS	5NC	---	64	48	16
12	Histologia Geral	IB	5NC	---	64	48	16
13	Imunologia Básica	ICS	---	---	48	48	---
14	Microbiologia	ICS	---	13NC	48	48	---
15	Parasitologia	ICS	---	14NC	64	48	16
16	Patologia Geral	ICS	9NC e 12NC	---	80	48	32
17	Psicologia Aplicada à Saúde	ICHL	---	---	32	32	---

ICS: Instituto de Ciências da Saúde. IB: Instituto de Biociências. ICHL: Instituto de Ciências Humanas e Letras.

NÚCLEO ESPECÍFICO – OBRIGATÓRIAS							
Nº	**Componente Curricular**	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**
1	Atendimento Pré-Hospitalar	ICS	---	---	32	16	16
2	Cuidado Integral à Saúde da Pessoa Idosa	ICS	23 a 25NEOB	---	48	48	---
3	Cuidado Integral à Saúde do Adolescente	ICS	5NEOB	---	48	48	---

4	Cuidado Integral ao Adulto em Situação Clínica I	ICS	25NEOB	---	80	48	32
5	Cuidado Integral ao Adulto em Situação Clínica II	ICS	4NEOB	---	80	48	32
6	Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde das Mulheres I	ICS	5NEOB	---	80	48	32
7	Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde das Mulheres II	ICS	6NEOB	---	80	48	32
8	Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde do Neonato e da Criança I	ICS	5NEOB 25NEOB	---	80	48	32
9	Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde do Neonato e da Criança II	ICS	8NEOB	---	80	48	32
10	Cuidado Integral de Enfermagem ao Paciente Crítico	ICS	1NEOB, 5NEOB e 12NEOB, 22NEOB	---	112	64	48
11	Cuidado Integral em Atenção Primária à Saúde	ICS	2 a 6NEOB e 8NEOB	7NEOB, 9NEOB	80	48	32
12	Cuidado Integral nos Processos Cirúrgicos e Centro Cirúrgico	ICS	4NEOB e 25NEOB	---	80	48	32
13	Educação e Promoção da Saúde	ICS	14NEOB	---	64	32	32
14	Enfermagem em Saúde Coletiva	ICS	---	---	64	32	32
15	Enfermagem em Saúde Mental I	ICS	17NC	---	64	32	32
16	Enfermagem em Saúde Mental II	ICS	15NEOB	---	64	32	32
17	Enfermagem em Vigilância à Saúde I	ICS	3NC, 6NC, 13NEOB e 14NEOB	4NEOB	64	32	32
18	Enfermagem em Vigilância à Saúde II	ICS	17NEOB	---	64	32	32
19	Enfermagem, Saúde e Sociedade	ICS	---	---	32	32	---
20	Estágio Curricular Obrigatório I	ICS	928h NC 1NEOB a 19NEOB, 22NEOB a 28NEOB, 30NEOB e 31NEOB	---	440	---	440
21	Estágio Curricular Obrigatório II	ICS	20NEOB	---	440	---	440
22	Ética, Bioética e Legislação em Enfermagem	ICS	---	---	32	32	---
23	Fundamentos do Cuidar I	ICS	---	---	80	48	32
24	Fundamentos do Cuidar II	ICS	23NEOB	---	64	32	32
25	Fundamentos do Cuidar III	ICS	24NEOB	---	80	48	32
26	Gestão dos Serviços de Saúde e Enfermagem I	ICS	14NEOB, 22NEOB, 25NEOB	---	48	48	---
27	Gestão dos Serviços de Saúde e Enfermagem II	ICS	26NEOB	---	48	48	---
28	Metodologia Científica: Fundamentos Filosóficos e Metodológicos da Ciência	ICS	---	---	32	32	---
29	Nutrição e Dietética Aplicada à Enfermagem	ICS	4NC e 10NC	---	32	32	---
30	Processamento de Produtos para Saúde e Biossegurança	ICS	14NC	---	64	32	32
31	Trabalho de Conclusão de Curso I	ICS	928h NC, 1NEOB, 13 a 16NEOB, 19NEOB, 22NEOB a 25NEOB, 28NEOB e 30NEOB	---	32	32	---
32	Trabalho de Conclusão de Curso II	ICS	3NEOB, 6NEOB, 8NEOB, 27NEOB e 31NEOB	---	32	32	---

NÚCLEO ESPECÍFICO – OPTATIVAS							
Nº	**Componente Curricular**	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**

1	Administração de Medicamentos em Enfermagem	ICS	24NEOB	---	32	32	---
2	Assistência Integral à Saúde da Mulher: Realidade e Perspectivas para Atualidade	ICS	---	---	32	32	---
3	Controle de Infecções Relacionadas à Saúde e Biossegurança	ICS	13NC 14NC	---	32	32	---
4	Didática Aplicada à Enfermagem	ICS	---	---	32	32	---
5	Educação Permanente em Saúde	ICS	---	---	32	32	---
6	Ética em Pesquisa	ICS	22NEOB	---	32	32	---
7	História da Saúde e da Enfermagem	ICS	---	---	32	32	
8	História e cultura afro-brasileira.	ICHL	---	---	32	32	---
9	Interpretação de Exames	ICS	---	---	32	32	---
10	LIBRAS I - Língua Brasileira de Sinais I (ÁREA DA SAÚDE)	ICHL	---	---	64	64	---
11	Perspectivas para o enfermeiro como profissional Autônomo Liberal	ICS	---	---	32	32	---
12	Possibilidades para o Processo de Enfermagem nos Serviços de Saúde	ICS	---	---	32	32	---
13	Práticas de Enfermagem Baseadas em Evidências no Âmbito da Atenção Primária	ICS	14NEOB	---	32	32	---
14	Práticas de Enfermagem Baseadas em Evidências no Âmbito Hospitalar	ICS	25NEOB	---	32	32	---
15	Processo de Enfermagem em Feridas, Drenos e Lesões por Adesivos Médicos	ICS	---	---	32	32	---
16	Religiosidade /Espiritualidade como uma dimensão humana no processo saúde-doença	ICS	---	---	32	32	---
17	Saúde Sexual e Reprodutiva do Adulto e Idoso	ICS	---	---	32	32	---
18	Segurança do Paciente	ICS	---	---	32	32	---
19	Sistemas de Informação em Saúde	ICS	17NEOB	---	32	32	---
20	Tanatologia: Educação para lidar e cuidar na morte	ICS	---	---	32	32	---

ICS: Instituto de Ciências da Saúde.

8.2 Tabela de Equivalência

O caráter empregado na construção dos componentes curriculares, que considerou os conteúdos e habilidades necessárias durante a formulação de cada componente, gerou uma tabela de equivalência com características particulares, associando a distribuição dos componentes curriculares do PPC aprovado em 2014 e a proposta atual.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE AS MATRIZES CURRICULARES DO CURSO DE ENFERMAGEM GRAU BACHARELADO				
Disciplinas da Resolução CEPEC/UFG Nº 1312/2014			**Disciplina da Matriz Atual**	
Código	**Disciplina**	**CHT**	**Disciplina**	**CHT**
ICS0005	Administração I	40	Gestão dos Serviços de Saúde e Enfermagem I	48
ICS0006	Administração II	40	Gestão dos Serviços de Saúde e Enfermagem II	48
ICS0007	Anatomia Humana I	60	Anatomia Humana I	64
ICS0008	Anatomia Humana II	60	Anatomia Humana II	64
ICS0013	Assistência de Enfermagem ao Paciente Crítico	100	Cuidado Integral de Enfermagem ao Paciente Crítico	112

ICS0015	Atendimento Pré-Hospitalar	30	Atendimento Pré-Hospitalar	32
ICS0021	Bases para o Cuidar do Indivíduo e da Família I	120	Fundamentos do Cuidar II	64
			Possibilidades para o Processo de Enfermagem nos Serviços de Saúde (Optativa)	32
ICS0022	Bases para o Cuidar do Indivíduo e da Família I	150	Fundamentos do Cuidar III	80
			Administração de Medicamentos em Enfermagem (Optativa)	32
IBI0038	Bioquímica Básica	60	Bioquímica Básica	48
ICS0043	Centro de Material e Esterilização	60	Processamento de Produtos para Saúde e Biossegurança	64
ICS0060	Educação Permanente em Saúde	32	Educação Permanente em Saúde	32
ICS0063	Enfermagem Clínica	100	Cuidado Integral ao Adulto em Situação Clínica I	80
ICS0065	Enfermagem em Doenças Infecciosas	100	Cuidado Integral ao Adulto em Situação Clínica II	80
ICS0066	Enfermagem Ginecológica e Obstétrica I	90	Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde das Mulheres I	80
ICS0067	Enfermagem Ginecológica e Obstétrica II	90	Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde das Mulheres II	80
ICS0069	Enfermagem Pediátrica e Neonatológica I	90	Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde do Neonato e da Criança I	80
ICS0070	Enfermagem Pediátrica e Neonatológica II	90	Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde do Neonato e da Criança II	80
ICS0072	Epidemiologia e Bioestatística	75	Bioestatística	48
			Epidemiologia	48
ICS0077	Estágio Curricular Obrigatório I	448	Estágio Curricular Obrigatório I	440
ICS0079	Estágio Curricular Obrigatório II	448	Estágio Curricular Obrigatório II	440
ICS0101	Ética e Exercício da Enfermagem	30	Ética, Bioética e Legislação em Enfermagem	32
ICS0102	Ética em Pesquisa	30	Ética em Pesquisa	32
ICS0109	Farmacologia Básica	45	Farmacologia Básica	48
ICS0107	Farmacologia Aplicada	45	Farmacologia Aplicada	48
IBI0075	Fisiologia	90	Fisiologia Humana I	48
			Fisiologia Humana II	48
IBI0111	Histologia dos Órgãos	60	Histologia Geral	64
IBI0114	Histologia e Embriologia Geral	60	Biologia Celular e Embriologia	64
ICS014	Imunologia	60	Imunologia Básica	48
ICS0151	Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde	32	Controle de Infecções Relacionadas à Saúde e Biossegurança	32
ICS0153	Introdução à Enfermagem	90	Fundamentos do Cuidar I	80
ICS0196	Parasitologia	60	Parasitologia	64
ICS0201	Patologia	75	Patologia Geral	80
ICS0210	Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva	75	Cuidado Integral em Atenção Primária à Saúde	80
ICS0214	Promoção da Saúde	60	Educação e Promoção da Saúde	64
ICS0219	Saúde Coletiva	60	Enfermagem em Saúde Coletiva	64
ICS0225	Sistematização da Assistência de Enfermagem	32	Possibilidades para o Processo de Enfermagem nos Serviços de Saúde	32
ICS0240	Vigilância à Saúde	90	Enfermagem em Vigilância à Saúde I	64
			Sistemas de Informação em Saúde (Optativa)	32

8.3 Quadro Resumo da Carga Horária

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL
Núcleo Comum (NC)	928	21,13%
Núcleo Específico Obrigatório (NEOB)	1.840	41,89%
Estágio Curricular Obrigatório (ECO)	880	20,04%
Núcleo Específico Optativo (NEOP)	64	1,46%
Núcleo Livre (NL)	128	2,91%
Atividades Complementares (AC)	112	2,55%
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)	440	10,02%
Carga Horária Total (CHT)	**4.392**	100%

Legenda: AC: Atividades Complementares; **ECO:** Estágio Curricular Obrigatório; **AEC:** Atividades de Extensão Curricularizáveis; **NC**: Núcleo Comum; **NEOB:** Núcleo Específico Obrigatório; **NEOP:** Núcleo Específico Optativo; **NL:** Núcleo Livre.

8.4 Sugestão de Fluxo

1º PERÍODO							
Componente Curricular	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
Anatomia Humana I	ICS	---	---	64	32	32	NC
Atendimento Pré-Hospitalar	ICS	---	---	32	16	16	NE
Biologia Celular e Embriologia	IB	---	---	64	64	---	NC
Enfermagem em Saúde Coletiva	ICS	---	---	64	32	32	NE
Enfermagem, Saúde e Sociedade	ICS	---	---	32	32	---	NE
Fundamentos do Cuidar I	ICS	---	---	80	48	32	NE
Metodologia Científica: fundamentos filosóficos e metodológicos da Ciência	ICS	---	---	32	32	---	NE
Carga Horária do Período				**368**	**256**	**112**	---
Atividades de Extensão Curricularizáveis				**44 horas**			

2º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**

Anatomia Humana II	ICS	1NC	---	64	32	32	NC
Bioquímica Básica	IB	---	---	48	48	---	NC
Educação e Promoção da Saúde	ICS	14 NEOB	---	64	32	32	NE
Ética, Bioética e Legislação em Enfermagem	ICS	---	---	32	32	---	NE
Fisiologia Humana I	IB	1NC	---	48	48	---	NC
Genética Geral	ICS	5NC	---	64	48	16	NC
Histologia Geral	IB	5NC	---	64	48	16	NC
Carga Horária do Período				**384**	**288**	**96**	---
Atividades de Extensão Curricularizáveis				**44 horas**			

3º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
Bioestatística	ICS	---	---	48	48	--	NC
Fisiologia Humana II	IB	9NC	___---	48	48	--	NC
Fundamentos do Cuidar II	ICS	23NEOB	---	64	32	32	NE
Parasitologia	ICS	---	---	64	48	16	NC
Patologia Geral	ICS	9NC e 12NC	---	80	48	32	NC
Microbiologia	ICS	---	---	48	48	--	NC
Psicologia Aplicada à Saúde	ICHL	---	---	32	32	--	NC
Carga Horária do Período				**384**	**304**	**80**	
Atividades de Extensão Curricularizáveis				**44 horas**			

4º PERÍODO							
Componente Curricular	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
Enfermagem em Saúde Mental I	ICS	17NC	---	64	32	32	NE
Farmacologia Básica	ICS	9NC	---	48	48	---	NC
Fundamentos do Cuidar III	ICS	24NEOB	---	80	48	32	NE
Nutrição e Dietética Aplicada à Enfermagem	ICS	4NC e 10NC	---	32	32	---	NE
Epidemiologia	ICS	---	---	48	48	--	NC
Imunologia Básica	ICS	---	---	48	48	--	NC

Carga Horária do Período	**320**	**256**	**64**	---
Atividades de Extensão Curricularizáveis	**44 horas**			

5º PERÍODO							
Componente Curricular	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
Cuidado Integral ao Adulto em Situação Clínica I	ICS	25NEOB	---	80	48	32	NE
Enfermagem em Saúde Mental II	ICS	15NEOB	---	64	32	32	NE
Enfermagem em Vigilância à Saúde I	ICS	3NC, 6NC, 13NEOB e 14NEOB	---	64	32	32	NE
Farmacologia Aplicada	ICS	7NC	---	48	48	---	NC
Processamento de Produtos para Saúde e Biossegurança	ICS	14NC	---	64	32	32	NE
Carga Horária do Período				**320**	**192**	**128**	---
Atividades de Extensão Curricularizáveis				**44 horas**			

6º PERÍODO							
Componente Curricular	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
Cuidado Integral à Saúde da Pessoa Idosa	ICS	23 a 25NEOB	---	48	48	---	NE
Cuidado Integral ao Adulto em Situação Clínica II	ICS	4NEOB	---	80	48	32	NE
Cuidado Integral nos Processos Cirúrgicos e Centro Cirúrgico	ICS	4NEOB e 25NEOB	---	80	48	32	NE
Enfermagem em Vigilância à Saúde II	ICS	17NEOB	---	64	32	32	NE
Gestão dos Serviços de Saúde e Enfermagem I	ICS	14NEOB, 22NEOB, 25NEOB	---	48	48	---	NE
Trabalho de Conclusão de Curso I	ICS	928h NC, 1NEOB, 13 a 16NEOB, 19NEOB, 22NEOB a 25NEOB, 28NEOB e 30NEOB	---	32	32	---	NE
Carga Horária do Período				**352**	**256**	**96**	---
Atividades de Extensão Curricularizáveis				**44 horas**			

7º PERÍODO							
Componente Curricular	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**

Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde das Mulheres I	ICS	5NEOB	---	80	48	32	NE
Cuidado Integral à Saúde do Adolescente	ICS	5NEOB	---	48	48	--	NE
Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde do Neonato e da Criança I	ICS	5NEOB 25NEOB	---	80	48	32	NE
Gestão dos Serviços de Saúde e Enfermagem II	ICS	26NEOB	---	48	48	---	NE
Carga Horária do Período				**256**	**192**	**64**	**---**
Atividades de Extensão Curricularizáveis				**44 horas**			

8º PERÍODO							
Componente Curricular	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
Cuidado Integral de Enfermagem ao paciente crítico	ICS	1NEOB, 5NEOB e 12NEOB, 22NEOB	---	112	64	48	NE
Cuidado Integral em Atenção Primária à Saúde	ICS	2 a, 6NEOB e 8NEOB	---	80	48	32	NE
Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde do Neonato e da Criança II	ICS	8NEOB	---	80	48	32	NE
Cuidado Integral de Enfermagem à Saúde das Mulheres II	ICS	6NEOB	---	80	48	32	NE
Trabalho de Conclusão de Curso II	ICS	3NEOB, 6NEOB, 8NEOB, 27NEOB e 31NEOB		32	32	---	NE
Carga Horária do Período				**384**	**240**	**144**	
Atividades de Extensão Curricularizáveis				**44 horas**			

9º PERÍODO							
Componente Curricular	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
Estágio Curricular Obrigatório I	ICS	928h NC 1NEOB a 19NEOB, 22NEOB a 28NEOB, 30NEOB e 31NEOB	---	440	---	440	NE
Carga Horária do Período				**440**	**---**	**440**	

Atividades de Extensão Curricularizáveis	**44 horas**

10º PERÍODO							
Componente Curricular	**UA Responsável**	**Pré-requisito (PR)**	**Correquisito (CR)**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
Estágio Curricular Obrigatório II	ICS	20NEOB	---	440	---	440	NE
Carga Horária do Período				**440**	**---**	**440**	
Atividades de Extensão Curricularizáveis				**44 horas**			
Carga Horária Acumulada no Curso = NC + NE = 928 + 2.720 =				**3.648 horas**			
Carga horária Acumulada em Disciplina Optativa (64) + Núcleo Livre (128) + Atividades Complementares (112) + Atividades de Extensão Curricularizáveis (440) =				**Carga horária total do curso: 4.392 horas**			

NC: Núcleo Comum NE: Núcleo Específico
Observação: 1. A Carga horária Acumulada na tabela de sugestão de fluxo, não inclui a carga horária de atividades complementares, Núcleo Livre e disciplinas optativas. 2. Na inclusão de todos os componentes curriculares o discente obterá carga horária total do curso, que deve ser de 4.392 horas, para que haja integralização curricular e processo de conclusão de curso.

ICS: Instituto de Ciências da Saúde. IB: Instituto de Biociências. ICHL: Instituto de Ciências Humanas e Letras.

8.5 Estratégias de Ensino-Aprendizagem, Acompanhamento, Acessibilidade Metodológica e Autonomia Discente

O curso de Graduação em Enfermagem, Grau Bacharelado, ofertado na modalidade exclusivamente presencial, adota uma concepção de formação generalista, cujo objetivo é permitir ao discente o acesso a práticas e conhecimentos que possibilitam a sua preparação, para atuar nos diversos contextos em que o profissional enfermeiro é inserido, seja na assistência direta ou indireta de enfermagem, seja na gestão e gerenciamento de serviços de saúde.

Acreditamos que a qualidade do ensino resulta do envolvimento do discente com seu processo de aprendizagem. Dessa forma, para cada encontro docente-discente há um tipo de organização do espaço pedagógico, de interação cognitiva e afetiva, de referência de estrutura de aprendizagem.

Ressalta-se que, o curso de Graduação em Enfermagem preza pela autonomia docente, em suas estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação discente. Para isso, utiliza-se diferentes técnicas e estratégias de ensino-aprendizagem, mesclando métodos tradicionais, ativos, teóricos e práticos. Dessa forma, busca graduar um profissional crítico, reflexivo e com capacidade de liderança e gerenciamento de crises, inerentes ao trabalho profissional do Enfermeiro.

As estratégias de ensino-aprendizagem adotadas pelo corpo docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Jataí consideram as condições estruturais da instituição; condições de trabalho dos docentes, as condições sociais dos alunos e os recursos disponíveis. Desse modo, os docentes do curso procuram utilizar estratégias de ensino que visam sensibilizar, motivar e envolver os discentes no processo de aprendizado, possibilitando o seu abarcamento em aulas práticas, estágios, projetos e ações de extensão e pesquisa, desde os primeiros semestres da graduação, como forma de oportunizar o desenvolvimento de competências essenciais para atuação do profissional Enfermeiro.

De maneira semelhante, o acompanhamento da aprendizagem adota diferentes critérios a depender do contexto em que o discente está inserido, tendo o professor autonomia para definir junto com os discentes a melhor maneira de ocorrer a avaliação de aprendizagem acadêmica. Contudo, essa avaliação deverá ser realizada de forma contínua, permitindo o replanejamento e adequação da metodologia proposta, em consonância com o nivelamento acadêmico dos discentes.

Quanto à acessibilidade metodológica ou pedagógica, a UFJ conta com o apoio da Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), do Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LAI) e com o Serviço de Psicologia e Psicopedagogia da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), os quais buscam auxiliar e orientar docentes e coordenadores de cursos na adequação curricular, para atender as especificidades do discentes com necessidades educacionais.

Tal aproximação entre docentes e NAI é solicitada mediante identificação de necessidades dos alunos, por professores ou pelos coordenadores de cursos, para auxiliar na inclusão dos discentes com deficiência física, visual, auditiva e intelectual, bem como na continuidade e / ou conclusão do curso pelo discente.

Em situações excepcionais, o curso de Enfermagem poderá adotar recursos digitais de ensino e de comunicação virtual, de forma a atender as necessidades de discentes que estejam por alguma razão, momentaneamente incapacitados e/ou impedidos de frequentar as aulas e atividades acadêmicas presenciais. Ressalta-se que o curso privilegia a formação presencial do discente.

Em situações excepcionais, a viabilidade da adoção dessa modalidade seguirá os critérios previstos nas legislações vigentes, bem como suas normas complementares, sem prejuízos na formação acadêmica do discente.

Em suma, a formação dos Enfermeiros se fundamentará numa perspectiva interdisciplinar e multiprofissional, fomentado uma atitude crítica-resolutiva e em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

9. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

Em consonância com o perfil do egresso do Curso de Graduação em Enfermagem, grau Bacharelado, o Estágio Curricular Obrigatório deverá contribuir na relação fundamental entre teoria e prática, buscando possibilitar aproximação e experiências aos discentes nos diversos espaços de atuação dos profissionais bacharéis em Enfermagem.

O Estágio curricular obrigatório e não obrigatório é um ato educativo supervisionado, cujo objetivo é a preparação dos discentes para o trabalho produtivo e qualificado (Brasil, 2008). Visam o treinamento das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais dos serviços, inclusive estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e cooperação por meio de redes nacionais e internacionais (Brasil, 2001).

No curso de Graduação em Enfermagem, os estágios poderão ser realizados na modalidade de “Estágio Curricular Obrigatório” (realizado no contexto das disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório I e II), no 9º e 10º períodos do curso e de “Estágio Curricular Não Obrigatório”, conforme determinação das diretrizes curriculares, modalidade e área de ensino e do Projeto Pedagógico do Curso.

Independente da modalidade de estágio, o mesmo seguirá normas complementares do Curso de Graduação e Enfermagem descritas no “***Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado*** e

no "***Manual com Orientação para o Estágio Supervisionado em Enfermagem I e II"***, da Universidade Federal de Jataí, do Conselho Federal de Enfermagem e da Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, altera a Consolidação das Leis Trabalhistas e dá outras providências.

O estágio não constituirá em vínculo empregatício entre universidade-discente e o campo de prática em saúde de qualquer natureza. O "***Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado"*** e o ***"Manual com Orientação para o Estágio Supervisionado em Enfermagem I e II"***, contendo informações adicionais e complementares, quanto a carga horária e suas formas de aproveitamento, modalidades, formas de acesso, convênios aproveitamento de competências e Legislações aplicadas ao curso de Enfermagem, estão disponíveis para consulta na página institucional do curso de Enfermagem da UFJ.

Ressalta-se que o curso de Enfermagem da UFJ possui regulamento próprio do Estágio e o Manual do Estagiário, disponíveis no site institucional do curso, para dirimir as questões específicas e orientar os discentes e professores sobre os procedimentos concernentes à realização do Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório.

9.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório (ECO) é aquele cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. É uma atividade de diálogo crítico com a realidade, que favorece a articulação do ensino com pesquisa e extensão, a articulação entre teoria e prática e a interprofissionalidade e multiprofissionalidade, configurando um importante espaço formativo para o discente.

No Curso de Graduação em Enfermagem, o ECO é desenvolvido sob a orientação, acompanhamento efetivo e permanente de um professor Enfermeiro do Curso de Enfermagem, com o acompanhamento do Coordenador de Estágios do Curso. Nos serviços de saúde conveniados os discentes, contam ainda com o apoio e supervisão diária e diretamente de profissionais enfermeiros qualificados, em sua área de atuação, que atuam diretamente no campo de estágio conveniado, facilitando a inserção e familiarização do discente nas rotinas institucionais.

Além disso, o Curso de Graduação em Enfermagem segue as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem aprovadas pelo CNE/ CES Nº 3, de 7 de Novembro de 2001, que preconizam a formação para o exercício de competências e habilidades específicas para atenção à saúde, a saber: comunicação, tomada de decisões, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente.

Para isso, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio curricular obrigatório em hospitais gerais e

especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidade, com uma carga horária mínima de 20% da carga horária total do Curso.

No Curso de Graduação em Enfermagem, o ECO possui carga horária total de 880 horas, divididas igualmente em duas disciplinas: Estágio Curricular Obrigatório I (440 horas) e Estágio Curricular Obrigatório II (440 horas).

Essas disciplinas são ofertadas no 9º e 10º períodos do curso, respectivamente. Obrigatoriamente, o aluno deverá realizar uma das disciplinas de estágio em Unidade Básica de Saúde (Atenção Primária à Saúde) e a outra em Unidades hospitalares de Saúde. A carga horária do ECO deve ser cumprida integralmente (100%), e exclusivamente de forma presencial, sendo um dos requisitos para a aprovação dos discentes, não podendo ser substituído por outros critérios estabelecidos nas instituições.

Para se matricular nas disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório I e II, o discente obrigatoriamente deverá ter cumprido todos os pré-requisitos da disciplina (explícitos no item "Sugestão de Fluxo" da matriz curricular, neste documento), além de estar devidamente matriculado e cursando as disciplinas explícitas como correquisitos ao Estágio Curricular Obrigatório I e II.

A concessão de unidades de saúde públicas, privadas ou filantrópicas, para o curso das disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório I e II, é estabelecida através de convênios firmados entre a UFJ e as instituições de saúde.

No que diz respeito a estágio realizado no exterior, o reconhecimento e aproveitamento como Estágio Curricular Obrigatório estará condicionado ao cumprimento dos pré-requisitos acadêmicos e ao atendimento das exigências definidas no Regulamento de Estágio do Curso de Graduação em Enfermagem e em normas complementares institucionais que vierem a ser implementadas.

Em observação ao Ofício Circular de nº 4/2023 / CISAU/UFJ, os discentes em período gestacional deverão apresentar ao professor ou coordenador de estágio, atestado ou relatório médico assinado por profissional obstetra liberando a discente para realização das atividades práticas ou estágio em Unidades de Saúde. Tais documentos deverão ainda ser encaminhados ao responsável do setor de saúde específico para ciência e permissão para executar as atividades.

9.2 Estágio Curricular Não Obrigatório

Entende-se por Estágio Curricular Não Obrigatório, aquele desenvolvido como atividade opcional e / ou complementar, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso (BRASIL, 2008).

No Curso de Graduação em Enfermagem, essa modalidade de estágio pode ser realizada a partir do 6º período do curso. E o discente poderá realizar aproveitamento da carga horária do Estágio Curricular Não Obrigatório, para Atividades Complementares, de forma integral. Para realizar o Estágio Curricular Não Obrigatório, discente deverá atender aos seguintes critérios:

I. O aluno deverá estar regularmente matriculado no Curso Graduação em Enfermagem da UFJ e frequentando as aulas e atividades acadêmicas no período do Estágio;

II. Apresentar a coordenação de estágio o "Termo de Compromisso" firmado entre o discente e instituição de ensino e instituição de saúde ao qual o discente pretende realizar o estágio;

III. Ter cursado e ter sido aprovado na disciplina de Cuidado Integral ao Adulto em Situação Clínica I, ofertada no 5º período, bem como todas as disciplinas que são pré-requisitos da mesma;

IV. As atividades de Estágio Curricular não Obrigatório deverão ocorrer em horários que não impeçam o discente a frequentar regularmente as atividades acadêmicas curriculares;

V. A contrapartida devida ao estudante em Estágio Curricular Não Obrigatório deverá ser de inteira responsabilidade da instituição cedente, em que o aluno esteja realizando as atividades de estágio e devem ser celebradas entre acordo entre discente–instituição de saúde e constarem devidamente descritas no "Termo de compromisso entre o estudante e a Instituição Concedente".

Parágrafo 1: A contrapartida devida ao discente pela instituição cedente deverá seguir normas e legislações em vigência no país e estarem devidamente descritas no "Termo de compromisso" entre o estudante e a Instituição Concedente, o qual deverá ser devidamente protocolado, junto a coordenação de estágio do curso de enfermagem.

Parágrafo 2: A Universidade Federal de Jataí não tem qualquer responsabilidade sobre a contrapartida devida ao discente, e em nenhuma hipótese assumirá e / ou se responsabilizará por saldos devedores das instituições cedentes do estágio ao discente estagiário.

Parágrafo 3: As ações em caso de acidentes durante a realização do estágio curricular não obrigatório são de inteira responsabilidade da instituição concedente.

Parágrafo 4: Normas complementares para o Estágio Curricular Não Obrigatório estão descritas no "***Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado"*** e o ***"Manual com Orientação para o Estágio Supervisionado em Enfermagem I e II"***, disponíveis no site do curso.

Parágrafo 5: Casos não descritos nesse item serão objeto de normas complementares institucionais.

9.3 Aproveitamento de Competências Profissionais

O aproveitamento de Competências Profissionais no âmbito do curso de Enfermagem seguirá as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20/12/1996, Capítulo III, Artigo 39, Parágrafo 4º, que diz que "as instituições de educação superior deverão dar transparência e estabelecer critérios e procedimentos objetivos para o aproveitamento das experiências e dos conhecimentos desenvolvidos na educação profissional técnica de nível médio, sempre que o curso desse nível e o de nível superior sejam de áreas afins, nos termos de regulamento".

Assim, no âmbito da UFJ e do curso de Enfermagem, o aproveitamento de competências do discente Técnico de Enfermagem, com vínculo formal e ativo de trabalho, durante o curso de graduação em Enfermagem, para fins de integralização de carga horária de Estágio Curricular Obrigatório, dar-se-á de acordo com a Resolução CEPEC/UFG nº 1791/2022, Seção III, Artigo 18, Parágrafo 6º, que diz que:

> "As competências profissionais adquiridas por meio de vínculo formal de trabalho nas áreas de formação do estudante, realizado concomitantemente com o curso, poderão ser equiparadas, parcial: I- ao estágio curricular obrigatório, quando previsto no Regulamento de Estágio de Curso, e mediante análise da coordenação de estágio do referido curso, e desde que não possua carga horária em ACEx; II- ao estágio curricular obrigatório com carga horária ACEx, quando previsto no Regulamento de Estágio de Curso e mediante análise da coordenação de estágio do referido curso e desde que seu campo de atuação se caracterize como prototípico para ação de extensão".

Além disso, seguirá rigorosamente os dispostos no "***Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Jataí***", disponível no site institucional do curso de Enfermagem, quanto aos processos e limite de carga horária a ser aproveitada.

Ressalta-se que o Estágio Curricular Obrigatório é um componente curricular desenvolvido na forma de disciplinas (Estágio Curricular Obrigatório I e II), mediante atividades em campo específico de atuação do profissional, de acordo com o proposto no PPC e com a legislação vigente.

As competências profissionais adquiridas por meio de vínculo formal de trabalho nas áreas de formação do estudante, no caso do curso de graduação em Enfermagem, considera-se a atuação do discente como técnico de enfermagem, realizado **concomitantemente** com o curso, poderão ser aproveitadas como carga horária de Estágio Curricular Obrigatório, nos seguintes termos:

I. O discente precisa comprovar vínculo formal de trabalho, como Técnico de enfermagem, bem como declaração do Diretor de Enfermagem (Responsável Técnico, registrado no COREN-GO) da Instituição de Saúde vinculado, com descrição detalhada de todas as atividades executadas pelo discente no contexto do trabalho.

II. A carga horária aproveitada será de no máximo 20% da carga horária total do estágio.

III. O discente só poderá realizar aproveitamento de competências profissionais para uma das disciplinas vinculadas ao Estágio Curricular Obrigatório, ou seja, o discente deverá optar pelo aproveitamento da carga horária na disciplina de "Estágio Curricular Obrigatório I" ou no "Estágio Curricular Obrigatório II", não sendo permitido o aproveitamento em ambas as disciplinas.

IV. A solicitação de Aproveitamento de Competências Profissionais deverá ser realizada formalmente, via Processo SEI (ou outro sistema que vier a substituí-lo) e estar em conformidade com os fluxos estabelecidos no Regulamento Geral de Graduação e instruções normativas vigentes na instituição.

V. O processo de Aproveitamento de Competências Profissionais deverá ser analisado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso e pelo Coordenador de Estágio e poderá ou não ser deferido, em sua totalidade ou parcialidade.

Parágrafo 1: Informações adicionais e não especificados neste documento, poderão ser consultadas no "***Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado"*** e o ***"Manual com Orientação para o Estágio Supervisionado em Enfermagem I e II"***, disponíveis no site do curso.

10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares são atividades enriquecedoras e complementadoras do perfil desejado de egresso, que possibilitam a vivência e realização de diferentes atividades acadêmicas, sociais, científicas e culturais, concomitantemente ao Curso de Graduação em Enfermagem, nos seguintes termos:

I. Para efeito de integralização curricular a carga horária mínima exigida para as atividades complementares, no Curso de Graduação em Enfermagem, é de 112 (cento e doze) horas.

II. Serão aceitas como Atividades Complementares para fins de integralização curricular, as atividades realizadas ao longo da formação acadêmica de Graduação em Enfermagem.

III. Os acadêmicos deverão, obrigatoriamente, distribuir a carga horária total das atividades complementares entre os diferentes grupos de atividades, participando assim de atividades diversas.

IV. Poderão ser contabilizadas como atividades complementares as seguintes:

a) Atividades de pesquisa: participação em núcleos de pesquisa; apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais; publicação de artigos científicos em periódicos científicos; atividades de iniciação científica.

b) Monitoria de disciplinas do Curso de Graduação em Enfermagem: Voluntária e / ou

remunerada.

c) Participação em ligas acadêmicas.

d) Participação em Programa de Educação Tutorial (PET) Enfermagem e / ou em Programas de Educação pelo Trabalho para a Saúde.

e) Eventos Culturais; Feiras; Palestras; Congressos; Simpósios e Conferências de cunho científico e que envolva a matéria de Enfermagem ou Ciências da Saúde.

f) Estágios não obrigatórios.

g) Participação em colegiados da instituição e movimentos estudantis.

Parágrafo 1: As disciplinas e atividades realizadas no contexto da extensão acadêmica; Núcleo Comum de disciplinas; Núcleo Obrigatório de disciplinas; Núcleo Livre, bem como as atividades realizadas durante o Estágio Curricular Obrigatório, não poderão ser aproveitadas como atividades complementares, para fins de integralização curricular, mesmo que excedam a carga horária obrigatória.

Parágrafo 2: A validação da carga horária efetivada pelo aluno como atividades complementares será realizada pela Coordenação do Curso de Enfermagem, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) ou em sistema que vier substituí-lo.

Parágrafo 3: Em nenhuma hipótese, atividades realizadas fora do período em que o discente esteja regularmente matriculado no Curso de Graduação em Enfermagem serão contabilizadas para fins de integralização curricular.

O regulamento próprio para as atividades complementares que estipula a carga horária máxima a ser validada, por tipo de atividade está disponível para consulta no site do Curso de Enfermagem.

Parágrafo 4: Informações adicionais e não especificados neste documento, poderão ser consultadas no *"R**egulamento de Atividades Complementares do Curso de Enfermagem – Bacharelado da Universidade Federal de Jataí"*** disponível no site do curso. Casos omissos poderão ser objeto de normas institucionais

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem, determinadas pela Resolução CNE/CES Nº. 3, de 7 de novembro de 2001 (Brasil, 2001), a qual em

seu Art. 12 menciona que o discente deverá elaborar um trabalho de conclusão de curso de graduação, sob orientação docente, o curso de Graduação em Enfermagem estimula a produção e divulgação científica entre os discentes, bem como o pensamento crítico e reflexivo para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Considerando que é função da Universidade a produção e divulgação do conhecimento, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Graduação em Enfermagem é Obrigatório para que ocorra a integralização curricular acadêmica e a conferência ao discente do Grau de Bacharel em Enfermagem.

No curso de Graduação em Enfermagem as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) estão vinculadas a 04 componentes curriculares, a saber: “Metodologia Científica: fundamentos filosóficos e metodológicos da Ciência” (com carga horária de 32 horas), ministrada no primeiro semestre do curso; “Bioestatística” (com carga horária de 48 horas), ministrada no terceiro semestre do curso; “Trabalho de Conclusão de Curso I” (com carga horária de 32 horas), ministrada no sexto semestre do curso e “Trabalho de Conclusão de Curso II” (com carga horária de 32 horas), ministrada no oitavo semestre do curso. Totalizando a carga horária de 144 horas.

Nos componentes curriculares “Metodologia Científica: fundamentos filosóficos e metodológicos da Ciência” e “Bioestatística”, o discente deverá compreender aspectos filosóficos e metodológicos da pesquisa em enfermagem e em saúde. No componente curricular “Trabalho de Conclusão de Curso I”, o discente deverá elaborar o projeto de pesquisa científica e se for o caso, submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, vinculado à Plataforma Brasil, sendo que, a entrega do projeto de pesquisa completo é condição obrigatória para aprovação na disciplina. No componente “Trabalho de Conclusão de Curso II”, o discente desenvolve o projeto realizado na disciplina anterior, elaborando o Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Artigo Científico. Nesse componente, a apresentação do trabalho à banca examinadora, é condição obrigatória para aprovação.

A Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser composta por no mínimo 3 professores, sendo 1 o orientador e os outros 2, professores pesquisadores e / ou enfermeiros com notória experiência na área de estudo, semelhante ao tema apresentado pelo discente, podendo estes serem ou não vinculados à UFJ.

A pesquisa ligada ao TCC deve ser realizada individualmente pelo discente, obrigatoriamente orientada por um docente enfermeiro, vinculado ao Curso de Enfermagem da UFJ. A critério do orientador, o discente, poderá ou não ter um coorientador, o qual poderá ser ligado a qualquer Curso de Graduação da UFJ ou Externo à Universidade, desde que possua um reconhecido conhecimento, na comunidade científica e/ou profissional sobre o objeto de estudo do discente.

A pesquisa científica, no contexto do TCC, deverá ser obrigatoriamente finalizada na

disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso II”, no 08º período do Curso de Graduação em Enfermagem.

O regulamento próprio do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Enfermagem está disponível para consulta na página institucional do curso.

12. ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULARIZÁVEIS

A extensão constitui-se em um processo interdisciplinar político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre a universidade e a sociedade, com o intuito de aplicar o conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa e, no Curso de Graduação em Enfermagem, segue princípios e diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – MEC (Brasil, 2018).

A UFJ apresenta dentre suas políticas institucionais o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão. Assim, o Curso de Graduação em Enfermagem tem se caracterizado desde sua abertura, por diferentes atividades de extensão para a comunidade local, regional e nacional, buscando estabelecer parcerias, as quais citamos a secretaria de saúde, a secretaria da educação e outros setores da sociedade civil.

Portanto, entende-se que o Curso de Graduação em Enfermagem está comprometido com a realidade social e prevê a interface entre o conhecimento e sua socialização por meio de ações de saúde para a sociedade e comunidade.

Para viabilizar a operacionalização as atividades de extensão curricularizáveis (AEC), o aluno deve completar no mínimo 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, inseridas na matriz curricular, o que totaliza 440 horas.

O discente do curso de graduação em Enfermagem, procedente de outra Universidade ou seja, transferidos para o curso de Enfermagem da UFJ, poderá convalidar as ações curricularizáveis de extensão, mediante certificados emitidos com selo e assinatura das autoridades da instituição anterior, podendo aproveitar integralmente a carga horária de extensão já cursada, desde que as AECs executadas sejam condizentes com as modalidades descritas no “**Regulamento das Atividades de Extensão Curricularizáveis do Curso de Enfermagem**”. Quanto às atividades de extensão curricularizáveis realizadas pelos discentes portadores de diploma, estas não poderão ser aproveitadas no curso de Enfermagem, devendo o discente cumprir as 440 horas previstas nesse PPC.

Durante a graduação, as atividades de extensão curricularizáveis serão executadas pelo aluno desde seu ingresso à universidade. Nesse sentido, o curso sugere que o discente contabilize no mínimo 44 horas semestrais, durante todo o processo de formação integral, pactuada em atividades que permitam ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, recuperação e reabilitação, centrado

na pessoa, família e na comunidade, as quais se adaptam e evoluem em nível de complexidade a medida em que o discente avança e adquire conhecimentos técnicos e científicos ao longo da graduação.

É livre ao discente o cumprimento de carga horária de AEC inferior ou superior às 44 horas sugeridas, porém ao final do curso é obrigatório que o discente tenha cumprido a carga horária total de 440 (quatrocentas e quarenta horas), para integralização curricular e colação de grau.

Além disso, serão de caráter interdisciplinar e interprofissional e devem seguir os critérios / padrões abaixo relacionados:

I. Em acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – MEC e a Resolução CONSUNI UFJ Nº 005/2022 de 30 de março de 2022, as atividades de extensão curricularizáveis deverão totalizar um mínimo de 440 horas (10%, com base na Carga Horária Total do Curso de Enfermagem) para efeito de integralização curricular.

II. As atividades de extensão curricularizáveis (AEC) são obrigatórias a todos os discentes do Curso e se integram às atividades do Curso de Graduação em Enfermagem, desde o primeiro período de formação.

III. Os discentes precisam cumprir semestralmente uma carga horária mínima (44 horas) de atividades de extensão curricularizáveis, conforme explícito na matriz curricular, podendo a carga horária das atividades extensionistas ser superior ou inferior, desde que ao final do curso o discente cumpra integralmente às 440 horas fixadas na matriz curricular.

IV. As atividades de extensão curricularizáveis universitária devem ser orientadas por um docente vinculado à Universidade Federal de Jataí, podendo o docente ser lotado em qualquer unidade acadêmica ou curso de graduação ou pós-graduação da universidade, desde que a ação de extensão contemple áreas relacionadas a saúde e enfermagem, e promovam uma ação integradora entre a universidade e a comunidade, onde o aluno também consegue visualizar sua própria evolução em complexidade de ações de extensão e atendimento à população, à medida em que evolui em seu curso de formação acadêmica.

V. O discente é livre para escolher em quais atividades de extensão curricularizáveis deseja se vincular e executar.

VI. A colação de grau do discente, bem como a integralização curricular para fins de aquisição de diploma de Bacharel em Enfermagem, é condicionada ao cumprimento da carga horária total das atividades de extensão curricularizáveis.

VII. E em nenhuma hipótese, o discente poderá ser dispensado do cumprimento das atividades de extensão curricularizáveis, salvo por prerrogativas legais que venham a ser incorporadas na universidade ou na sociedade civil.

VIII. Os discentes enquanto protagonista das atividades de extensão curricularizáveis deverão ser aproximados ao exercício da capacidade crítica, reflexiva e criativa, competências dialógicas construtivas e liderança colaborativa, com orientação de um docente que permita no futuro a autonomia do aluno.

IX. No cumprimento das atividades de extensão curricularizáveis os discentes serão orientados e supervisionados por docentes da Universidade Federal de Jataí e deverão ser ativos em todo o processo que envolve a extensão universitária, sendo protagonistas no planejamento, na execução e na avaliação da ação proposta.

X. As atividades de extensão curricularizáveis serão integradoras e desenvolvidas em espaços junto à comunidade e de acordo com a sua realidade.

XI. As atividades de extensão curricularizáveis poderão ser coordenadas por docentes e/ou técnicos administrativos em educação da UFJ (desde que sejam realizadas em parceria com um docente). No caso da extensão, ser coordenada por profissional Técnico Administrativo, um docente deverá ser o vice-coordenador da ação de extensão. Sendo o vice-coordenador o responsável pelo acompanhamento e avaliação dos estudantes, conforme o que estabelece a Resolução CONSUNI UFJ Nº 005/2022.

Quanto aos aspectos organizacionais, as ações de extensão geralmente estão vinculadas às demandas trazidas dos serviços de saúde, instituições e empresas do município e região e sociedade civil organizada. Elas são desenvolvidas de forma condicionada aos recursos financeiros disponibilizados pela universidade ou empresas e instituições parceiras, disponibilidade dos docentes e relevância da atividade para a formação profissional do enfermeiro.

Para a operacionalização dessas atividades, os discentes poderão ser vinculados ao Programa de Bolsa de Extensão, Cultura e Esporte (PROBEC), podendo ser bolsista ou voluntário desse programa.

Os instrumentos legais que normatizam a extensão na UFJ evidenciam o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de interação da universidade com a sociedade.

Para fins de atividades de extensão curricularizáveis são consideradas as ações de extensão as seguintes categorias: cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços e projetos e programas que englobam diversas ações de saúde, educação em saúde e integração entre a universidade e a comunidade civil e militar. Ademais, as modalidades, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente, também as de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais, distrital e nacional, conforme disposto na Resolução CNE/MEC nº 7 de 2018.

A normatização para o aproveitamento das atividades de extensão curricularizáveis seguirá regulamento próprio do curso de Graduação em Enfermagem e estará em conformidade com as Resoluções da Universidade Federal de Jataí.

13. APOIO DISCENTE

As Políticas Institucionais de Permanência e Assistência aos discentes ocorrem pelas ações conjuntas entre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), o Núcleo de Acessibilidade e Acessibilidade (NAI), a Coordenação de Ações Afirmativas (CAAF) e pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE).

13.1 PNAES

A UFJ atendendo aos pressupostos do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, conforme orientado pela Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), por meio da disponibilização das seguintes ações:

- **Serviço de Psicologia (SEP):** tem como objetivo primordial a prevenção do adoecimento mental e a promoção, da saúde mental dentro do ambiente universitário, realiza atendimento psicológico individual breve para casos urgentes e pontuais de discentes de graduação e pós-graduação, participa de reuniões de colegiado oferecendo orientação e escuta sobre temáticas da saúde mental, planeja e coordena ações para promoção de saúde e qualidade de vida da comunidade acadêmica e assessora a instituição e seus órgãos, analisando, facilitando e/ou intervindo em processos psicossociais, clínicos e funcionais nos diferentes níveis da estrutura.
- **Alimentação**: estruturada em duas modalidades, conta com Restaurante Universitário (RU), que oferece almoço e jantar (de segunda a sexta-feira), no *campus* Jatobá, com subsídio integral a discentes em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela Coordenação de Serviço Social (CSS) da PRAE/UFJ e/ou com subsídio parcial para estudantes da graduação. Além disso, há auxílio financeiro em espécie para estudantes de graduação, em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CSS-PRAE/UFJ, que estão matriculados nos cursos do *campus* Riachuelo.

- **Incentivo Pedagógico:** auxílio financeiro em espécie para a manutenção das despesas essenciais ao desempenho acadêmico (livros, fotocópias, equipamentos, etc.) das/os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CSS-PRAE/UFJ.
- **Permanência:** auxílio financeiro a estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CSS-PRAE/UFJ, indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente à/ao estudante por meio de um cartão de benefício. A PRAE/UFJ acompanha o cadastro no Sistema do Programa Bolsa Permanência – PBP, e o rendimento acadêmico. De acordo com o calendário do Ministério da Educação – MEC, a homologação é feita mensalmente.
- **Acolhida:** auxílio financeiro em espécie, para condições iniciais de acesso à universidade, para estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CSS-PRAE/UFJ.
- **Transporte:** auxílio financeiro em espécie para pagamento do transporte estudantil (duas passagens diárias) de segunda a sexta-feira, para acesso à universidade, às/aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CSS-PRAE/UFJ.
- **Auxílio Parental:** auxílio financeiro em espécie às mães universitárias, estudantes de graduação, com filhos de 0 a 12 anos, para custeio de despesas correlatas ao seu núcleo familiar, e que lhes possibilite permanecer na universidade, desde que comprovada a situação de vulnerabilidade socioeconômica pela CSS-PRAE/UFJ.
- **Eventos:** auxílio financeiro pontual e em espécie para passagem, hospedagem e alimentação na apresentação de trabalhos em eventos científicos/artísticos nacionais e regionais, participação em eventos político-estudantis e esportivos para estudantes dos cursos de graduação, em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CSS-PRAE/UFJ.
- **Cultura:** auxílio financeiro pontual e em espécie para participação em atividades/eventos culturais, para estudantes dos cursos de graduação, em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CSS-PRAE/UFJ.
- **Saúde:** auxílio financeiro pontual e em espécie para despesas com saúde, destinado a estudantes de graduação, em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CSS-PRAE/UFJ.
- **Eventualidade:** auxílio financeiro pontual e em espécie para atendimento a dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas de estudantes de graduação, comprovada pela CSS-PRAE/UFJ.

- **Transporte Institucional - Translado Intercampi UFJ:** realiza traslado dos discentes entre os Campus Jatobá e Campus Riachuelo, de forma regular e gratuita, realizando um total de 22 viagens por dia.
- **Espaço Parental/Auxílio Parental:** Espaço voltado ao acolhimento à infância em prol dos estudantes e trabalhadores. As crianças são recebidas nos espaços reservados para esse fim, sendo um em cada Campus da UFJ. O espaço dispõe de fraldário, banheiro e brinquedoteca. Quando não houver o Espaço Parental, será pago, via edital próprio, um auxílio parental que consiste na concessão de recurso financeira mensal aos estudantes (mães ou pais), matriculados em cursos de graduação presencial, que tenham filhos/as em idade igual ou inferior a doze anos, nas despesas com creches ou prestação de serviço similar.
- **Inclusão Digital:** Com acesso por meio de editais específicos, lançados em consonância com os recursos financeiros disponíveis, os discentes podem pleitear a concessão de auxílios para pagamentos de despesas com internet e compra de notebooks e/ou periféricos. Quando for possível, a PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) oferece, através do serviço de bibliotecas, empréstimos de chromebooks. Em ocorrência de doação de equipamentos eletrônicos por parte da Receita Federal ou outros órgãos, são realizados editais próprios para que os equipamentos sejam doados aos discentes com intuito de melhorar as condições de ensino.
- **Auxílio a Eventos Acadêmicos:** concede auxílio financeiro para custear passagens terrestres a estudantes de graduação para participarem de atividades científicas, culturais, políticas e esportivas (congressos, encontros, fóruns, seminários, simpósios, competições acadêmicas esportivas e etc.) em âmbito estudantil de discentes regularmente matriculados em curso de graduação.
- **Bolsa Permanência:** auxílio destinado a discentes indígenas, quilombolas e pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, compreende valor em espécie com o objetivo de viabilizar a permanência nos cursos de ensino superior.
- **Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI):** É um espaço que oferece atendimento especializado a pessoas com deficiência. O LAI está localizado na Biblioteca Flor-do-Cerrado, no Campus Jatobá. O laboratório possui em seu acervo equipamentos e aplicativos que buscam, através da tecnologia, romper com algumas barreiras existentes no cotidiano do estudante com deficiência. Oferece empréstimo e uso de material bibliográfico acessível, faz adaptação de materiais didáticos, disponibiliza tecnologias assistivas, oferece capacitações, disponibiliza espaço para estudo. Alguns dos serviços oferecidos pelo LAI são: acesso à lupa digital portátil, ampliação de materiais informacionais, assinadores para auxílio no

preenchimento de assinatura, computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela, escaner digitalizador de imagens, escaner leitor de livros, Linha Braille, Regletes.

- **Esporte:** Na UFJ, por meio da Coordenação de Esporte e Lazer, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esportes (PROECE), tem por objetivo implementar uma Política de Esporte e Lazer para a comunidade acadêmica. Essa política, alinha-se à proposta de Cidade Universitária, a qual disponibiliza sua estrutura física para as comunidades internas e externas desenvolverem atividades acadêmicas, sociais e culturais, de esporte, lazer e saúde. Para tanto, em consonância com a Política Nacional de Esporte (2005), ações estratégicas têm sido realizadas, como: ampliação do acesso ao esporte e lazer como direito social; garantia da oferta regular e da difusão da cultura das práticas esportivas e de lazer para todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, etnia, sexo, idade ou condição social; ampliação e modernização de infra-estrutura esportiva, contemplando a diversidade das práticas; oferecimento regular de práticas esportivas educacionais, de lazer, de promoção da saúde (caminhada orientada, corrida, ciclismo, treinamento funcional ao ar livre, atividades aquáticas), de alto rendimento, e apoio ao esporte universitário (garantia de participação dos estudantes nos Jogos universitários regionais/JUG'S e nacionais/JUB'S), promoção de eventos esportivos de caráter educacional e participativo (caminhada e corrida CONEPE, triátlon, corrida trail run).
- **Projeto Núcleo de Práticas Corporais (NPC):** é um espaço voltado para a prática de exercícios físicos e atividades esportivas, integrando ensino, pesquisa e extensão. Vinculado aos cursos de Educação Física do ICS (Instituto de Ciências da Saúde), tem o objetivo geral de proporcionar práticas corporais, exercícios físicos e aulas práticas peculiares das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física, em distintas áreas de atuação: promoção da saúde, incentivo à prática do esporte educacional, participação e de rendimento, bem como projetos de pesquisa e extensão. Dispõe da seguinte estrutura: piscina semiolímpica, quadra poliesportiva com alambrado (40x20), sala de dança, sala de musculação, sala de ginástica/lutas, laboratório de antropometria e fisiologia do exercício, vestiários masculino e feminino, oferecendo aos alunos e servidores da UFJ uma ótima estrutura e reforça o compromisso da UFJ com a qualidade de ensino e a formação de cidadãos mais saudáveis e conscientes.
- **Projeto Centro de Línguas:** projeto de extensão dos cursos de Letras Português e Letras Inglês, o Centro de Línguas oferta, há mais de 28 anos, cursos de língua portuguesa e línguas estrangeiras modernas (Inglês, Espanhol, Francês) com um custo acessível e com qualidade, atendendo tanto à comunidade acadêmica quanto à população jataiense. As aulas são ministradas por alunos de graduação dos cursos de Letras, além de mestrandos e doutorandos

de diversas áreas, todos orientados por coordenadores pedagógicos especializados em cada área/idioma.

- **Programas de Intercâmbio:** Por meio do Escritório de Internacionalização (EI), a internacionalização é implementada com o objetivo de ampliar a troca de conhecimento, cultura e experiências em nível global, para tanto ações estratégicas têm sido realizadas: a adesão a programas de intercâmbio, como o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano (PILA), o fomento à mobilidade internacional de estudantes e professores, e o incentivo a produções científicas conjuntas com parceiros internacionais.
- **Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF):** A Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF) da UFJ tem a missão de propor, apoiar, acompanhar, fortalecer e concretizar políticas institucionais de promoção da cidadania e garantia dos Direitos Humanos, com foco na redução de desigualdades históricas dos grupos minorizados: como pessoas negras, pessoas indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, povos do campo, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, refugiadas e quaisquer outras minorias sociais. As ações da CAAF abrangem todas as pessoas da comunidade acadêmica: servidoras e servidores, estudantes, trabalhadoras e trabalhadores terceirizados. Além desses, é importante citar que iniciativas importantes contemplam a comunidade externa, como é o caso da Comissão de Heteroidentificação, responsável pela garantia da política de cotas para pessoas negras, indígenas e quilombolas que desejam ingressar no ensino superior ou no serviço público a partir dos programas de cotas previstos em lei. As metas da CAAF foram articuladas de forma intersetorial, ou seja, em diálogo e cooperação com outros setores, como a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).
- **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI):** A fim de garantir a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e com necessidades específicas de aprendizagem, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/UFJ) atua na criação e implementação de políticas de acessibilidade e inclusão, alinhadas com as diretrizes legais e as necessidades da comunidade universitária. Sendo assim, realiza pesquisas e levantamentos para mapear as demandas e necessidades das pessoas com deficiência na UFJ visando planejar e implementar políticas mais efetivas para esse grupo. Ainda, desenvolve programas de conscientização e formação para sensibilizar e educar a comunidade sobre a importância da inclusão e diversidade, bem como promove ações de divulgação, eventos e campanhas para sensibilização e conscientização sobre inclusão, acessibilidade e diversidade, além de atuar em capacitações e treinamentos realizados na universidade de forma a oferecer contribuição sobre práticas inclusivas e a importância da acessibilidade. Por meio de seu Departamento de Apoio

Pedagógico e Inclusão (DAPI), o NAI oferece atendimento e acompanhamento psicopedagógico aos discentes que apresentam dificuldade de aprendizagem a fim de promover o sucesso acadêmico destes, bem como aos seus professores afim de auxiliá-los na condução de estratégias e adaptações para necessárias ao sucesso destes alunos; e presta suporte e orientação para pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas a fim de promover a adaptação destas à universidade. Por meio do departamento de Libras, Tradução e Acessibilidade (DELTA), o NAI realiza pesquisas e levantamentos para mapear as demanda e necessidades das pessoas surdas na UFJ, visando planejar e implementar políticas mais efetivas para esse grupo.

13.2 Apoio Psicopedagógico ao Discente

O apoio pedagógico aos discentes objetiva identificar problemas e buscar alternativas para solucionar as possíveis dificuldades no processo de ensino aprendizagem. Na UFJ, o apoio pedagógico e psicológico ocorre de forma associada (psicopedagógico). E é viabilizado pela equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

O Serviço de Psicopedagogia realiza atendimento psicopedagógico, acolhimento e atendimento de estudantes em condição de inclusão, avaliação de habilidades/dificuldades, análise de necessidade de adaptação curricular, auxílio psicoafetivo, orientação sobre técnicas de estudos e organização de rotina acadêmica. Todos os estudantes de graduação e de pós-graduação da UFJ podem realizar o agendamento do serviço por meio de e-mail, whatsapp (disponíveis no site da PRAE) ou presencialmente na PRAE.

Ademais, as necessidades de apoio ao discente no curso de Enfermagem são levantadas a partir de um diagnóstico realizado pela coordenação de curso, pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE e docentes bem como, por demandas apresentadas pelos próprios discentes. Essas demandas são encaminhadas ao Serviço de Psicopedagogia, que faz um primeiro atendimento com levantamento da situação dos discentes, apresentando futuros encaminhamentos a depender da situação reconhecida.

Havendo necessidade outros profissionais são acionados para auxiliar a equipe, de forma a dar melhor suporte a saúde emocional e ao processo de aprendizagem aos discentes. Quando os recursos da universidade se esgotam, há o acompanhamento do discente para sua inserção na rede pública de saúde do município de Jataí.

Esse acompanhamento realizado pelo Serviço de Psicopedagogia visa:

I. Proporcionar ajuda na identificação de possíveis problemas que estejam interferindo no rendimento acadêmico dos alunos.

II. Identificar as patologias que estejam afetando os discentes e indicar procedimentos adequados.

III. Ajudar os discentes a vencerem dificuldades de relacionamento, falar em público, timidez e adaptação.

IV. Possibilitar o desenvolvimento de autoconhecimento e comportamento de autoajuda na solução de problemas relacionados aos problemas estudantis.

V. Fortalecer o senso de responsabilidade.

VI. Melhorar a relação aluno-professor.

VII. Proporcionar um aumento do rendimento acadêmico.

VIII. Favorecer um maior interesse pelas aulas.

São ações realizadas na UFJ:

IX. Realização de reuniões pela coordenação de curso com os representantes de turma conforme calendário estabelecido no plano de ação do coordenador.

X. Divulgação dos horários de atendimento da Coordenação do Curso, dos docentes do colegiado, secretaria, monitorias, biblioteca e laboratórios para toda a comunidade acadêmica.

XI. Disponibilização do **"Guia do Calouro na UFJ"** com diversas orientações aos discentes, no formato digital, disponível no site institucional.

XII. Atenção especial aos calouros para proporcionar-lhes integração e ambientação ao cenário acadêmico. No curso é realizada anualmente uma recepção dos alunos calouros, proporcionando um acolhimento dos mesmos.

XIII. Encaminhamento do discente pela Coordenação do Curso de Enfermagem ao Núcleo de Apoio Pedagógico vinculado à PRAE, quando necessário.

XIV. Fórum Anual de Integração do curso de Enfermagem tendo a participação de docentes, discentes, TAE e secretário administrativo do curso, com o objetivo de integrar e dialogar as questões pedagógicas inerentes ao curso.

Outras atividades de acompanhamento pedagógico e psicológico são realizadas por meio de projetos de ensino conforme as demandas que se revelarem no decorrer de cada ano letivo.

Além disso, o Serviço de Psicopedagogia realiza as seguintes ações:

I. Intervenção psicopedagógica junto aos discentes, de forma individual ou em grupo, adequadas ao atendimento das diferentes dificuldades acadêmicas ou de aprendizagem.

II. Orientações aos docentes colaborando com as metodologias aplicadas aos discentes.

III. Participação, conforme solicitação, em momentos de planejamento das Unidades Acadêmicas ou dos Cursos de Graduação, assim como, na presença de demandas

específicas por meio de palestras; capacitação profissional para atendimentos específicos às situações psicopedagógicas; atendimentos a discentes e docentes visando contribuir com a saúde e com a aprendizagem dos acadêmicos.

Além disso, há também ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, descrito anteriormente no item 13.1.

13.3. Apoio à Participação em Eventos

Por meio das políticas institucionais da Universidade Federal de Jataí os estudantes são incentivados, inclusive com apoio financeiro, quando necessário, a participarem de congressos, seminários, simpósios, feiras entre outros, tanto na organização desses eventos, no contexto da extensão universitária, quanto como ouvintes e como apresentadores de trabalhos científicos.

Na universidade, anualmente, é desenvolvido o CONEPE - Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão que é um dos principais eventos acadêmicos da Universidade Federal de Jataí - UFJ, envolvendo todos os cursos de graduação e pós-graduação, com intuito de divulgar a produção acadêmico-científica-cultural, desenvolvida tanto pelos discentes da UFJ, quanto de outras instituições de ensino.

Especificamente no Curso de Graduação em Enfermagem é realizada anualmente a Semana de Enfermagem, a qual ocorre no mês de maio. Nesse evento, há oferta de palestras com profissionais com reconhecida trajetória na área de Enfermagem tanto nacionais, quanto internacionais. Também há a oferta de oficinas e minicursos e a apresentação de trabalhos científicos, com possibilidade de publicações de resumos simples e expandido nos Anais do Evento.

Além disso, os alunos podem participar de diversos cursos, seminários, oficinas, roda de conversa, fórum de integração, atividades de iniciação científica, desenvolvidas na própria instituição, as quais agregam contribuições para a formação científica dos acadêmicos, além da interface com os núcleos de pesquisa vinculados.

13.4 Mecanismos de Nivelamento/Monitoria

No curso de Enfermagem, a coordenação do curso promove espaços de diálogos para ouvir as demandas pedagógicas relativas ao processo de ensino aprendizagem dos discentes, além disso, os docentes em suas respectivas disciplinas realizam o diagnóstico de aprendizagem e a partir dele, elaboram-se estratégias de ensino para o nivelamento. O docente possui autonomia para avaliar e elaborar planos de ação voltados para o grupo ou individualmente, em sua disciplina ou em sua área de ensino.

Semestralmente os docentes disponibilizam um período da semana para atendimento às demandas dos discentes em seu gabinete, o qual pode ocorrer individualmente ou em grupo, desde que previamente agendado com o docente.

A coordenação do Curso de Enfermagem, quando solicitada pelos docentes, busca apoio de outras unidades de ensino da UFJ, como por exemplo, parceria com professores dos cursos de Matemática, Letras, Ciência da Computação e etc.

Além disso, a universidade conta com programa sólido de monitoria de disciplinas, com reforços em laboratório de prática de Enfermagem e de reforço teórico, onde os discentes veteranos auxiliam os demais na construção do conhecimento.

As atividades de monitoria são disponibilizadas no curso de Enfermagem por meio de editais institucionais específicos, semestralmente, por meio da Coordenação de Monitoria em associação com as representações vinculadas às Unidades Acadêmicas. Ocorre a publicação do Edital de Normas Complementares para a seleção dos monitores.

Ao inserir o discente veterano no programa de monitoria tem-se os seguintes objetivos:

I. Ampliar a participação dos estudantes de graduação nas atividades de ensino aprendizagem na Universidade.

II. Contribuir para a melhoria da qualidade do Curso de Graduação em Enfermagem.

III. Desenvolver capacidades de análise crítica, incentivando o estudante monitor a adquirir hábitos de estudo, interesse e habilidades para a docência.

IV. Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos nos componentes curriculares que estiver atuando como monitor.

V. Incentivar a cooperação do monitor com o corpo docente e discente nas atividades de ensino e aprendizagem, incluindo a realização de grupos de estudos.

VI. Contribuir para a permanência dos estudantes no Curso de Graduação em Enfermagem.

13.5 Acompanhamento de Egressos

No Curso de Graduação em Enfermagem o acompanhamento do egresso é desenvolvido por meio de um projeto de pesquisa associado aos Núcleos de Pesquisa do Curso (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gestão, Educação e Cuidados em Saúde - NEGECS). Esse projeto é intitulado “Formação e inserção dos Enfermeiros egressos no mercado de trabalho”. E encontra-se cadastrado na UFJ pelo CAAE: 36522620.1.0000.8155.

O referido projeto objetiva acompanhar os egressos e conhecer a realidade da inserção dos egressos no mercado de trabalho, bem como suas dificuldades, desafios e impacto social de suas

carreiras profissionais nas diversas áreas de atuação do enfermeiro. Além disso, contribui com o conhecimento da realidade, onde estão inseridos os egressos, possibilitando uma reflexão sobre as habilidades e competências adquiridas na formação acadêmica, necessária para essa inserção. E ainda, fornece subsídios para reestruturação do currículo, tendo em vista, a construção de uma formação cada vez melhor e mais congruente com as necessidades de formação contemporâneas.

Além disso, o curso mantém um grupo de WhatsApp de egressos, onde há divulgação de eventos, publicações de novas resoluções do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), Ministério da Saúde e Ministério da Educação, divulgação de vagas de empregos e etc. Há ainda, a realização de encontros com os egressos e o painel dos mesmos no site institucional do curso de Enfermagem.

Ademais, há uma aproximação da universidade com os egressos com o desenvolvimento de parcerias em projetos de pesquisa, extensão, ensino, inovação e participação em eventos, programa de tutoria em enfermagem e núcleos de pesquisa, promovidos pelo Curso de Graduação em Enfermagem.

13.6 Representação Estudantil

Na UFJ, a representação discente em nível institucional se concentra no Diretório Central dos Estudantes (DCE). No contexto dos cursos de graduação, os discentes são representados pelos Centros Acadêmicos (CAS).

No contexto do Curso de Graduação em Enfermagem, os discentes são representados pelo Centro Acadêmico Ana Nery. Este, juntamente com os representantes do DCE, possui representações presentes nas instâncias superiores da Universidade como no Conselho Universitário, participando de todas as etapas de decisões universitárias, além da participação de representantes dos discentes no Colegiado do Curso e no Conselho Diretor da Unidade Acadêmica. A participação dos discentes em todos os espaços universitários são estimulados pela instituição, como forma de aprendizado e formação política. Ressalta-se que essa participação foi fundamental para as discussões que envolveram a construção desse PPC.

O CA Ana Nery se organiza de forma a promover espaços democráticos, integração dos discentes calouros e veteranos e o incentivo à formação social e política com foco na defesa dos direitos dos discentes dentro ou fora da universidade. Além disso, promove encontros científicos, eventos sociais, dentre outras atividades que visam o aprimoramento de temáticas de interesse do coletivo de alunos e da sociedade e, atua de forma integrada com o corpo docente, favorecendo a autonomia do aluno no processo de aprendizagem.

13.7 Divulgação da Produção Discente

Os discentes são orientados e incentivados a realizar divulgação da produção acadêmica desenvolvidos no contexto do ensino, pesquisa e extensão, em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais, sempre que possível, respeitando as singularidades de cada discente.

Para viabilizar o incentivo à divulgação da produção dos discentes, a universidade conta com programas de iniciação cientifica, e apoio em publicação em periódicos científicos nacionais e internacionais, condicionado à disponibilidade financeira da instituição.

A instituição promove ainda, anualmente o Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Jataí (CONEPE), o qual oferece aos discentes, professores e profissionais, a oportunidade de divulgação de produções acadêmicas nas modalidades de apresentação oral (durante o evento) e publicação de resumos simples e expandidos nos Anais do evento.

Além disso, o Curso de Graduação em Enfermagem, promove anualmente a Semana de Enfermagem, que em 2024, realizou sua 16ª edição e o Congresso Internacional de Enfermagem, em sua 3ª Edição, o qual discentes, professores e profissionais, podem divulgar suas produções, tanto em forma de apresentação oral – banner, como com publicação de resumos nos Anais do evento. Além de ser um momento de interação acadêmica e atualizações referentes a profissão de enfermagem. O evento é organizado por docentes, técnicos administrativos do curso e discentes do CA. É ofertado de forma gratuita tanto aos discentes como a comunidade em geral.

14. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do Curso de Enfermagem é composta pela Coordenação de Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante, pelo Colegiado do curso (composto por docentes e Técnicos Administrativos ligados diretamente ao curso) e pelo Colegiado do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), e é realizada considerando todos os princípios e pressupostos éticos, legais, democráticos e da administração pública.

As avaliações contínuas do curso são organizadas em avaliações periódicas junto aos docentes, técnicos e discentes e considera, a avaliação institucional, a avaliação de desempenho externas e a autoavaliação do curso como instrumentos para o aprimoramento contínuo do planejamento e da realização de ações futuras.

14.1 Coordenação do Curso

A coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem é composta por um coordenador (a)

e um vice-coordenador (a), Enfermeiros. É responsável pela gestão imediata do curso e de suas demandas, estabelecendo uma relação direta com os docentes, técnicos administrativos e discentes, envolvidos direta e / ou indiretamente com as atividades relacionadas ao Curso de Graduação em Enfermagem.

Podem ser candidatos aos cargos de coordenador e vice-coordenador de Enfermagem, o docente Enfermeiro, vinculado ao Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Jataí, em regime efetivo e de dedicação exclusiva.

A coordenação do curso é eleita pelo colegiado do curso, com mandato de 2 anos para cada gestão, sendo permitida apenas uma recondução sucessiva.

Ressalta-se que a coordenação do curso de Enfermagem deve ser pleiteada somente por Enfermeiro, por ser considerada atividade privativa do Enfermeiro, conforme Resolução COFEN nº 0509 de 2016 e Parecer Normativo COFEN nº 004 de 2017.

As atribuições da coordenação do curso de Enfermagem seguem as especificações do Regimento Geral da Universidade Federal de Jataí (Resolução – CONSUNI nº 010/2023) e suas normas complementares. Assim, além de representar o curso de Enfermagem nas diversas instâncias e colegiados institucionais e externas, é responsável por:

I. Submeter ao Conselho Diretor da Unidade Acadêmica o Projeto Pedagógico do Curso e / ou suas alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

II. Propor atividades de orientação aos discentes do curso quanto ao projeto pedagógico e ao desempenho acadêmico.

III. Acompanhar o processo de preenchimento de vagas disponíveis no curso, cujos critérios e procedimentos de preenchimento serão tratados em resoluções específicas.

IV. Acompanhar o cumprimento dos planos de ensino.

V. Encaminhar, se necessário, às instâncias competentes, reclamações relativas aos professores do curso.

VI. Inscrever os discentes em exames e programas promovidos pelo Ministério da Educação (MEC).

VII. Adotar providências relativas à avaliação *in loco*, promovida pelo MEC, do curso de Enfermagem.

VIII. Tomar providências relativas à elaboração e à execução do horário de ofertas de disciplinas do curso de Enfermagem.

IX. Apreciar requerimentos apresentados pelos Discentes, Técnicos Administrativos em Educação e Docentes do curso de Enfermagem.

X. Responder, em primeira instância, aos recursos interpostos por discentes.

XI. Realizar outras atividades de sua competência, estabelecidas no Regimento Geral de Graduação.

XII. Presidir o Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem.

XIII. Encaminhar à Unidade Acadêmica (Instituto de Ciências da Saúde), informações sobre vagas e disciplinas para compor o edital de seleção de monitores.

O vice-coordenador auxiliará o coordenador do curso na execução de suas atribuições e o substituirá em suas faltas e impedimentos.

O detalhamento das atribuições e da atuação do coordenador do curso pode ser consultado no plano de ação, que é um documento aprovado em colegiado e disponibilizado no site institucional do curso.

Alguns dos indicadores de atuação da coordenação são: realização de reuniões de curso e de semanas de Planejamento, com cumprimento do que foi pactuado nelas; divulgação das atividades de capacitação docente e de todas as informações relevantes referentes ao ensino, pesquisa e extensão; cumprimento das atividades e datas previstas no calendário acadêmico; divulgação de atividades realizadas no site do curso e relatórios das atividades da gestão apresentados em reunião de Curso.

14.2 Regime de Trabalho da Coordenação do Curso e Atuação

O coordenador do curso deve disponibilizar o mínimo de 20 horas semanais para o desenvolvimento das atividades de coordenação do curso. Quando necessário, o coordenador do curso poderá ter carga horária de ensino reduzida, para atender as demandas da coordenação, desde que não haja prejuízo aos discentes do curso.

Cabe ao Vice-coordenador do curso substituir o Coordenador em quaisquer de suas atividades e / ou funções em suas faltas e impedimentos. Na falta e / ou impedimento concomitante do coordenador e vice-coordenador do curso, um representante será designado pelo Diretor do Instituto de Ciências da Saúde (Unidade Acadêmica ao qual o curso está vinculado), de forma temporária até que o coordenador e / ou vice-coordenador do curso retorne a suas atividades e / ou seja realizado nova eleição para coordenação no curso.

A atuação do coordenador e do vice-coordenador está de acordo com o PPC do curso e atende à demanda existente, realizando atividades de cunho administrativo e pedagógico próprias das suas atribuições definidas pela legislação em vigor e, no cumprimento das deliberações de diversas instâncias no âmbito da UFJ. Atuam frente às questões didático-administrativas orientando, supervisionando e coordenando ações com apoio e estreito contato com o Núcleo Docente

Estruturante do curso.

Nesse contexto, a coordenação do curso no desempenho de suas funções deve adotar uma postura sólida, participativa, democrática, consciente, atualizada e que considera as diferentes vivências do corpo docente, técnico e discente em favor da melhor forma de gerir o curso. A equipe de apoio à coordenação do curso deve ser representativa, dinâmica, autônoma e multidisciplinar, com o objetivo de proporcionar uma gestão potencialmente eficaz, favorecendo a integração e a melhoria contínua do curso.

Considerando que a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e técnicos administrativos e a representatividade nos colegiados superiores, a coordenação do curso é pautada em um plano de ação documentado, bienal, aprovado pelo colegiado do curso e compartilhado com a comunidade universitária no site institucional do curso.

A coordenação do curso é avaliada por docentes e discentes por meio de indicadores de desempenho da coordenação e sua disponibilidade é viabilizada por meio de relatórios publicados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) com periodicidade regular.

Para orientação, acompanhamento e gestão do curso, a coordenação do curso de Enfermagem funciona diariamente (segunda-feira a sexta-feira), no prédio de Enfermagem e Biomedicina, no Campus Jatobá da UFJ. A sala da coordenação do curso é acoplada à sala do secretário do curso e está equipada com telefone, computador, impressora, material de escritório e papelaria e acesso à internet. Horários de atendimento do coordenador e calendário de reuniões do colegiado do curso são divulgados para a comunidade universitária no site do curso.

14.3 Colegiados que Participam da Gestão do Curso

São realizadas reuniões ordinárias do colegiado do curso, convocadas pelo(a) coordenador(a), com frequência mensal, nas quais participam todos os professores do curso e os profissionais técnicos administrativos vinculados ao curso (Secretário do Curso e Técnico de Enfermagem), e os representantes discentes (vinculados ao Centro Acadêmico Ana Nery).

Nesse espaço são discutidos os aspectos acadêmicos e administrativos do curso e repassados os informes e orientações advindos da participação do curso em colegiados e conselhos superiores, como o Conselho Diretor da unidade acadêmica e a Câmara de Graduação. Além das reuniões ordinárias mensais, podem ser convocadas reuniões extraordinárias, conforme a necessidade. Todas as reuniões do curso, são registradas em atas e arquivadas na sala de coordenação e secretaria do curso.

A coordenação do curso tem representatividade obrigatória no Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), com direito a voz e voto. O NDE constitui-se de seguimento de estrutura de gestão

do Curso de Enfermagem composto por um grupo de docentes efetivos doutores, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre a matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação e consolidação do PPC do curso. No contexto do curso de Enfermagem, o NDE tem suas atribuições definidas pelas Resoluções da UFJ e pelo "**Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Enfermagem**", disponível no site institucional do curso.

O Curso de Enfermagem tem representação em colegiados superiores como no Conselho Diretor do Instituto de Ciências da Saúde, representado pelo coordenador de curso, presidente do NDE e coordenador de estágio; na Câmara de Graduação, representado pelo coordenador de curso e no Conselho Universitário, através da participação do diretor do Instituto de Ciências da Saúde, ao qual o curso está vinculado.

15. AVALIAÇÕES

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve acontecer de forma contínua e contemplará o acompanhamento das atividades para que os objetivos propostos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e demais legislativos vigentes referentes a cada curso de graduação. Além disso, o processo avaliativo seguirá o previsto no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da instituição.

15.1 Autoavaliação Institucional

A Autoavaliação Institucional é um processo que conta com a participação de todos os segmentos da Instituição de Ensino Superior (IES) onde se analisa internamente os processos de trabalho, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como as suas realizações, o modo como se organiza e atua. Essa avaliação está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Jataí.

Trata-se de um processo contínuo de identificação dos pontos fortes e frágeis da Instituição, para que os mesmos subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, possa produzir mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A Autoavaliação Institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para garantir o processo nacional de avaliação das IES e dos cursos de graduação. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno de três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

A Autoavaliação Institucional é uma iniciativa coordenada e conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é composta por representantes dos docentes, discentes, Técnicos

Administrativos em Educação e membros da Sociedade Civil Organizada. Nesse contexto, são implementadas ações planejadas e contínuas para garantir que os processos avaliativos internos ocorram de forma sistemática. Essas ações visam estimular a ampla participação da comunidade acadêmica e assegurar a fidedignidade das informações, com o objetivo de cumprir efetivamente o papel institucional da instituição.

15.2 Índices e Avaliações Externas

15.2.1 Enade

Aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) desde 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), composto também pela Avaliação de cursos de graduação e pela Avaliação institucional. Juntos eles formam o tripé avaliativo que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições brasileiras de educação superior. Os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Estudante, são insumos para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

O Ciclo Avaliativo do Enade determina as áreas de avaliação e os cursos a elas vinculados. As áreas de conhecimento para os cursos de bacharelado e licenciatura derivam da tabela de áreas do conhecimento divulgada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E os eixos tecnológicos são baseados no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), do Ministério da Educação. Na última avaliação externa realizada *in loco*, o curso de Enfermagem obteve pontuação 5 no ENADE (SINAES, 2019).

15.2.2 Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)

O IDD (Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado) é um indicador de qualidade do MEC que mede o valor agregado por um curso ao desenvolvimento dos seus estudantes. O IDD compara o desempenho real dos alunos com o desempenho esperado para o curso, considerando a formação dos alunos e as características da instituição.

15.2.3 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação no Brasil. É calculado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e divulgado anualmente, após a divulgação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Para o cálculo, são considerados diversos fatores, como: Desempenho dos estudantes no Enade, Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), Corpo docente, Infraestrutura e Recursos didático-pedagógicos.

15.2.4 Índice Geral de Cursos (IGC)

O IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior. Seu cálculo é realizado anualmente e considera os seguintes aspectos:

- média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;
- média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes, conforme os dados oficiais da CAPES;
- distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item anterior para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.

Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade.

15.2.5 Avaliação Externa *in loco*

Para a garantia da qualidade da educação superior ofertada no país, o INEP presta à sociedade o serviço de avaliação externa in loco de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação, um dos pilares avaliativos constantes na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), nº. 10.861/2004.

O processo de avaliação *in loco* de cursos de graduação e instituições de educação superior, conduzido pelo Inep, transcorre no contexto do fornecimento de referencial básico ao processo decisório de regulação e supervisão da educação superior, realizado pela Secretaria de Regulação e

Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC). Também atua para subsídio do conhecimento e da decisão por parte da sociedade em geral sobre a qualidade da educação superior no Brasil.

A avaliação institucional ocorre em dois níveis: para as instituições, de acordo com a natureza administrativa para os atos de autorização, credenciamento e recredenciamento; e para os cursos de graduação e pós-graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

As avaliações externas *in loco* tratam da análise de objetos pertinentes ao contexto, aos processos e produtos das instituições de educação superior e cursos de graduação, conforme o ato decisório a ser subsidiado com a produção de dados e informações e a natureza do processo de avaliação in loco. As avaliações são orientadas por Instrumentos de Avaliação Institucional para instituições e cursos, que objetivam retratar, de forma fidedigna, os objetos de avaliação que integram cada instrumento, contribuindo para a tomada de decisão de Estado em políticas públicas, a informação da sociedade e o fomento da melhoria da qualidade da educação superior no país.

Os resultados da avaliação são utilizados como evidências para suporte ao processo decisório e homologação dos respectivos atos autorizativos pela Seres/MEC – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso de graduação, bem como credenciamento, recredenciamento ou transformação de organização acadêmica de instituições de educação superior.

15.3. Processo Autoavaliativo do Curso e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

A qualidade do curso de Enfermagem e a funcionalidade do PPC estão em constante processo de avaliação, visando a identificação de possíveis problemas em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão, além do corpo docente e à infraestrutura física e tecnológica. A partir de tais análises é possível desenvolver estratégias para se corrigir falhas no funcionamento do curso de maneira sistemática e contínua.

Neste contexto, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. O NDE também desempenha ações diretas e continuadas de avaliação do Curso, acompanhando o aproveitamento dos discentes nas disciplinas, a evasão e a retenção. Utiliza os dados registrados no sistema acadêmico da universidade (SIGAA), do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) da Universidade, dos relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), os dados do desempenho de formandos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e os dados da avaliação do MEC, principalmente o Conceito Preliminar de Curso (CPC), como subsídios para a avaliação do curso e desenvolvimento de estratégias de intervenção.

Deste modo, as avaliações internas do curso de Enfermagem e do PPC deverão ser realizadas continuamente e o NDE deverá considerar como princípios orientadores os dados obtidos das fontes indicadas:

a) Preenchimento das vagas anuais oferecidas por meio das diversas formas de ingresso;

b) Índice de integralização e titulação por turma anual (número de formandos por turma anual em relação aos ingressantes);

c) Tempo médio de integralização e titulação dos discentes por turma anual;

d) Tempo médio de curso de discentes desistentes (evasão);

e) Disciplinas com maior índice de retenção;

f) Percepção do curso pelos discentes;

g) Desempenho dos formandos no ENADE;

h) Conceito Preliminar do Curso (CPC);

i) Atualização de ementas e bibliografias das disciplinas;

j) Acervo de livros indicados como bibliografia das disciplinas;

k) Outros dados e informações coletadas por outros meios.

O calendário de reuniões do NDE deve ser disponibilizado, bem como as de Colegiado de curso, contendo data para inclusão de pauta, tema das discussões sobre questões burocráticas e pedagógicas, além de registradas e publicizadas as atas com as discussões de questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem e potenciais mudanças necessárias em toda a dinâmica do curso. Esse processo é essencial para uma avaliação contínua do curso e seus processos a fim de garantir qualidade dos serviços prestados aos discentes e à comunidade geral.

16. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e a comunicação nos processos existentes, seja no ensino ou na pesquisa científica. Essas tecnologias são usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações. E apresentam grande potencial na criação de uma sociedade mais inclusiva, visto que podem facilitar e motivar o processo de ensino-aprendizado podendo fomentar o aumento da autonomia dos discentes.

O uso das TICs tem caráter complementar no ensino do Curso de Graduação em Enfermagem da UFJ. Isso porque cada metodologia utilizada no processo de ensino-aprendizagem possui características específicas que são alinhadas em conformidade com o objetivo educacional. Além disso, o curso preza a autonomia docente, na elaboração e execução do plano de ensino.

Dessa forma, o docente verifica se é possível inserir alguma tecnologia para trabalhar um conteúdo no processo de ensino e aprendizagem, sendo comum a escolha de mídias sociais como apoio dos docentes no ensino, como por exemplo, o *YouTube*; *Telegram* e *WhatsApp.*

No curso de Enfermagem da UFJ são adotadas tecnologias de informação e comunicação didático pedagógicas que venham enriquecer e qualificar o processo de ensino-aprendizagem, principalmente o desenvolvimento dos conteúdos e atividades propostas pelo curso.

A utilização de ferramentas como *Google meet e seus aplicativos do G-suite* para apoio às reuniões remotas e reuniões de grupo de estudo, possibilitando a interação dos discentes, docentes e com outras IES do país, enriquecendo as possibilidades de ensino.

Os diversos espaços da UFJ possuem acesso gratuito de Wi-Fi acadêmico, confiável e distribuído por meio do Eduroam (*education roaming*).

Há ainda, a utilização do Sistema Integrado de Gestão, idealizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que engloba vários componentes, como Sistema Integrado de Gestão de Atividades de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, que se configura como um espaço virtual de interação entre discentes, docentes, no qual o discente tem a possibilidade de realizar atividades, acompanhar o cronograma e descrição das atividades propostas pela disciplina, incluindo avaliações, e fazer o *download* de materiais didáticos em formato digital disponibilizados pelos docentes.

17. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação como processo contínuo e dinâmico ocorre ao longo do curso e considera os objetivos de cada etapa, valorizando as qualidades desenvolvidas, apontando as insuficiências e as fragilidades observadas, acompanhando a formação das capacidades de refletir, questionar e (re)construir, dos pontos de vista científico, metodológico e político.

Esse processo avaliativo se vale de muitos recursos e procedimentos e sua constância se faz necessária na medida em que o curso se preocupa com a melhoria da aprendizagem e que deseja a excelência de suas ações formativas, bem como o crescimento profissional de seus técnicos, professores e estudantes.

Além disso, ocorre de forma coerente com a proposta do PPC do curso, permitindo o desenvolvimento da autonomia discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantem a sua natureza formativa e ainda, resultarão em informações sistematizadas que poderão auxiliar gestores e professores na tomada de decisões e no planejamento de ações que visem a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem vivenciados por docentes e discentes na UFJ.

17.1 Abordagens Metodológicas Avaliativas

A avaliação como parte integrante do processo da formação requer a elaboração e o desenvolvimento dos procedimentos de avaliação de forma que contribua e assegure efetivamente os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes. No curso de Enfermagem, grau Bacharelado, da UFJ, as abordagens metodológicas levam em consideração as possibilidades de interação pedagógica e a capacidade de promover o protagonismo e a autonomia discente no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, diferentes metodologias são utilizadas para a avaliação dos discentes, privilegiando as avaliações formativas e somativas que engloba a verificação tanto dos aspectos cognitivos, quanto das habilidades e atitudes do discente ao final do processo educativo.

O curso de Enfermagem preza pela autonomia do docente na escolha da metodologia de seus processos avaliativos. E em geral as principais formas ou instrumentos de avaliação utilizadas pelos docentes do curso são: avaliações discursivas e objetivas, apresentação de seminários, avaliação prática em laboratório, produção de textos, resenhas e manuscritos, produção de artigo científico, produção de portfólios, diário de bordo, relatórios de atividades de campo e laboratório, estudo de caso – clínico simulado, estudos dirigidos, projetos, análise de artigos científicos, produção técnica, trabalhos de grupo, portfólios, mapas mentais, autoavaliações, dentre outros.

Os processos e critérios de avaliação incluindo o cronograma de avaliações e cada nota atribuída ao método utilizado, são especificados semestralmente nos planos de ensino de cada disciplina ou componente curricular ofertado pelo curso. Além disso, cada disciplina ou componente curricular adota no mínimo, dois processos avaliativos, sendo aprovados os discentes que apresentarem média final e frequência igual ou maior àquela estabelecida pelo Regulamento Geral de Cursos de Graduação ou documento que o vier a substituí-lo, vigente no ingresso do discente ao curso.

17.2 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem da Instituição

A Avaliação Institucional da UFJ é um processo que permite rever ações praticadas, contribui para a melhoria contínua do seu desempenho e conjuga avaliações realizadas por agentes internos e externos à Universidade.

A implementação do processo de avaliação institucional no âmbito da UFJ é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), designada pela reitoria, e composta por membros representantes dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil. Sendo a execução do processo de avaliação institucional responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento da UFJ.

Os docentes responsáveis por cada disciplina ou componente curricular adotam no mínimo, dois processos avaliativos, sendo aprovados os discentes que apresentarem média final e frequência igual ou maior àquela estabelecida pelo Regulamento Geral de Cursos de Graduação (ou documento que o vier a substituí-lo) vigente no ingresso do discente ao curso. Todas as informações sobre os métodos avaliativos definidos pelo docente, cronograma, nota atribuída, dentre outros, são detalhados nos planos de ensino e apresentados aos discentes em no máximo até 15 dias do início das aulas do semestre letivo. Nesse momento é feito um acordo de convivência docente-discente de respeito mútuo e cooperação, para o semestre letivo, respeitando-se as especificações de cada disciplina ou componente curricular em consonância com o PPC do curso e a DCN para o curso de Enfermagem vigente. Já a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e dos Estágios Curriculares Obrigatórios I e II seguem regulamentos próprios do curso de Enfermagem, disponíveis no site institucional do curso.

17.3 Avaliação do Processo e Autonomia Discente

O projeto pedagógico foi pensado por meio de uma abordagem integrativa e que valoriza a prática e a autonomia discente no processo de formação. Durante o curso, os discentes estarão expostos a proposições dinâmicas e reflexivas quanto ao processo formativo, estimulando a avaliação dos conteúdos apresentados, do currículo de forma geral e a autoavaliação. Além de considerar os resultados das avaliações realizadas pela CPA da UFJ.

Este PPC preza, não somente pela transmissão dos conteúdos, mas pela construção do conhecimento por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, favorecendo a autonomia do discente por meio de abordagens avaliativas de caráter dinâmico dentro dos componentes curriculares. Tal característica é o sustentáculo para uma formação crítica construtiva de fundamental

importância para o estabelecimento de uma estreita relação com os discentes, sendo o acesso irrestrito entre todos os personagens, evidenciando o protagonismo de cada um no processo.

A autonomia será estimulada por meio de atividades diversas com abordagem qualitativa ou avaliativa, divulgação científica, participação em atividades de pesquisa e extensão, aulas práticas desenvolvidas em diversos espaços de saúde do município e em programas de fortalecimento e incentivo à cultura, ensino e outras atividades integrativas no processo de formação acadêmica.

17.4 Coerência do Sistema de Avaliação com a Fundamentação Teórico-Metodológica do Curso

Acredita-se que esta proposta de projeto pedagógico possibilitará a diversificação dos cenários de aprendizagem, a inserção de metodologias ativas para o processo de ensino-aprendizagem, a educação orientadas para os problemas relevantes da sociedade, a flexibilidade, a integralidade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade necessária ao exercício profissional de Enfermagem.

18. NÚMERO DE VAGAS

O curso de Enfermagem, grau Bacharelado, da UFJ, oferta anualmente 30 (trinta) vagas com entrada no primeiro semestre de cada ano. O número de vagas para o curso está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física, de campos de estágios disponíveis no município de Jataí-GO e rede conveniada e tecnológica para o ensino e pesquisa, relacionados ao curso de graduação em Enfermagem.

18.1 Contexto

Considerando que o mercado de trabalho para o Enfermeiro está em constante expansão e que a profissão tem avançado de modo diversificado, ampliando cada vez mais suas áreas de atuação e também a infraestrutura do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), o quadro de professores, bem como a demanda por vagas no SISU, o curso atualmente consegue atender a esse quantitativo de vagas.

É importante ressaltar que antes do SISU, a demanda regional nem sempre era suficiente. No entanto, atualmente, o curso atende estudantes de diversas regiões do país, que vem em busca de uma vaga para cursar o Bacharelado em Enfermagem.

18.2 Adequação ao Corpo Docente e Coordenador

Ao longo do processo de formação, os Bacharelandos em Enfermagem contam com a oferta de componentes curriculares não somente por docentes vinculados ao curso, mas também de outros cursos e áreas do conhecimento.

Especificamente no curso de Enfermagem, Grau Bacharelado, da UFJ, o corpo docente é formado por 17 (dezessete) professores Enfermeiros em Tempo Integral com Dedicação Exclusiva à Universidade, e 01 (um) professor com carga horária semanal de 20 horas. Além dos professores ligados a outras unidades acadêmicas ou institutos da UFJ, os quais ministram as disciplinas de Núcleo Comum no Curso.

Com uma entrada anual de 30 (trinta) discentes e uma previsão de integralização curricular mínima de 10 (dez) semestres, pode-se operar o curso em carga total com 150 (cento e cinquenta) discentes. Desta forma, numa relação direta é possível apresentar que para cada docente existem 8,3 discentes. Todos os docentes estão diretamente envolvidos em atividades de ensino, pesquisa, gestão e extensão com ampla participação dos discentes de todos os períodos do curso. Quanto à coordenação do curso, o(a) docente coordenador(a) é estimulado(a) a dedicar-se ao menos 20 horas semanais para as atividades diretamente ligadas à gestão do curso.

Particularmente em relação à gestão do curso, a atuação do coordenador em atividades de orientação, acompanhamento, reuniões e discussões relativas aos interesses do curso representam a maior parte da carga horária dedicada.

19. CORPO DOCENTE

O corpo docente é composto por 18 professores ligados diretamente ao curso, com Bacharelado em Enfermagem e ampla formação acadêmica. O curso conta ainda com a atuação de dois Técnicos Administrativos, sendo um secretário de coordenação de curso e um Técnico de Enfermagem, ligado às atividades dos laboratórios do curso de Enfermagem.

Adicionalmente, o curso conta com o apoio de docentes lotados em outras Unidades Acadêmicas. São docentes que ministram disciplinas obrigatórias e outros vários vinculados semestralmente em componentes optativos e de núcleo livre, contribuindo com a interdisciplinaridade na formação do egresso. Destaque para a qualidade formativa dos docentes externos ao curso que também são na sua maioria doutores.

19.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do curso de Enfermagem atende aos quesitos da Resolução CONAES 01/2010 (Resolução CONAES, 2010) e o disposto na Resolução CONSUNI nº 005/2021, sobre o Núcleo Docente Estruturante do Curso, sendo constituído atualmente por oito professores pertencentes ao corpo docente efetivo do curso.

Todos os membros possuem regime de Dedicação Exclusiva e titulação acadêmica de Doutorado, exercendo atividades de ensino, pesquisa e extensão no Curso. Seu corpo constituinte é firmado por Portaria da Universidade e seus membros têm mandato de três anos. É assegurada a renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a dar continuidade ao processo de acompanhamento do curso.

Os membros atuais do NDE são: Profa. Dra. Karynne Borges Cabral (presidente); Profa. Dra. Cácia Régia de Paula; Profa. Dra. Letícia Palota Eid; Profa. Dra. Lívia Cristina de Resende Izidoro, Profa. Dra. Marlene Andrade Martins, Profa. Dra. Reila Campos Guimarães de Araújo, Profa. Dra. Valquíria Coelho Pina Paulino e Profa. Dra. Yolanda Rufina Condorimay Tacsi.

O NDE possui representatividade no colegiado do Instituto de Ciências da Saúde, instância deliberativa composta pelos diferentes segmentos representativos da Universidade.

O NDE realiza obrigatoriamente (ordinariamente) 02 (duas) reuniões por semestre. Extraordinariamente o NDE poderá se reunir conforme convocação do presidente, realizada em no mínimo 48 horas de antecedência, conforme as demandas do período ou sempre que fizerem-se necessárias.

As reuniões poderão ser realizadas presencialmente ou virtualmente, por meio da plataforma *Google Meet* e são registradas em atas de reunião. As atas das reuniões do NDE são lidas e aprovadas pelos membros do NDE nas reuniões subsequentes e arquivadas na secretaria do Curso de Graduação em Enfermagem e desde o ano de 2022 podem ser acompanhadas via Processo SEI nº 23854.002426/2022-76 e/ou outros que o vierem a substituí-los.

As funções do NDE estão descritas no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação, Regimento Geral da Universidade Federal de Jatai e no Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Enfermagem, disponível no site do curso.

19.2 Titulação do Corpo Docente e Regime de Trabalho

O corpo docente é composto por 18 profissionais ligados diretamente ao curso, com Bacharelado em Enfermagem e ampla formação acadêmica.

O curso conta ainda com 01 Técnico Administrativo em Educação e 01 Técnico de Laboratório (com formação em Técnico de Enfermagem) ligados a atividades de laboratório e atividades administrativas que complementam o quadro funcional do Curso de Graduação em Enfermagem.

O corpo docente apresenta alta qualificação, sendo 15 doutores (83,3%) e 03 mestres (16,7%), os quais encontram-se em processo de doutoramento.

Os professores desenvolvem atividades em projetos de pesquisa, orientação de projetos de iniciação científica, projetos de extensão, projetos de ensino, dentre outras atividades. Tais profissionais, em consonância com as DCNs do Curso, proporcionam aos discentes uma ampla possibilidade de formação nos diferentes aspectos das áreas de atuação profissional do futuro egresso.

O quadro abaixo apresenta um resumo do corpo docente responsável pelos componentes curriculares obrigatórios do Curso de Enfermagem, da UFJ:

Docentes do Instituto de Ciências da Saúde – Curso de Enfermagem			
Nº	**Docentes**	**Área de Atuação**	**Titulação / Ano**
1	Ana Claudia Souza Pereira	Anatomia Humana aplicada a Enfermagem	Mestrado / 2017 Doutorado em Andamento
2	Berendina Elsina Bouwman	Enfermagem em Processos Cirúrgicos e Processamento de Produtos para Saúde	Doutorado / 2020
3	Cácia Régia de Paula	Enfermagem em Saúde Coletiva	Doutorado / 2021
4	Cristiane José Borges	Enfermagem em Saúde Coletiva	Doutorado / 2017
5	Diego Vieira de Mattos	Enfermagem em Saúde das Mulheres e obstétrica.	Doutorado / 2018
6	Giulena Rosa Leite	Assistência de Enfermagem em Adulto e Idoso, paciente crítico, urgência e emergência e Segurança do Paciente	Doutorado / 2017
7	Hellen Cristina Sthal	Assistência de Enfermagem em Adulto e Idoso e Fundamentos de Enfermagem.	Mestrado / 2016 Doutorado em Andamento

8	Juliana Burgo Godoi Alves	Enfermagem em Saúde Mental / psiquiátrica	Mestrado / 2014 Doutorado em Andamento
9	Karynne Borges Cabral	Fundamentos de Enfermagem, Segurança do Paciente; Educação Permanente em Saúde e Nutrição Aplicada à Enfermagem.	Doutorado / 2018
10	Letícia Palota Eid	Doenças infecciosas e clínica médica e Processo do Cuidar do adulto em doenças crônico-degenerativas	Doutorado / 2014
11	Lívia Cristina de Resende Izidoro	Enfermagem Hospitalar e Atendimento pré-hospitalar; Assistência ao paciente Crítico.	Doutorado / 2021
12	Lucila Pessuti Ferri	Saúde Coletiva e Saúde Mental	Doutorado / 2024
13	Ludmila Grego Maia	Saúde Coletiva	Doutorado / 2017
14	Marise Ramos de Souza	Saúde Coletiva e Epidemiologia	Doutorado / 2017
15	Marlene Andrade Martins	Assistência ao Adulto e Idoso em Situação de Clínica médica	Doutorado / 2012
16	Reila Campos Guimarães de Araújo	Fundamentos de Enfermagem e Educação em Saúde.	Doutorado / 2021
17	Valquíria Coelho Pina Paulino	Ética e Legislação em Enfermagem, Metodologia Científica, Gestão dos Serviços de Enfermagem e Saúde das Mulheres	Doutorado / 2016
18	Yolanda Rufina Condorimay Tacsi	Enfermagem em Neonatologia e na Saúde da Criança e do Adolescente	Doutorado / 2008

Além do quadro de professores diretamente ligados ao curso de Graduação em Enfermagem, o curso é apoiado por outras Unidades Acadêmicas ou Cursos de Graduação da UFJ que ministram aulas no curso, sobretudo nas disciplinas dos componentes obrigatórios do Núcleo Comum, entre áreas da saúde.

Docentes de Outros Institutos Acadêmicas e / ou Cursos da UFJ			
Nº	**Docentes**	**Área de Atuação**	**Titulação / Ano**
1	Daniel Bartoli de Sousa	Embriologia e Histologia	Doutorado / 2007
2	Marcos Lázaro Moreli	Microbiologia e Virologia	Doutorado / 2005

3	Rosângela Maria Rodrigues	Parasitologia	Doutorado / 2008
4	Ivanildes Solange da Costa	Imunologia	Doutorado / 2006
5	Sandra Aparecida Benite Ribeiro	Fisiologia Humana	Doutorado / 2002
6	Wagner Gouvêa dos Santos	Biologia Molecular, Bioquímica, Imunologia e Genética.	Pós-Doutoramento / 2006

Observações:

1. Os professores que ministram aulas nas disciplinas de Núcleo Comum podem sofrer alterações conforme necessidade da Unidade Acadêmica cedente, sem aviso prévio a coordenação ou ao NDE do Curso de Enfermagem, porém, mantendo a qualidade do andamento das disciplinas.
2. As disciplinas ofertadas por outros cursos ou outras unidades acadêmicas foram autorizadas em caráter permanente por suas respectivas unidades. E os termos de anuência de oferta das disciplinas podem ser acompanhados via Processo SEI nº 238540096702023-41.

19.3 Política de Qualificação de Docentes e Técnico-Administrativo

A política de qualificação dos docentes e técnicos administrativos do Instituto de Ciências da Saúde é focada na valorização do quadro docente e técnico administrativo e envolve estratégias de formação sistemática e continuada praticadas de acordo com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), instituído pelo Decreto 9991/2019 e atualizado pelo Decreto 10.506/2020 (Brasil, 2019; Brasil, 2020). Este instrumento é utilizado como forma de atendimento ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP).

O PDP é elaborado anualmente de forma a atender tanto às demandas individuais como coletivas. As ações propostas dentro do PDP estão alinhadas ao desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao cargo ou função do docente e técnico-administrativo.

O PDP é elaborado a partir de uma consulta aos servidores, bem como aos gestores quanto à necessidade de capacitação coletiva. A partir desse plano, o planejamento de capacitações e qualificação é realizado e colocado em prática.

Em relação aos Técnicos-Administrativos, o PDP, a partir de ações individuais e coletivas possibilita a elaboração de convênios e intercâmbios visando a participação de funcionários; o apoio a realização de cursos de pós-graduação stricto e lato sensu dirigidos aos servidores técnico-administrativos; oportunidades de participação em Congressos e seminários; estímulo à organização de cursos de acordo com a demanda e promoção de cursos de qualificação.

Ainda dentro da política de estímulo e promoção de ações promovidas pela Unidade Acadêmica em temas relacionados à pesquisa, empreendedorismo e inovação inclui-se a capacitação de servidores para redação científica e técnicas de redação em língua estrangeira, promoção de cursos e palestras envolvendo temas como produção do conhecimento científico, tecnológico, de inovação e empreendedorismo, registro de patentes, estímulo de ofertas de programas de capacitação de docentes para o ensino de inovação e empreendedorismo.

A coordenação de Capacitação de Pessoas (CCP), ligada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROPESSOAS), é responsável por:

- Acompanhar a elaboração, a execução e atualização do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) junto às unidades/órgãos da UFJ, bem como elaborar, juntamente com a Coordenação de Gestão do Desenvolvimento (CGD), relatórios específicos.
- Orientar, registrar e acompanhar as capacitações institucionais para servidores oferecidas por órgãos/unidades da Universidade.
- Identificar e divulgar as ações de capacitação ofertadas pela Escola Nacional de Administração Pública/Escola Virtual.Gov (ENAP/EV.G).
- Realizar diagnóstico situacional para identificar lacunas de ofertas de capacitação no âmbito institucional, desde cursos livres até cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- Elaborar e viabilizar propostas de projetos Minter (Mestrados Interinstitucionais) e Dinter (Doutorados Interinstitucionais) para os Técnicos Administrativos em Educação que visem à formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento socioeconômico, técnico-científico e de inovação.
- Coordenar, implementar e implantar ações relacionadas à Capacitação para Cargos de Gestão e Administração, especialmente para docentes, com enfoque em liderança, trabalho em equipe e desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes.
- Elaborar e conduzir Simpósios de Desenvolvimento de Pessoas (SIDEP) de caráter permanente para abordar temas de interesse dos servidores, com periodicidade semestral.

20. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

A Universidade Federal de Jataí dispõe de infraestrutura física própria, localizada em dois *campi*: Riachuelo e Jatobá (Cidade Universitária). É detentora de várias edificações destinadas às salas de aulas, gabinetes para docentes, centro de convivência, biblioteca, restaurante universitário, cantina, reitoria, laboratórios de diversas áreas. Cada ambiente é equipado com mobília, iluminação adequada, equipamentos de prevenção de incêndio e boa higiene.

Todas as edificações estão em bom estado de conservação e foram projetadas para atender as finalidades educacionais e às especificações técnicas quanto a dimensões, à iluminação, à ventilação e à acústica. São adequadas ao número de usuários atuais, para cada ramo de atividade. Ressalta-se que as instalações foram adaptadas e projetadas para atenderem os requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

O Instituto de Ciências da Saúde (ICS) da Universidade Federal de Jataí (UFJ), ao qual o curso de Enfermagem está vinculado, compreende ambientes e estrutura física adequados para o desenvolvimento dos discentes no aspecto teórico-prático em diversas áreas do saber. Estão ligados à Unidade Acadêmica espaços destinados ao ensino prático das diferentes áreas necessárias para a formação dos bacharelandos, dentre eles laboratórios específicos para o curso de Enfermagem.

O curso de Enfermagem conta com instalação predial localizada no Campus Jatobá, da UFJ, sendo um espaço compartilhado com o curso de Biomedicina.

Prédio de Biomedicina e Enfermagem – Campus Jatobá – UFJ.

O prédio abriga as seguintes instalações destinadas ao curso de Enfermagem, dentre outras de uso multidisciplinar:

- **Sala da Coordenação de curso e secretário (a):**

O espaço destinado aos serviços de coordenação e secretaria do curso de Enfermagem, localizado no prédio de Biomedicina e Enfermagem, facilita o acesso e contato direto da coordenação e secretaria com os discentes e servidores ligados ao curso de Enfermagem. Dispõe de materiais básicos de escritório, informática, mobiliário de escritório e telefonia. Atende às condições básicas de dimensões, iluminação natural e artificial, ventilação, limpeza e acessibilidade. E possibilita o atendimento individual do discente, com espaço adequado para garantir a sua privacidade.

- **Sala de Reuniões do Curso:**

Espaço destinado a reuniões do colegiado e atendimento aos docentes pela coordenação do curso. Equipada com mesa, cadeiras, armários e aparelho de Televisão (TV) fixo, iluminação e ventilação adequadas às necessidades do curso.

- **Sala do PET-Enfermagem:** Destinada a reuniões, apoio, guarda de material e convivência, para alunos do PET-Enfermagem, Tutores e Professores Colaboradores do Programa. Equipadas com mesas, cadeiras, sofá, armários, informática, iluminação e ventilação adequadas para o funcionamento do programa e utilização dos discentes participantes.
- **Sala de Coordenação de Estágio:**

Espaço destinado às atividades da coordenação de estágio com mobiliário, iluminação e ventilação adequadas a utilização do espaço.

- **Sala do NEGECS – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gestão, Educação e Cuidado em Saúde:**

Espaço destinado às reuniões do núcleo de pesquisa e convivência dos participantes do grupo de pesquisa, orientações de projetos e produtos científicos. É equipada com material básico de escritório, mobiliário, iluminação e ventilação.

- **Sala do NEASC – Núcleo de Estudos Avançados e Saúde Coletiva:**

Espaço destinado às reuniões do núcleo de pesquisa e convivência dos participantes do grupo de pesquisa, orientações de projetos e produtos científicos. É equipada com material básico de escritório, mobiliário, iluminação e ventilação. Localizado no Prédio de Gabinetes de Professores II, no Campus Jatobá.

- **Laboratórios de Enfermagem e multidisciplinar utilizados pelo curso:**

Os laboratórios utilizados pelo curso de Enfermagem, estão localizados em diversas estruturas físicas dentro do Campus Jatobá. Em relação aos laboratórios específicos, o curso possui 01 laboratório localizado no prédio de Ciências da Saúde; 01 localizado na Clínica Escola de Fisioterapia e 02 localizados no prédio de Enfermagem e Biomedicina.

Para otimizar esses espaços e facilitar o desempenho da organização técnica das aulas práticas, os laboratórios de Enfermagem foram reorganizados em áreas temáticas, relacionadas ao curso. Sua organização, normas e rotinas, gestão dos laboratórios e formas de utilização são definidas conforme disposto no ***"Regimento Interno para Utilização dos Laboratórios do Curso de Enfermagem"***, disponível no site institucional do curso.

Cada um destes espaços dispõe de estrutura física, equipamentos permanentes, manequins, bibliografia e materiais que são utilizados cotidianamente por estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Ademais, contamos com apoio de uma equipe composta por docentes, técnicos

administrativos e bolsistas focados na preparação e organização de aulas práticas e atendimento à comunidade acadêmica da UFJ.

Recursos adequados em um ambiente seguro e com baixo potencial de “stress” favorecem o processo ensino-aprendizagem à medida que reduzem a ansiedade dos estudantes, pois facilitam a aquisição e desenvolvimento de habilidades, tornando-se um recurso indispensável para o estudante de Enfermagem. Assim, os laboratórios do curso de Enfermagem auxiliam os discentes no desenvolvimento de diversas habilidades necessárias ao exercício profissional do Enfermeiro, Tais como:

- Simular a realização de procedimentos técnicos e outras intervenções de Enfermagem;
- Promover o elo entre a teoria e a prática;
- Promover a aprendizagem autodirigida envolvendo os diversos recursos de mídia instrucional;
- Acompanhar de forma sistematizada a aprendizagem dos estudantes em procedimentos técnicos, a fim de adquirir habilidades específicas de Enfermagem;
- Promover o desenvolvimento de pesquisas no âmbito do cuidado de Enfermagem.

Ressalta-se que todos os laboratórios especializados implantados possuem normas de funcionamento, utilização e segurança atendendo, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos de adequação, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos, adequados ao curso de Enfermagem.

Segue a relação dos laboratórios específicos do curso de Enfermagem e sua organização temática:

LABORATÓRIO	DESCRIÇÃO
Laboratório 1 - Laboratório de Habilidades em Enfermagem em Saúde do Adulto e do Idoso	O laboratório está localizado no Prédio de Ciências da Saúde, na sala 1. É um ambiente destinado a proporcionar ensino e aprendizagem com foco em habilidades gerais de Enfermagem. Apresenta estrutura física e organizacional específica e destina-se ao desenvolvimento de habilidades práticas de Enfermagem, sendo utilizado por professores e estudantes do curso de Enfermagem e por demais cursos do ICS/UFJ, além de atividades extracurriculares. Está equipado para atender aos procedimentos básicos de enfermagem, tais como: cateterismos, sondagens, higiene, organização da unidade do paciente, curativos simples, aferição de sinais vitais e outros. Além disso, apresenta estrutura física e organizacional específica, voltada para o ensino de habilidades em

	enfermagem clínico-cirúrgica, CME, APH e Assistência ao paciente crítico.
Laboratório 2 - Laboratório de Habilidades Fundamentais em Enfermagem	O laboratório está localizado no Prédio da Clínica Escola de Fisioterapia. É um ambiente destinado a proporcionar ensino e aprendizagem com foco em habilidades gerais de Enfermagem. Apresenta estrutura física e organizacional específica e destina-se ao desenvolvimento de habilidades práticas de Enfermagem, sendo utilizado por professores e estudantes do curso de Enfermagem e por demais cursos do ICS/UFJ, além de atividades extracurriculares. Está equipado para atender aos procedimentos básicos de enfermagem, tais como: cateterismos, sondagens, higiene, organização da unidade do paciente, curativos simples, aferição de sinais vitais e outros.
Laboratório 3 - Laboratório de Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	O laboratório está localizado no Prédio da Enfermagem e Biomedicina, sala 03. É um ambiente destinado a proporcionar ensino e aprendizagem com foco em avaliação clínica de Enfermagem. Apresenta estrutura física destinada ao desenvolvimento de habilidades práticas de Enfermagem, sendo utilizado por professores e estudantes do curso de Enfermagem e por demais cursos do ICS/UFJ, além de atividades extracurriculares. Está equipado para atender aos requisitos de uma avaliação clínica semiológica adequada e com qualidade: manequins para a simulação de aferição de sinais vitais e execução da semiotécnica da inspeção, ausculta, percussão e palpação clínica e outros.
Laboratório 4 - Laboratório de Práticas em Saúde Coletiva e Enfermagem Materno-infantil	O laboratório está localizado no Prédio da Enfermagem e Biomedicina, sala 05. É um ambiente destinado a proporcionar ensino e aprendizagem com foco em habilidades gerais de Enfermagem. Apresenta estrutura física e organizacional específica e destina-se ao desenvolvimento de habilidades práticas de Enfermagem, sendo utilizado por professores e estudantes do curso de Enfermagem e por demais cursos do ICS/UFJ, além de atividades extracurriculares. Está equipado para

	atender aos procedimentos básicos de enfermagem, tais como: cateterismos, sondagens, higiene, organização da unidade do paciente, curativos simples, aferição de sinais vitais e outros. Além disso, é um ambiente destinado a proporcionar ensino e aprendizagem com foco em habilidades específicas de Enfermagem Materno-Infantil e em Saúde Coletiva.

Segue abaixo a relação de laboratórios ligados a Unidade Acadêmica de Ciências Biológicas, utilizados também pelo Curso de Graduação em Enfermagem:

LABORATÓRIO	DESCRIÇÃO
Anatomia Humana e Comparativa	Destinado ao ensino de estudos morfológicos em Anatomia Humana e Comparativa e para auxiliar na forma e capacitação de profissionais da saúde e ciências biológicas. Equipado com peças anatômicas, bancadas e banquetas, materiais de biossegurança e mobiliário de armazenamento de peças anatômicas.
Bioquímica	É um ambiente destinado à pesquisa científica, ensino e a formação de profissionais no campo da Bioquímica e das áreas e temas correlatos (Biologia Molecular, Fisiologia, Imunologia, Biotecnologia, Farmacologia, Nutrição, Alimentação). Equipado com geladeiras, bancadas, banquetas, equipamentos de análises bioquímicas e mobiliário que permite o armazenamento de materiais bioquímicos e de biossegurança.

Segue abaixo a relação de laboratórios ligados a Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde, utilizados também pelo Curso de Graduação em Enfermagem:

LABORATÓRIO	DISCIPLINAS COMUMENTE ATENDIDAS	LOCALIZAÇÃO
Bioquímica Clínica e Líquidos Corporais	Bioquímica Clínica, Líquidos Corporais, Práticas Biomédicas	Prédio da Biomedicina
Genética e Biologia Molecular	Biologia Celular e Molecular, Citogenética, Genética Básica e Genética Humana	
Imunologia	Imunologia Básica e Imunologia Clínica	
Microbiologia	Bacteriologia, Microbiologia e Micologia	

Parasitologia	Parasitologia Básica e Parasitologia Clínica	
Patologia	Histopatologia e Patologia Geral	Prédio de Ciências da Saúde
Farmacologia	Farmacologia Básica, Farmacologia Clínica e Toxicologia	

- **Salas de aula:**

A universidade possui dois Centros de Aulas, com dois pavimentos de salas de aulas na Unidade Jatobá e outras na unidade Riachuelo. As salas de aula são de revestimento de alvenaria, bem dimensionadas, dotadas de farta iluminação natural e artificial, boa ventilação, acústica, muitas possuem condicionadores de ar instalados, mobiliário em bom estado de conservação, atendendo à todas as condições de salubridade necessárias para o desenvolvimento das atividades programadas.

Todas possuem acesso à internet *wifi* mediante *login* institucional, pontos de água e instalações sanitárias limpas, de fácil acesso e compatíveis com o número dos usuários. Os projetores multimídia para os docentes são disponibilizados pela Coordenação de Curso por meio de reserva prévia e retirados pelo docente na sala de coordenação de curso, junto ao secretário. A Coordenação de Curso realiza as reservas das salas de aulas por meio do Sistema “SisReserva” e o administrador do sistema procede com a distribuição entre os cursos de acordo com horários, quantitativo de discentes e necessidades de acessibilidade solicitadas.

- **Espaço de trabalho para docentes em tempo integral:**

A universidade possui um prédio exclusivo de gabinetes para a permanência dos docentes nos períodos pré e pós aula. Cada gabinete abriga 3 professores do curso e estão equipados com mobiliário básico de escritório, iluminação e ventilação adequados. Além disso, no prédio há um espaço de copa, com pontos de água, café, sanitários e acesso à internet. E está localizado ao lado do Centro de Aulas 02 e os espaços de convivência (lanchonetes e centro de convivência), facilitando assim o acesso dos discentes.

No prédio da Biomedicina e Enfermagem, os docentes do curso em regime de trabalho em tempo integral contam com laboratórios de práticas e sala de reuniões administrativas, pedagógicas, pesquisa e de atendimento ao discente. Os espaços são bem dimensionados, dotados de acesso à internet, iluminação, climatização, mobiliário e aparelhagem específica, com bom estado de conservação e limpeza, atendendo as condições de salubridade e acessibilidade. O prédio também possui sanitários, pontos de água e copa com fogão e geladeira.

- **Auditório / Sala de Conferência:**

Os auditórios são encontrados nos prédios da Reitoria (110 pessoas), do Direito (100 pessoas) e

da Medicina (auditórios para 90 pessoas cada) e possuem equipamentos audiovisuais (caixa amplificadora de som e aparelhos multimídia), mobiliário próprio, sistemas de comunicação em rede. Os espaços físicos são adequados para o número de usuários e comodidade necessária à atividade a ser desenvolvida. Atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, com mobílias em boas condições. A limpeza e manutenção dos equipamentos e mobiliários são executadas com frequência.

- **Sala para acesso dos alunos a equipamentos de informática e a internet:**

Nos espaços coletivos da comunidade universitária há a disponibilidade de acesso seguro e sem fio (*wi-fi*) à internet por meio do serviço Eduroam (education roaming). Estudantes e servidores membros da UFJ podem, através de seus computadores portáteis pessoais ou de seus aparelhos de celular que possuam conexão *wireless*, obter conectividade mediante *login* institucional, dentro de seus campi e em qualquer localidade que ofereça essa facilidade de como provedora de serviços. Para isso, é necessário realizar o cadastramento prévio junto à unidade de tecnologia de Informação da instituição e configurar o computador do usuário para a conexão com a rede.

Além da segurança, o Eduroam tem como benefícios a mobilidade, facilidade de uso e a sua integração à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), uma federação de identidade que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras gerenciada pela RNP (Rede Nacional de Pesquisas). Os discentes também podem ter acesso a um dos 23 computadores disponíveis na Biblioteca Flor-do-Cerrado (Campus Jatobá) e mais 14 na Biblioteca Binômio da Costa Lima (Campus Riachuelo). A biblioteca também oferece o serviço de empréstimo de 468 notebooks (chromebooks). O serviço é destinado a atender exclusivamente estudantes que estejam regularmente matriculados e cadastrados no Sistema de Bibliotecas da UFJ (SIBI/UFJ).

- **Unidades hospitalares e complexos assistenciais conveniados:**

O curso de Enfermagem da UFJ contribui para a formação de profissionais enfermeiros generalistas proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades nos diversos cenários para o trabalho do enfermeiro, em contextos reais e em equipes multiprofissionais, atendendo assim as DCNs da profissão. Para tanto, os estudantes são inseridos nos sistemas de saúde/SUS por meio de convênios com instituições da rede privada, filantrópica ou da rede pública de assistência à saúde.

Na universidade há um setor específico para o estabelecimento e renovação de convênios para realização de atividades de ensino (estágios obrigatórios e não-obrigatórios e aulas práticas) cuja planilha de cooperação fica disponível no site do departamento. Os convênios e os contratos são instrumentos jurídicos celebrados entre a UFJ e a entidade e/ou empresa que concederá a sua estrutura

para a realização de aulas práticas e estágios (obrigatórios e não-obrigatórios).

Atualmente dispomos de convênios com instituições hospitalares da rede privada e estadual, permitindo estágios obrigatórios e não obrigatórios em todos os departamentos em que há assistência e/ou gerenciamento de serviços de saúde e Enfermagem. No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Jataí/GO o convênio é firmado por meio do Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES), cujas diretrizes foram publicadas pelos Ministérios da Saúde e de Educação por meio da Portaria Interministerial nº 1.127 de 06 de agosto de 2015 (Brasil, 2015). A regulamentação das ações de ensino-serviço (estágio e aulas práticas) por meio do COAPES são intermediadas pelo Comitê Gestor que se reúne mensalmente para deliberações e encaminhamentos e facilitado ou acompanhado no âmbito do curso pela coordenação de estágio.

No âmbito estadual, o convênio firmado entre o Estado de Goiás e a UFJ, por meio da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, é viabilizado pela concorrência de Edital específico, da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás e Coordenação de Estágio Curricular / GEDES / SESG, em chamamento público, onde a UFJ concorre com outras instituição de ensino as vagas destinadas a estágio curricular no Hospital Estadual de Jataí. Destaca-se que a UFJ detém historicamente as melhores notas no ranqueamento de vagas e contrapartida para a instituição, tendo contratos celebrados de cooperação mútua para todos os seus cursos na área da saúde.

Além disso, o curso conta com convênio em instituição filantrópica. Nesse espaço o curso em parceria com os profissionais enfermeiros da instituição desenvolvem aulas práticas e estágio curricular obrigatório e não obrigatório em todos os departamentos em que há prestação de serviços de Enfermagem.

A integração entre ensino, serviços e comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS) acontece por meio de estágio, aulas práticas, extensão e pesquisa em hospitais da rede de urgência e emergência, internação clínica e cirúrgica, centro cirúrgico, central de material e esterilização, Unidade de Terapia Intensiva, maternidade, Unidades Básicas de Saúde, setores de vigilância sanitária, epidemiológica, vacinas, dentre outros que contemplam a demanda necessária de estágios e visitas técnicas importantes na formação do acadêmico de Enfermagem.

- **Comitê de ética em Pesquisa (CEP):**

Segundo a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, o Comitê de Ética em Pesquisa se trata de:

> "Colegiado vinculado à Instituição que realiza pesquisa, de natureza pública ou privada, de composição interdisciplinar, constituído de membros das áreas médica, científica e não científica, de caráter consultivo e deliberativo, que atua de forma independente e autônoma, para assegurar a proteção dos direitos,

> da segurança e do bem-estar dos participantes da pesquisa, antes e no decorrer da pesquisa, mediante análise, revisão e aprovação ética dos protocolos de pesquisa e de suas emendas, bem como dos métodos e materiais a serem usados para obter e documentar o consentimento livre e esclarecido dos participantes da pesquisa" (Brasil, 2024).

A UFJ contempla um CEP que teve seu registro aprovado em 30 de junho de 2017 pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP por meio do Ofício Circular nº 240/2017 e Carta Circular nº 223/2017. O CEP da UFJ, além de atender a demanda institucional, avalia protocolos de pesquisas de outras IES que não possuem o seu próprio CEP.

- **Bibliotecas:**

A Universidade Federal de Jataí, conta com dois espaços de biblioteca, sendo um denominado de "**Biblioteca Flor-do-Cerrado**", localizado no Campus Jatobá e outro denominado "Biblioteca **Binômino da Costa Lima**", localizado no Campus Riachuelo.

A Biblioteca Flor-do-Cerrado oferece espaços para estudo individual, salas de estudo coletivo, salão de leitura, sala de reuniões, sala multimídia, sala livre para estudos, refeitório, laboratório de informática, laboratório de acessibilidade informacional, gibiteca e espaço para descanso. E a Biblioteca Binômino da Costa Lima oferece salão para estudo individual e coletivo e laboratório de informática.

21. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS

O PPC do curso de graduação em Enfermagem da UFJ está alinhado com os requisitos legais, normativos e obrigatórios, para o curso de Enfermagem. São eles:

- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e suas normas complementares**:

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Foi criada para garantir o direito de toda a população ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública.

O PPC do curso atende aos requisitos da referida Lei ao estimular durante todo o curso a formação do Enfermeiro qualificado, comprometido com o trabalho de qualidade, humanístico e com respeito a diversidade e o pluralismo das ideias. O PPC também favorece e estimula a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo em todos os

componentes curriculares, obrigatórios e optativos, Núcleo Livre, Atividades de Extensão Curricularizáveis e em eventos científicos e culturais promovidos pelo curso.

- **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso - Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001:**

O PPC do curso de Enfermagem está alinhado com que é estabelecido nas Diretrizes Nacionais para os Cursos de Enfermagem e promove a formação do discente com competências, habilidades e conteúdos dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinentes e compatíveis com referências nacionais e internacionais, capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade no Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso está alinhado com o perfil do egresso desejado de Enfermeiro generalista, humanista, crítico e reflexivo. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas ou situações de saúde-doença mais valentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Portanto, o PPC do curso de Enfermagem da UFJ foi construído em consonância com os princípios primordiais de formação profissional apresentados nessa diretriz, que incluem: a) Perfil do egresso (Item 7.1); b) Competências e habilidades (Item 7.2); c) Áreas do conhecimento e conteúdos essenciais (Item 8); d) Estágio curricular (Item 9); e) Atividades complementares (Item 10); f) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão / prática profissional (Itens 5 e 12); g) Modalidade (Item 2.4); h) Trabalho de Conclusão de Curso (Item 11); i) Acompanhamento e avaliação (Itens 14 e 15).

- **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n° 11.645, de 10/03/2008, e Resolução CNE/CP n° 01, de 17/06/2004):**

Visa o reconhecimento da diversidade, a promoção da visibilidade da cultura negra e indígena e o protagonismo desses povos. Na organização da matriz curricular esses conteúdos estão contemplados nas disciplinas obrigatórias de Enfermagem, Saúde e Sociedade e Ética, Bioética, Legislações em Enfermagem. E também, há possibilidade do aluno ter maior aprofundamento sobre o tema na disciplina optativa de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

- **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:**

O disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/05/2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos faz parte

do Projeto institucional, recomendando a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O documento também estabelece os princípios da educação em direitos como: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, e sustentabilidade socioambiental. Embora seja contemplado como transversal e interdisciplinar nos componentes da matriz do curso, algumas unidades curriculares abordam mais claramente situações onde os direitos humanos são desenvolvidos. Assim, no âmbito do curso de Enfermagem essa temática é abordada com maior ênfase de forma distribuída nas seguintes disciplinas obrigatórias no curso: Metodologia Científica: fundamentos filosóficos e metodológicos da ciência; Enfermagem, Saúde e Sociedade e Ética, Bioética e Legislações em Enfermagem.

- **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**:

Conforme disposto na Lei n° 12.764, de 27/12/2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), são direitos da pessoa com transtorno do espectro autista o acesso à educação (Art. 3º, IV, alínea a) e a acompanhante especializado, quando incluído nas classes comuns de ensino regular e em casos de comprovada a necessidade (Art. 3º, parágrafo único).

Para concretização das ações pedagógicas e garantia dos direitos de inclusão dos acadêmicos autistas ou com outro tipo de deficiência, uma vez atestada a necessidade, a universidade conta com o apoio dos seguintes setores: Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), Serviço de Psicologia Aplicada (SEP) e os Núcleos de Atendimento à Saúde. Estes órgãos institucionais visam fornecer suporte didático-pedagógico para a permanência do estudante na instituição e de forma a desenvolver melhor desempenho em suas atividades.

- **Componente curricular de LIBRAS:**

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas. Já o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, em seu Art. 3º que a disciplina de LIBRAS deverá ser ofertada como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura (§2º) e de forma optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.

Em consonância com essa regulamentação, por se tratar de um curso de modalidade bacharelado, no âmbito do curso de Enfermagem e da nossa estrutura curricular a disciplina de *LIBRAS I - Língua Brasileira de Sinais I (ÁREA DA SAÚDE)* é ofertada como como disciplina optativa, podendo ser

cursada pelo acadêmico a qualquer tempo que desejar e em qualquer curso do Instituto de Ciências da Saúde.

É importante destacar que no âmbito da UFJ há a disponibilidade de serviços de interpretação e tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para atendimento aos acadêmicos com deficiência auditiva com o intuito de proporcionar-lhes uma aprendizagem mais proveitosa, participativa e de qualidade.

- **Lei do Exercício Profissional de Enfermagem:**

Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação da Enfermagem e dá outras providências. O PPC cumpre integralmente os princípios norteadores da Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, oferecendo em todos os seus componentes curriculares a formação ética e em consonância com o exercício legal da profissão de enfermeiro em todos os níveis de assistência e gerenciamento de serviços de saúde e enfermagem.

- **Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida:**

Segundo a Lei 13.146/2015, Art. 2º é: "Considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

As condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida são regidas pelas Leis nº 12.711/2012, nº 12.764/2012, nº 13.146/2015 e nº 13.409/2016, bem como com os Decretos nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004.

De um modo geral, estas instituem as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, reserva de vagas, prioridade e inclusão para pessoas com algum tipo de deficiência e/ou com mobilidade reduzida. A estrutura física da UFJ é concebida para facilitar a circulação e o uso de todos os ambientes institucionais por pessoas com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida, conta com toaletes adaptados com barras de apoio e portas adequadas, piso aderentes, corrimões, rampas de acesso a cadeira de rodas, reserva de estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço.

Espaços extra térreo possuem acesso por escadas, rampas ou elevadores. Instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível ao usuário de cadeira de rodas e sinalizações indicativas. O apoio aos estudantes com deficiência disponibilizando pessoal especializado, como intérprete de Libras, carteiras especiais, entre outros, atendendo, assim, a legislação em vigor.

- **As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:**

Os dispostos na Lei no 9.795, de 27/04/1999, no decreto nº 4.281, de 25/06/2002 e no parecer CNE/CP n° 2, de 15/06/2012, estabelecem a integração da educação ambiental nas instituições de ensino de modo transversal, contínuo e permanente. As abordagens incluem principalmente a relação homem natureza, a interferência do homem no meio impactando o aparecimento de doenças, importância do descarte seguro e correto de resíduos, qualidade de vida da população. Sendo assim, no curso de Enfermagem essa temática é abordada nas disciplinas obrigatórias de Educação e Promoção da Saúde e Enfermagem em Vigilância à Saúde I e II.

- **Acesso e permanência:**

Os arts. 205, 208 e 227 da Constituição Federal estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado, com a garantia de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente no ensino regular e prevê a obrigação da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, entre outros direitos fundamentais. Nesse sentido, os Artigos 58, 59 e 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelece a obrigatoriedade de sistemas de ensino em matricular os alunos com deficiência, no ensino regular, garantindo-lhes o atendimento educacional especializado e outras obrigações.

- **Combate à violência:**

A Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação prevê metas (Meta 4 e 7) e estratégias para a melhoria da qualidade da educação, incluindo a garantia da educação inclusiva e de políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.
Também relacionada à violência, a Lei nº 13.185/2015 institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o território nacional e a Lei n. 13.663/2018 que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inclui a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

22. POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DOS ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS

No âmbito da UFJ, o sistema de Bibliotecas (SIBI/UFJ) é composto pelas bibliotecas Flor-do-Cerrado e Binômino da Costa Lima localizadas no Campus Jatobá e no Campus Riachuelo, respectivamente. A biblioteca Flor-do-Cerrado funciona como órgão coordenador do SIBI/UFJ, realizando os principais serviços administrativos necessários para o pleno funcionamento do sistema.

No contexto do curso de Enfermagem, o acervo físico está localizado na biblioteca Flor-do-Cerrado, no Campus Jatobá, campus onde ocorre a oferta dos componentes curriculares do curso de Enfermagem. Já o acervo eletrônico pode ser acessado com *login* e senha fornecidos pela biblioteca aos discentes, mediante cadastro do aluno.

No âmbito da Universidade Federal de Jataí, a atualização dos acervos bibliográficos, segue a padronização estabelecida na Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFJ (2022). E a coordenação de curso mantém comunicação direta com os responsáveis pelas bibliotecas da UFJ para um processo contínuo de atualização dos acervos bibliográficos utilizados pelos discentes e docentes.

A elaboração de uma Política de Aquisição, Atualização e Expansão do Acervo Bibliográfico deve-se à necessidade de geração de um instrumento formal, compatível com os interesses de seus usuários, missão e objetivos da Instituição, no contexto de ensino, pesquisa e extensão. Dentre os principais objetivos, destacam-se: estabelecer diretrizes e prioridades para orientar no processo de seleção e aquisição racional de material informacional e planejamento e previsão de disponibilidade de recursos orçamentários.

As fontes utilizadas como recursos de consulta e de tomada de decisões são: PPCs que estiverem atualizados e referendados pelo NDE; Bibliografias dos Programas de Pós-graduação; Catálogos, listas e propagandas de editores, livreiros e bibliotecas; Sugestões de usuários da comunidade acadêmica; consulta à base de dados da biblioteca UFJ; bases de dados (*Book in print*, entre outras).

A seleção dos materiais que irão compor o acervo é realizada levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos, de acordo com os critérios abaixo:

- Se a abordagem do assunto atende o ensino, pesquisa e extensão;
- Atender às bibliografias básicas e complementares dos PPCs que estiverem atualizados e referendados pelo NDE;
- Considerar a autoridade do autor e editor, atualidade, suporte, estado de conservação e o idioma dos materiais;
- Considerar o orçamento disponível para a aquisição dos materiais;
- Observar os critérios de disponibilidade para os documentos em suporte eletrônico, priorizando aqueles com acesso perpétuo, simultâneo e ilimitado;

- Considerar a lista de sugestões de títulos e exemplares de materiais informacionais enviados pelos usuários; e

- Em caso de doações espontâneas à biblioteca, os critérios de seleção e de incorporação ao acervo são os mesmos descritos anteriormente.

23. EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DOS COMPONENTES CURRICULARES

NÚCLEO COMUM - OBRIGATÓRIAS

ANATOMIA HUMANA I

Ementa: Terminologia anatômica. Definições de orientação: posição anatômica, planos e eixos do corpo humano. Conceitos gerais e morfofuncionais da anatomia humana do sistema esquelético, sistema articular, sistema muscular e sistema nervoso.

Bibliografia Básica:

MACHADO, A.; HAERTEL, L. M. **Neuroanatomia funcional**. 3ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2014.
PAULSEN, F.; WASCHKE, J. **Sobotta atlas de anatomia humana**. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. **Princípios de anatomia e fisiologia**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar:

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2007.
MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR A. M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia Humana**. 6ª Edição. São Paulo: Elsevier, 2014.
SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. **Coleção Prometheus - Atlas de Anatomia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
VAN DE GRAAF, K. M. **Anatomia humana**. 6ª ed. São Paulo: Manole. 2003.

ANATOMIA HUMANA II

Ementa: Conceitos gerais e morfofuncionais da anatomia humana do sistema circulatório, sistema respiratório, sistema digestório, sistema urinário, sistema genital masculino, sistema genital feminino, sistema tegumentar e sistema endócrino.

Bibliografia Básica:

PAULSEN, F.; WASCHKE, J. **Sobotta: atlas de anatomia humana**. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. **Princípios de anatomia e fisiologia**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
VAN DE GRAAF, K. M. **Anatomia humana**. 6ª Edição. São Paulo: Manole. 2003.

Bibliografia Complementar:

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2007.
MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR A. M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia Humana**. 6ª Edição. São Paulo: Elsevier, 2014.
ROHEN, J. W.; YOKOSHI, C.; LÜTJEN-DRECOLL, E. **Anatomia Humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional**. 8ª Edição. São Paulo: Manole, 2016.
SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. **Coleção Prometheus - Atlas de Anatomia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

BIOESTATÍSTICA

Ementa: Introdução à estatística aplicada à área da saúde. Planejamento e delineamento de pesquisa. Estatística descritiva (gráficos, tabelas e parâmetros estatísticos). Noções de probabilidade. Distribuição de probabilidade Normal. Teoria da Amostragem. Cálculo de tamanho de amostras. Testes de Hipóteses. Análise de correlação e regressão.

Bibliografia Básica:

BEIGUELMAN, B. **Curso prático de bioestatística**. 5ª Edição. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002.
MORETTIN, L. G. **Estatística básica: probabilidade e inferência**. São Paulo: Prentice Hall, 2010.
VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bibliografia Complementar:

GOMES, F. P. Curso de estatística experimental. 15ª Edição. Piracicaba: FEALQ, 2009.
MANN, P. S. **Introdução à estatística**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
PEREIRA, M.G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
RIBEIRO JÚNIOR, J. I. **Análises estatísticas no Excel: guia prático**. 2ª Edição. Viçosa: UFV, 2013.
SPIEGEL, M. R. Estatística. 4ª Edição. São Paulo: Makron Books, 2009.

BIOQUÍMICA BÁSICA

Ementa: Estudo bioquímico da célula. Química e metabolismo de macromoléculas: carboidratos, lipídeos, aminoácidos, proteínas, ácidos nucleicos e enzimas. Bioquímica da respiração e da contração muscular. Bioenergética: glicólise, ciclo de Krebs, fosforilação oxidativa. Equilíbrio ácido básico.

Bibliografia Básica:

CAMPBELL, M. K. **Bioquímica**. 8ª Edição. São Paulo: Artmed, 2015.
CHAMPE, P. C.; HARVERY, R. A. **Bioquímica ilustrada**. 4ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.
LEHNINGER, A. L. **Princípios da bioquímica**. 4ª Edição. São Paulo: Sarvier, 2006.

Bibliografia Complementar:

MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. **Química orgânica**. 14ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Guinbenkian, 2005.
MURRAY, R. H.; *et al*. **Harper: Bioquímica**. 8ª Edição. São Paulo: Atheneu, 1998.
BERG, J. M.; *et al*. Bioquímica. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
STRYER, L. **Bioquímica**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

BIOLOGIA CELULAR E EMBRIOLOGIA

Ementa: Evolução e organização das células. Membranas biológicas. Transporte através das membranas. Sistemas de Endomembranas: Retículo endoplasmático, Complexo de Golgi e Lisossomos. Mitocôndrias. Peroxissomos. Citoesqueleto. Núcleo. Matriz extracelular. Ciclo celular: Divisão celular. Gametogênese. Ciclo Reprodutivo. Fertilização. Clivagem; Gastrulação; Neurulação. Características morfofuncionais dos embriões e dos fetos. Membranas fetais e placenta. Principais categorias de malformações.

Bibliografia Básica:

ALBERTS B.; *et al*. **Fundamentos da Biologia Celular**. 3ª Edição. Porto Alegre: Editora Artmed, Porto Alegre, 2011.
JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara e Koogan, 2012.
MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. **Embriologia Básica**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALBERTS, B. *et al*. **Biologia Molecular da Célula**. 5ª Edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.
CARLSON, B. M. **Embriologia Humana e Biologia do Desenvolvimento**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 2014.
COCHARD, L. R. **Atlas de embriologia humana de Netter**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. **Embriologia Clínica**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2016.
SADLER, T. W. **Langman Embriologia Médica**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 2022.

EPIDEMIOLOGIA

Ementa: Bases conceituais, história e usos da epidemiologia. Processo saúde-doença: História Natural da Doença: Níveis de Prevenção e Níveis de Atenção. Transição epidemiológica e demográfica. Medidas de ocorrência das doenças. Principais indicadores de saúde. Principais delineamentos de estudos epidemiológicos. Medidas de efeito e associação. Fontes de dados epidemiológicos e Sistemas Nacionais de Informação para a Saúde.

Bibliografia Básica:

MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K.V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. **Epidemiologia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.
PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
ROUQUAYROL, M.Z.; SILVA, M. G. C. **Epidemiologia & Saúde**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à Epidemiologia**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
BENSENÕR, I. M; LOTUFO, P. A. **Epidemiologia: abordagem prática**. São Paulo: Sarvier, 2005.
BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. **Epidemiologia Básica**. 2ª Edição. São Paulo: Santos, 2011.
FLETCHER, R. H.; FLETCHER, S. W.; FLETCHER, G. S. **Epidemiologia clínica: elementos essenciais**. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2014.
OLIVEIRA FILHO, P. F. **Epidemiologia e Bioestatística: Fundamentos para leitura crítica**. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.

FARMACOLOGIA BÁSICA

Ementa: Fundamentos de farmacologia tratando da farmacocinética e farmacodinâmica das drogas de modo geral. Neurotransmissão periférica e central. Abordagem farmacológica de pacientes especiais: idosos, gestantes, neonatos, cardiopatas, nefropatas e hepatopatas. Uso racional de medicamentos.

Bibliografia Básica:

GOODMAN, E.; *et al*. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 11ª Edição. São Paulo: Editora McGraw Hill, 2007.
RANG, H. P.; *et al*. **Farmacologia**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
SILVA, P. **Farmacologia**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia Complementar:

ASPERHEIM, M.K. **Farmacologia para Enfermagem**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
GRAEFF, F. G.; GUIMARÃES, F. S. **Fundamentos da psicofarmacologia**. 3ª Edição. São Paulo: Atheneu, 1999.
HOLLINGER, M.A. **Introduction to pharmacology**. 2ª Edição. Florida (USA): Editora Taylor & Francis, 2003.
KATZUNG, B.G. **Farmacologia básica e clínica**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
MYCEK, M. J.; *et al*. **Farmacologia ilustrada de Lippincott- revisões**. 6ª Edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2016.

FARMACOLOGIA APLICADA

Ementa: Mecanismo de ação dos fármacos, efeitos terapêuticos e adversos, interações medicamentosas e características farmacocinéticas das drogas. Antimicrobianos. Drogas que atuam no sistema nervoso central e dependência química. Farmacologia da dor. Farmacologia cardiovascular e renal.

Bibliografia Básica:

GOODMAN, E.; *et al*. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 11ª Edição. São Paulo: Editora McGraw Hill, 2007.
RANG, H. P.; *et al*. **Farmacologia**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
SILVA, P. **Farmacologia**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia Complementar:

ASPERHEIM, M.K. **Farmacologia para Enfermagem**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
GRAEFF, F. G.; GUIMARÃES, F. S. **Fundamentos da psicofarmacologia**. 3ª Edição. São Paulo: Atheneu, 1999.
HOLLINGER, M.A. **Introduction to pharmacology**. 2ª Edição. Florida (USA): Editora Taylor & Francis, 2003.
KATZUNG, B.G. **Farmacologia básica e clínica**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
MYCEK, M. J.; *et al*. **Farmacologia ilustrada de Lippincott- revisões**. 6ª Edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2016.

FISIOLOGIA HUMANA I

Ementa: Introdução à Fisiologia. Mecanismos de regulação fisiológica; transporte através da membrana celular; bioeletrogênese; sistemas de controle neural e endócrino. Fisiologia da contração muscular.

Bibliografia Básica:
AIRES, M. M. Fisiologia, 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
SILVERTHORN, D.U. **Fisiologia Humana - Uma Abordagem Integrada**. 5ª Edição. São Paulo: Manole, 2010.

Bibliografia Complementar:
CONSTANZO, L. **Fisiologia.** 4ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
CURI, R.; FILHO, J.P. **Fisiologia Básica**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
KANDELL, E. R.; SCHWARTZ, J.H.; JESSEL, T.M. **Princípios de Neurociência**. 5ª. Edição. Manole, 2014.
TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B.; WERNECK, A. L.; *et al*. **Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
KOEPPEN, B. M.; STATON, B. A. **Fisiologia 6ª Edição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FISIOLOGIA HUMANA II

Ementa: Fisiologia dos sistemas respiratório, cardiovascular, renal, digestório e controle ácido-base.

Bibliografia Básica:
AIRES, M. M. **Fisiologia**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
SILVERTHORN, D.U. **Fisiologia Humana - Uma Abordagem Integrada.** 5ª Edição. São Paulo: Manole, 2010.

Bibliografia Complementar:
CONSTANZO, L. **Fisiologia.** 4ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
CURI, R.; FILHO, J.P. **Fisiologia Básica**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
KANDELL, E. R.; SCHWARTZ, J.H.; JESSEL, T.M. **Princípios de Neurociência**. 5ª. Edição. Manole, 2014.
TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B.; WERNECK, A. L.; *et al*. **Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
KOEPPEN, B. M.; STATON, B. A. **Fisiologia**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GENÉTICA GERAL

Ementa: Causas, mecanismos básicos, características morfológicas (macro e microscópicas), fisiopatologia, evolução e consequências dos processos patológicos gerais associados às doenças. Repercussões funcionais e consequências dos processos patológicos gerais sobre as células, tecidos, órgãos e sistemas.

Bibliografia Básica:
GRIFFITHS, A.J.F.; MILLER, J.H., SUZUKI, D.T. LEWONTIN, R.C., GELBART, W.M. **Introdução à Genética**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
PIERCE, B. A. **Genética: Um enfoque conceitual**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
THOMPSON, M. W.; McINNES, R. R.; WILLARD, H. F. **Genética médica**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

Bibliografia Complementar:
BEIGUELMAN, B. **Dinâmica dos genes nas populações e nas famílias**. 2ª Edição. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1994.
BORGES-OSÓRIO, M. R.; ROBINSON, W. M. **Genética humana**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.
BROWN, T. A. **Genética: um enfoque molecular**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
BURNS, G. W. **Genética**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
GUERRA, M. **Introdução à citogenética geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
FAYOL, Michel. **A criança e o mundo: da contagem à resolução de problemas**. Trad. Di Leoni, R. S. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996.
OTTO, P. G. **Genética humana e clínica**. São Paulo: Rocca, 2004.
SONG, R. **Genética humana: fabricando o futuro**. Trad. Roma, J. C. e Oliveira, S. F. São Paulo: Loyola, 2005.

HISTOLOGIA GERAL

Ementa: Introdução ao estudo da Histologia. Tecido epitelial. Tecido conjuntivo propriamente dito. Tecido adiposo. Tecido cartilaginoso. Tecido ósseo. Sangue. Tecido Muscular. Tecido nervoso. Sistema circulatório e hemolinfático. Sistema endócrino. Sistema genital. Sistema respiratório Sistema urinário. Sistema digestório. Glândulas anexas ao Sistema digestório.

Bibliografia Básica:

GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. **Atlas de colorido de histologia**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Histologia básica: texto e atlas**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
KIERSZENBAUM, A. L. **Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Bibliografia Complementar:

CORMACK, D. H. **Fundamentos de histologia**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. **Tratado de histologia em cores**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
FIORE, Mariano S. H. **Atlas de histologia**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
JUNQUEIRA, L. C. U. **Biologia estrutural dos tecidos: histologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
STEVENS, A.; LOWE, J. S. **Histologia humana**. 2ª Edição. São Paulo: Manole, 2001.

IMUNOLOGIA BÁSICA

Ementa: Propriedades gerais da imunidade e estrutura do sistema imunológico. Circulação e migração de leucócitos. Imunidade inata, resposta inflamatória aguda, antiviral e sistema complemento. Imunidade Adaptativa, Ativação de linfócitos T e B. Mecanismos efetores das respostas imunes humoral e celular. Sistema imune de mucosas. Sistema imune cutâneo. Regulação da imunidade. Imunidade contra microrganismos e imunoprofilaxia. Respostas de hipersensibilidade.

Bibliografia Básica:

ABBAS A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
DELVES, P. J.; *et al*. **Roitt fundamentos de imunologia**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
MURPHY K. **Imunobiologia de Janeway**. 8ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Bibliografia Complementar:

ABBAS AK, LICHTMAN AH, PILLAI S. **Imunologia básica – Funções e Distúrbios do Sistema Imunológico**. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.
MALE D.; *et al*. **Imunologia**. 8ª Edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2021.
SILVA WD, MOTA I. **Bier Imunologia Básica e Aplicada**. 5ª Edição. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2003.
NOTÍCIAS sobre imunologia. In: Sociedade Brasileira de Imunologia. Disponível em: < https://sbi.org.br/todos-as-noticias/>.

MICROBIOLOGIA

Ementa: Estudo da morfologia, citologia e fisiologia dos microrganismos. Relação entre microrganismos e infecções humanas. Microbiota humana e nosocomial. Coleta, conservação e transporte de materiais.

Bibliografia Básica:

JAWETZ, E. MELNICK, J. L.; ADELBERG, E.A. **Microbiologia médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
SCHECHTMAN, R. C.; AZULAY, D. R. Microbiologia médica. 1ª Edição. São Paulo: Guanabara Koogan, 2022.
TRABULSI, L. R.; *et al*. **Microbiologia**. 6ª Edição. Porto Alegre: Atheneu, 2015.

Bibliografia Complementar:

BARROS, E.; *et al*. **Antimicrobianos - consulta rápida**. 4ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.
FADER, R. C.; ENGELKIRK, P. G.; DUBEN-ENGELKIRK, J. **Burton Microbiologia para as ciências da saúde**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
SANTOS, N. S. O.; ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. **Introdução à virologia humana**. 1ª Edição. São Paulo: Guanabara Koogan, 2008.
SIDRIM, J. J. C.; ROCHA, M. F. G. **Micologia médica à luz de autores contemporâneos**. 1ª Edição. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
MARTINS, J. E. C.; MELO, N. T.; HEINS-VACCARI, E. M. **Atlas de micologia médica**. Barueri: Manole, 2005.

PARASITOLOGIA GERAL

Ementa: Importância das doenças parasitárias causadas por helmintos, protozoários e artrópodes no contexto sócio econômico. Identificação, morfologia, ciclo biológico, enfoque na relação parasito-hospedeiro, patogenia, aspectos básicos de diagnóstico, epidemiologia e profilaxia.

Bibliografia básica:

CIMERMAN, B., CIMERMAN, S. **Parasitologia humana e seus fundamentos gerais**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2005.
NEVES, D.P. *et al.* **Parasitologia humana**. 12ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2012.
NEVES, D.P. **Parasitologia dinâmica**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.
REY, L. **Bases de parasitologia médica**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
REY, L. **Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia Complementar:

VINHAES, M. DIAS, J.C.P. Doença de Chagas no Brasil. Cad. Saúde Pública, n 16 (sup. 2), 2000.
Disponível em:
https://www.scielo.br/j/csp/a/d8t7NQC65QYLSpBncf5nV7p/?format=pdf&lang=pt.
COURA, J.R. **Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias**. 2ª Edição Ampliada, Volume 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
FERREIRA, U. **Parasitologia contemporânea**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
FREITAS, M.G.; *et al*. **Manual de entomologia médica e veterinária**. Belo Horizonte: Rabelo, 1971.
REY, L. **Parasitologia**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

PATOLOGIA GERAL

Ementa: Causas, mecanismos básicos, características morfológicas (macro e microscópicas), fisiopatologia, evolução e consequências dos processos patológicos gerais associados às doenças. Repercussões funcionais e consequências dos processos patológicos gerais sobre as células, tecidos, órgãos e sistemas.

Bibliografia Básica:

BRASILEIRO FILHO, G. B. **Patologia**. 10º Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. COTRAN, R. S.; KUMAR, V.; ROBBINS, S. L. **Patologia estrutural e funcional**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
MONTENEGRO, M. R.; FRANCO M. **Patologia: processos gerais**. 5ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2010.

Bibliografia Complementar:

COTRAN, R. S.; KUMAR, V.; ROBBINS, S. L. **Patologia estrutural e funcional**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
RUBIN, E.; FARBER, J. L. **Patologia: bases clinicopatológicas da medicina**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Departamento de Anatomia e Patologia da Faculdade de Ciências Médicas. **Anatomia patológica para graduação: peças e lâminas**. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: < https://anatpat.unicamp.br/aulas2.html >.
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Medicina da Bahia. Departamento de Anatomia Patológica e Medicina Legal. **Patologia aplicada I: microscopia on-line**. Disponível em: < http://www.medicina.ufba.br/patologia_i/microscopia/welcome.htm>.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Instituto de Ciências Biológicas e Naturais. **Publicações**. Disponível em: < https://www.uftm.edu.br/icbn/publicacoes >.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Laboratório de Patologia Geral (IPTSP). **Atlas de patologia**. Relação de lâminas e peças. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Disponível em: < https://patologia.iptsp.ufg.br/p/697-atlas >.

PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE

Ementa: Introdução ao estudo da psicologia da saúde. Construção da subjetividade. O cuidado em saúde mental, o cuidado integral à saúde dos indivíduos, famílias e comunidades em seus diferentes ciclos de vida: saúde da criança, do adolescente, do adulto (especialmente da mulher), do idoso. Introdução ao estudo do campo psicossomático, consequências psicológicas da perda; invalidez e morte. Humanização no trabalho e nas relações interpessoais: profissional da saúde, usuário e família.

Bibliografia Básica:

MORENO, A. B.; DO VALLE, E. R. M.; ANGERAMI, E. L.; *et al*. Psicossomática e a psicologia da dor. CAMOM, V. A. A. (org.). 2ª Edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
ALLPORT, G. W. **Desenvolvimento da personalidade: considerações básicas para uma psicologia da personalidade**. São Paulo: Herder, 1982.
RAPPAPORT, C.R. (Coord). **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981.

Bibliografia Complementar:

FARAH, O.G.D., SÁ, A.C. (Org.) **Psicologia aplicada à enfermagem**. Barueri – São Paulo: Manole, 2008.
FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. **Psicologia: uma (nova) introdução, uma visão histórica da psicologia como ciência**. 3ª Edição. São Paulo: EDUC, 2010.
FUREGATO, A. R. F. **Relações interpessoais terapêuticas na enfermagem**. Ribeirão Preto: Scala, 1999.
MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 17ª Edição (revista e ampliada). Rio de Janeiro: J. Olympio, 2009.
STRAUB, R.O. **Psicologia da saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

NÚCLEO ESPECÍFICO - OBRIGATÓRIAS

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Ementa: Atuação do enfermeiro na área de atendimento pré-hospitalar (APH). Teoria, prática e habilidades de enfermagem para o exercício profissional em APH. Rede de atenção às urgências no Sistema Único de Saúde. Medidas de biossegurança e proteção para segurança dos profissionais e da vítima. Suporte básico de vida em emergências clínicas e traumáticas.

Bibliografia Básica:

HIGA, E. M. S.; *et al*. **Guia de medicina de urgência**. 4ª Edição. São Paulo: Manole, 2021.
MCSWAIN, N. E.; *et al*. **PHTLS – atendimento pré-hospitalar ao traumatizado**. 9ª Edição. São Paulo: Elsevier, 2020.
OLIVEIRA, B. F. M.; *et al*. **Trauma: atendimento pré-hospitalar**. São Paulo: Atheneu, 2008.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2001.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção à urgência e emergência**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2002.
CALIL, A.M.; *et al.* **O enfermeiro e as situações de emergência**. São Paulo: Atheneu, 2007.
FLEGEL, M. J. **Primeiros socorros no esporte**. 5ª Edição. Barueri: Manole, 2015.
SANTOS, R. **Manual de socorro de emergência**. São Paulo: Atheneu, 2000.

CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA IDOSA

Ementa: Processo de envelhecimento humano e transição demográfica/epidemiológica no Brasil e no mundo. Fundamentação Gerontogeriátrica. Aspectos biopsicossocial cultural do envelhecimento humano. Assistência de enfermagem gerontogeriátrica e avaliação multidimensional da pessoa idosa. Prevenção de quedas. Avaliação da sobrecarga do cuidador e planejamento do cuidado no domicílio. Atenção a pessoa idosa em cuidados paliativos. Políticas públicas de saúde, serviços, programas e tecnologias para a assistência a pessoa idosa e sua família no contexto comunitário e institucional.

Bibliografia Básica:

FIGUEIREDO, N. M. A.; TONINI, T. (org.). **Gerontologia: atuação da enfermagem no processo de envelhecimento**. 2ª Edição. São Caetano do Sul - SP: Yendis, 2012.
FREITAS, E. V.; PY, L. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.
SAVASSI, L. C. M.; *et al*. **Tratado de atenção domiciliar**. 1ª Edição. Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade. São Paulo: Manole, 2022.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006**. Aprova a política nacional de saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
BRASIL. **Lei 10741 de 1º. outubro de 2003**. Estatuto do idoso. Disponível em: < http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10741.htm >.

SILVA, R. S.; AMARAL, J. B.; MALAGUTTI, W. **Enfermagem em cuidados paliativos: cuidando para uma boa morte**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Marinari, 2019.
POPOV, D. C. S. **Gerontologia e geriatria: aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento**. São Paulo: Érica, 2014.
ELIOPOULOS, C. **Enfermagem gerontológica**. 9ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2019.

CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE DO ADOLESCENTE

Ementa: Construção histórica da noção de adolescência. Políticas Públicas, com foco nos direitos dos adolescentes. Estudo do crescimento e desenvolvimento na fase da adolescência e suas transições. Atenção à sexualidade e à saúde reprodutiva. Adolescer e adoecer: transtornos nutricionais. O contexto psicossocial do adolescente: depressão e suicídio, delinquência e violência no contexto escolar. O cuidado de enfermagem ao adolescente: integralidade e medidas de prevenção.

Bibliografia Básica:

COSTA, M. C. O. S.; PAGNOCELLI, R. **Adolescência: aspectos clínicos e psicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
RICCO, R. G.; CIAMPO, L. A. D.; ALMEIDA, C. A. N. **Puericultura: princípios e práticas- atenção integral à saúde da criança e do adolescente**. São Paulo: Atheneu, 2008.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Série A: Normas e Manuais Técnicos. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde**. Série A: Normas e Manuais Técnicos Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2007.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **A saúde de adolescentes e jovens: uma metodologia de auto - aprendizagem para equipes de atenção básica de saúde: módulo básico**. Série F: Comunicação e Educação em Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2007.
BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2008.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Série B: Textos Básicos em Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2008.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Série Direita Sexuais e Direita Reprodutivos, Caderno n. 2. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009.
DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. l.; GlUGLIANE, E. R. J. (org.). **Medicina ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária**. 5ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2022.

CUIDADO INTEGRAL AO ADULTO EM SITUAÇÃO CLÍNICA I

Ementa: Cuidado de enfermagem aos adultos e idosos sob agravos agudos e crônicos em tratamento clínico. Metodologia da assistência de enfermagem aplicada ao adulto e ao idoso com condições crônicas não transmissíveis. Procedimentos e métodos diagnósticos em pessoas com agravos clínicos no ambiente hospitalar. Intervenções de enfermagem a pessoas sob cuidados na unidade de clínica.

Bibliografia Básica:

HINKE, J. L.; CHEEVER, K. H.; OVERBAUGH, K.J. **Brunner & Suddarth: Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
NETTINA, S. M.; CRUZ, I. **Prática de enfermagem**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
NANDA – NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I:** definições e classificação, 2021-2023. 12ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2021.

Bibliografia Complementar:

BICKLEY, L. S.; SZILAGYI, P. G.; HOFFMAN, R. M. **Bates: Propedêutica Médica Essencial**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
BARROSO, W. K. S.; *et al*. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020**. **Arq. Bras. Cardiol**. 2021; 116 (3): 516-658.

BULECHEK, G. M.**, *et al.* Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. Trad. Regina Machado Garcez. 6ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
MOORHEAD, S.; JOHNSON, M.; MAAS, M. **Classificação dos resultados de enfermagem (NOC).** Marta Avena (Tradução). 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2016.
TAYLOR, C.; LILLIS, C.; LEMONE, P. **Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem**. 7ª Edição. São Paulo: Artmed, 2014.

CUIDADO INTEGRAL AO ADULTO EM SITUAÇÃO CLÍNICA II

Ementa: Doenças infecciosas prevalentes na região e no país. Metodologia da assistência de enfermagem aplicada a pessoas com doenças infecciosas. Profilaxia das infecções por topografia: acesso vascular, sítio cirúrgico, sistema urinário e respiratório. Atuação da enfermagem em procedimentos e métodos diagnósticos.

Bibliografia Básica:
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de vigilância em saúde**. 1ª Edição (atual), Volume 2. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/USER/Desktop/UFG%202019/DI/Guia-de-Vigilancia-2017.pdf.>
FERREIRA, A. W.; MORAES, S.L. **Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
FOCACCIA, R; VERONESI, R. **Tratado de Infectologia**. 5ª Edição, Volumes 1 e 2. São Paulo: Atheneu, 2015.

Bibliografia Complementar:
BRITO, C.A.A. **Conduta em doenças infecciosas**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Medsi, 2004.
CIANCIARULLO, T.I. **Sistema de assistência de enfermagem: evolução e tendências**. 2ª Edição. São Paulo: Ícone Editora, 2003.
PHILIPPI, M. L. S**. Enfermagem em doenças transmissíveis**. 8ª Edição. São Paulo: Senac, 2007.
MORAES, M.S. **Assistência de enfermagem em infectologia**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2014.
TAVARES, W.; MARINHO, L.A.C. **Rotinas de Diagnóstico e Tratamento das Doenças Infecciosas e Parasitárias.** 4ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2015.

CUIDADO INTEGRAL DE ENFERMAGEM AO PACIENTE CRÍTICO

Ementa: Rede de atenção às urgências e emergências. Sistema de classificação de risco. Estrutura física e organizacional dos setores de UTI e Emergência. Assistência de Enfermagem sistematizada a pacientes adultos e idosos em estado grave nos principais agravos sistêmicos. Aspectos éticos, legais e humanísticos da assistência de enfermagem ao paciente crítico e aos seus familiares.

Bibliografia Básica:
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 1.071 de 04 de julho de 2005**. Política nacional de atenção ao paciente crítico. 2005. Disponível em: <http://www.sobrati.com.br/ms-politica-critico.htm>.
CINTRA, E. A. **Assistência de Enfermagem ao paciente gravemente enfermo**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2001.
MORTON, P. G. **Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Bibliografia Complementar:
ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução – RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010.** Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/ anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html>.
AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destaques das diretrizes de ressuscitação cardiopulmonar e atendimento cardiovascular de emergência de 2020 da American Heart Association**. 2020. Disponível em: <https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines-files/highlights/hghlghts_2020 eccguidelines_portuguese.pdf>.
CALIL, A. M.; PARANHOS, W. Y. **O enfermeiro e as situações de emergência**. São Paulo: Atheneu, 2007.
GOMES, A. M. **Enfermagem na unidade de terapia intensiva**. 3ª Edição. São Paulo: EPU, 2008.
VASCONCELOS, R.; ROMANO, M. L. P.; GUIMARÃES, H. P. **Ventilação mecânica para enfermeiros**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

CUIDADO INTEGRAL DE ENFERMAGEM À SAÚDE DAS MULHERES I

Ementa: Política Nacional de Assistência Integral à Saúde das Mulheres. Assistência integral à saúde das mulheres na Atenção Primária à Saúde: Consulta de enfermagem ginecológica e obstétrica. Ações de promoção à saúde e prevenção do câncer de mama e colo do útero. Assistência ao pré-natal e puerpério na Unidade Básica de Saúde.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, G. M. **Enfermagem em obstetrícia.** 3ª Edição. São Paulo: EPU, 2007.
REZENDE FILHO, J.; MONTENEGRO, C. A. B. **Obstetrícia fundamental**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
ZUGAIB, M. **Obstetrícia**. 2ª Edição. Barueri - SP: Manole, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama**. 2ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013.
BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolos da atenção básica: saúde das mulheres**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2016.
COREN/GO. Conselho Regional de Enfermagem de Goiás. **Protocolo de enfermagem na atenção primária à saúde no Estado de Goiás** [livro eletrônico]. 4ª Edição. Goiânia - GO: COREN-GO, 2022. Disponível em: <https://www.protocolodaenfego.org/_files/ugd/e67780_5b15398985b040f28f7d7d3d1cc9047f.pdf>.
CUNHA, C. L. F. **Interpretação de exames laboratoriais na prática do enfermeiro**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Rúbio, 2014.
Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. Ministério da Saúde. **Nota Técnica para Organização da Rede de Atenção à Saúde com Foco na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Ambulatorial Especializada** – Saúde da Mulher na Gestação, Parto e Puerpério. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein / Ministério da Saúde, 2019.

CUIDADO INTEGRAL DE ENFERMAGEM À SAÚDE DAS MULHERES II

Ementa: Assistência integral à mulher no trabalho de parto, parto e pós-parto. Períodos clínicos do parto e mecanismos de parto. Boas práticas de atenção ao parto e nascimento. Complicações hemorrágicas, hipertensivas e metabólicas na gestação. Processo de Enfermagem na assistência de enfermagem clínica e cirúrgica nas urgências e emergências obstétricas.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, G. M. **Enfermagem em obstetrícia**. 3ª Edição. São Paulo: EPU, 2007.
REZENDE FILHO, J.; MONTENEGRO, C. A. B. **Obstetrícia fundamental**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
ZUGAIB, M. **Obstetrícia**. 2ª Edição. Barueri - SP: Manole, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência. **Manual de acolhimento e classificação de risco em obstetrícia.** Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida** [recurso eletrônico]. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf>.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Manual de gestação de alto risco** [recurso eletrônico]. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf.
COREN/GO. Conselho Regional de Enfermagem de Goiás. **Protocolo de enfermagem na atenção primária à saúde no Estado de Goiás** [livro eletrônico]. 4ª Edição. Goiânia - GO: COREN-GO, 2022. Disponível em: <https://www.protocolodaenfego.org/_files/ugd/e67780_5b15398985b040f28f7d7d3d1cc9047f.pdf>.
CUNHA, C. L. F. **Interpretação de exames laboratoriais na prática do enfermeiro**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Rúbio, 2014.

CUIDADO INTEGRAL DE ENFERMAGEM À SAÚDE DO NEONATO E DA CRIANÇA I

Ementa: Políticas públicas no contexto global, nacional, regional e local, voltada à saúde do recém-nascido e da criança na conjuntura da atenção básica. História social da criança no Brasil e no mundo. O cuidado integral de enfermagem no crescimento e desenvolvimento do recém-nascido, lactante, pré-escolar e escolar, sadio e/ou com problemas de saúde de menor complexidade. Alimentação da criança: amamentação e alimentação complementar saudável. Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI). O cuidado de enfermagem à criança com necessidades especiais; o cuidado de enfermagem à criança em situações de violências. Sabedoria e práticas populares no cuidado à saúde da criança.

Bibliografia Básica:

RICCO, R.G.; CIAMPO, L. A. D.; ALMEIDA, C.A. N. **Puericultura: princípios e práticas-atenção integral à saúde da criança e do adolescente**. São Paulo: Atheneu, 2008.
RODRIGUES, Y. T.; RODRIGUES, P. P. B. **Semiologia pediátrica**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
WHALEY, L. F.; WONG, D. L. **Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **AIDPI Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância**: curso de capacitação. 2ª Edição. Brasília-DF: MS, OMS, OPAS, 2003. Módulo I ao VII. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/AIDPI_modulo_1.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2008. (Série E. Legislação de Saúde). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, 23). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta**. Brasília: DF: Ministério da Saúde, 2010. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_mae_trabalhadora_amamenta.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_criancas_familias_violencias.pdf.

CUIDADO INTEGRAL DE ENFERMAGEM À SAÚDE DO NEONATO E DA CRIANÇA II

Ementa: O cuidado integral ao recém-nascido a termo na recepção e no alojamento conjunto. Avaliação física e neurológica. Cuidado de enfermagem ao recém-nascido pré-termo e pós-termo. Problemas de saúde do recém-nascido: síndrome do desconforto respiratório, síndrome de aspiração do mecônio e doença hemolítica do recém-nascido. O cuidado de enfermagem à criança hospitalizada. A promoção de atividades lúdicas no ambiente hospitalar. O cuidado de enfermagem a crianças com problemas neurológicos, dermatológicos, nutricionais e oncológicos.

Bibliografia Básica:

BARROS, C. E. S. de; INACIO, K. L. PERIN, T. **Semiotécnica do recém-nascido**. São Paulo: Atheneu, 2006.
HOCKENBERRY, M.J. **Wong: Fundamentos de enfermagem pediátrica**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
RODRIGUES, Y. T.; RODRIGUES, P. P. B. **Semiologia pediátrica**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de normas técnicas e rotinas operacionais do Programa Nacional de Triagem Neonatal - Parte I e II**. 2ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2004.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de condutas básicas na doença falciforme**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2012.
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Iniciativa Hospital Amigo da Criança:** revista, atualizada e ampliada para o cuidado integral: módulo 1: histórico e implementação. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2008.
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Iniciativa Hospital Amigo da Criança:** revista, atualizada e ampliada para o cuidado integral: módulo 3: promovendo a amamentação em um Hospital Amigo da Criança: curso de 20 horas para equipes de maternidade. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Área de Saúde da Criança. Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: método canguru**. Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 145. 2ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013.

Virtual:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde**. 2º. Edição. Brasília-DF: Ministério da saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº1.130, de 05 de agosto de 2015**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html>. Acesso em 29 agosto 2019.

CUIDADO INTEGRAL EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Ementa: Assistência de enfermagem aplicada ao indivíduo, família e comunidade no contexto da Atenção Primária à Saúde. Política Nacional e Financiamento da Atenção Primária à Saúde. Redes de atenção à saúde e atendimento em áreas e programas em todos os ciclos vitais. Projeto Terapêutico Singular e Clínica Ampliada no contexto da Atenção Primária a Saúde. Teleconsulta de Enfermagem. Indicadores de Saúde na Atenção Primária. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações em saúde junto a instituições do Sistema Único de Saúde.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G.W.S. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2012. 968p.
SOUZA, M.C.M.R; HORTA, N.C. **Enfermagem em Saúde Coletiva: Teoria e Prática**. 3ª Edição. São Paulo: Guanabara Koogan, 2022. 472p.
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM GOIÁS. **Protocolo de Enfermagem na Atenção primária à no Estado de Goiás** [livro eletrônico]. 4ª Edição. Goiânia-GO: Conselho Regional de Enfermagem de Goiás, 2022. 500 p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.466, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2979 de 21 de novembro de 2019**. Institui o Programa Previne Brasil. Diário Oficial da União. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2019.
MENDES, E.V. **As redes de atenção à saúde**. Eugênio Vilaça Mendes (org.). Brasília-DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il.
STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília-DF: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.
ZACHI, M.L.R.; *et al*. Tratado de Atenção Domiciliar. 1ª Edição. SBMFC, 2022. 1350 p.

CUIDADO INTEGRAL NOS PROCESSOS CIRÚRGICOS E CENTRO CIRÚRGICO

Ementa: Metodologia da assistência de enfermagem aplicada à pessoa adulta, idosa e acompanhantes no período perioperatório. Procedimentos especializados de enfermagem cirúrgica. Segurança do paciente cirúrgico. Atuação de enfermagem em métodos diagnósticos. Medidas de prevenção de infecção de sítio cirúrgico. Organização e funcionamento de unidades cirúrgicas.

Bibliografia Básica:

CHEEVER, K. H.; HINKLE, J. L**. Brunner & Suddarth - Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
NANDA – NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I:** definições e classificações, 2018-2020. 11ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2018.
NETTINA, S. M., CRUZ, I. **Prática de Enfermagem**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIATION OF PERIOPERATIVE REGISTERED NURSES - AORN. **Guideline for perioperative practice**. Denver: AORN; 2017.
CDC. Centers for Disease Control and Prevention. National Healthcare Safety Network (NHSN) Patient Safety Component Manual, 2018.
BULECHEK, G. M**.,** ***et al.*** **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. Trad. Regina Machado Garcez. 6ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
GRAZIANO, K. U. **Embalagens de artigos odonto-médico-hospitalares**. In: Lacerda RA, editor. Controle de infecção em centro cirúrgico. Fatos, mitos e controvérsias. São Paulo: Atheneu, 2003. p. 197-211.
LILLIS, C.; LEMONE, P.; TAYLOR, C. **Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem**. 7ª Edição. São Paulo: Artmed, 2014.
MEEKER, M.H.; ROTHROCK, J.C. **Alexander: Cuidados de Enfermagem ao Paciente Cirúrgico**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

OLIVEIRA, A. C.; CARRARA D, ARAÚJO, M. P. S. **Infecção de sítio cirúrgico**. In: OLIVEIRA, A. C.; SILVA, M. V. G. (editors). Teoria e prática na infecção de sítio cirúrgico. Barueri-SP: Manole, 2015.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANESTESICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO-SOBECC. **Práticas Recomendadas da SOBECC: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização**. 8ª Edição. São Paulo, 2021.

EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Ementa: Contexto histórico da promoção da saúde. Políticas de promoção da saúde no Brasil e no mundo. Conceitos atuais em promoção da saúde. Estratégias de intervenção em promoção da saúde. Pressupostos teóricos norteadores das políticas e práticas de promoção da saúde. Educação ambiental aplicada à Saúde. Educação e Letramento em saúde. Educação popular em saúde. Educação permanente. Educação continuada. Educação: Conceitos e Modalidades. Ações e estratégias de educação em saúde. Uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na educação em saúde. Formação dos profissionais de enfermagem. Promoção da saúde aos povos afrodescendentes e indígenas.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. S. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª Edição (Rev. Aum.). São Paulo: HUCI-TEC, 2012. 968 p.
LANDIM, F. L. P.; CATRIB, A. M. F.; COLLARES, P. M. C. **Promoção da saúde na diversidade humana e na pluralidade de itinerários terapêuticos**. Campinas, SP: Saberes, 2012. 448p.
ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G.; RIBEIRO, H. **Saúde Pública: bases conceituais**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2013. 414p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação Nº 2:** Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/Matriz-2-Politicas.html
BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde:** o que se tem produzido para o seu fortalecimento?. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf
LOPES, M. **Políticas de saúde pública: interação dos atores sociais**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017. 114p.
SANTOS, Z. M. S. A.; FROTA, M. A.; MARTINS, A. B. T. T**ecnologias em saúde: da abordagem teórica a construção e aplicação no cenário do cuidado**. Fortaleza – CE: UECE, 2016. Disponível em: https://efivest.com.br/wp-content/uploads/2019/09/TecnologiaSaude-uece.pdf
UNIFESP. MACHADO, A. G. M.; WANDERLEY, L. C. S. **Educação em Saúde**. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade09/unidade09.pdf

ENFERMAGEM EM VIGILÂNCIA À SAÚDE I

Ementa: Vigilância em saúde: história, conceito, e legislações. Vigilância em saúde e principais áreas /componentes da vigilância (vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental, vigilância à saúde do trabalhador, vigilância nutricional, dentre outras). Vigilância em Saúde e Atenção Primária a Saúde: Legislações. Vigilância a saúde na perspectiva do território enquanto espaço de produção social que tem influência no processo saúde-doença, compreendendo sua evolução histórica e conceitual, modelos de organização e processos de trabalho e as diversas estratégias: passiva, ativa (incluindo as estratégias "sentinela"), inquéritos; importância da vigilância no planejamento e programação de intervenções; monitoramento e avaliação de intervenções; e discussão a respeito da interface vigilância-pesquisa (operacional e acadêmica). Vigilância a saúde no diagnóstico e análise situacional em saúde nas suas dimensões temporais e espaciais e Educação em Saúde para a promoção da vigilância em saúde, com destaque para a participação comunitária no controle social de políticas públicas de saúde. Atribuições do enfermeiro na vigilância em saúde e em suas vertentes na perspectiva da saúde coletiva. Vigilância Epidemiológica: história, conceito e legislações. Compreensão dos indicadores epidemiológicos em saúde pública; familiarização com os sistemas de informação em saúde relevantes para a geração de indicadores em saúde pública, seus usos e potencialidades; aquisição de habilidades analíticas para o cálculo de indicadores e a compreensão das bases do diagnóstico de saúde da comunidade. Bases da análise de variáveis numéricas e sua aplicação na medida da endemicidade, no planejamento, execução e análise de estudos epidemiológicos descritivos que apoiem a análise de situação de saúde de coletivos populacionais. Vigilância Epidemiológica na prevenção, controle e vigilância das doenças transmissíveis, não transmissíveis, imunopreveníveis, acidentes e violências. Programa Nacional de Imunização. Vigilância Epidemiológica Hospitalar. Investigação Epidemiológica de casos individuais, surtos, epidemias e emergências em saúde pública. Atribuições do Enfermeiro na Vigilância epidemiológica na perspectiva da saúde coletiva.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva**. 2ª Edição (Rev. Aum.). São Paulo: HUCITEC, 2012. 968 p.
MEDRONHO, R. A. **Epidemiologia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. C. da S. **Epidemiologia & Saúde**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Medbook, 2013.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. Série A, Normas e Manuais Técnicos. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009. 816 p. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs. Acesso em: 05 fev. 2024.
BRASIL, MS. **Manual de Gestão da Vigilância em Saúde**. Série A, Normas e Manuais Técnicos. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009. 80 p. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs. Acesso em: 05 fev. 2024.
BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto – Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 05 fev 2024.
MOUTINHO, F. F. B.; CAMPOS, M. G.; JESUS, P. B. R. A importância da implementação de ações educativas em vigilância sanitária pelas equipes da estratégia saúde da família: breve revisão. **Revista de APS**, Juiz de Fora, MG, 2012, v. 15, n. 2, p. 206-213. Disponível em: https://sophia.bc.ufg.br/index.html. Acesso em 30 mar 2022.
TEIXEIRA, C.F., PAIM, J.S.; VILASBOAS, A.L. SUS: modelos assistenciais e vigilância da saúde. **Informe epidemiológico do SUS**, 1998, v. 7, n. 2, p.7-28. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010416731998000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 mar 2022.

ENFERMAGEM EM VIGILÂNCIA À SAÚDE II

Ementa: Vigilância Sanitária: origens e perspectivas; legislações sanitárias. Vigilância e Controle Sanitário de danos à saúde decorrentes do meio ambiente, produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde; de portos, aeroportos e fronteiras. Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde e de Serviços Relacionados com a Saúde. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: teoria, estrutura e organização. Instrumentos de intervenção em vigilância sanitária. Regulação sanitária e contexto social e econômico. Risco e território: Vigilância sanitária no âmbito das ações e serviços do SUS. Poder administrativo de polícia. Atribuições do Enfermeiro na Vigilância sanitária na perspectiva da saúde coletiva. Vigilância e Avaliação de Riscos de Perigos Ambientais. Educação Ambiental como estratégia para desenvolvimento sustentável. Atuação da Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à: água, solo, substâncias químicas, ar, desastres, radiações, entre outros. Vigilância dos Agravos e Riscos à Saúde relacionados ao meio ambiente. Equipamentos de Proteção Individual. Equipamento de Proteção Coletiva. Doenças ocupacionais. Prevenção e combate a princípio de incêndio e condutas gerais em situações de sinistro. Atribuições do Enfermeiro na Vigilância na saúde do trabalhador na perspectiva da saúde coletiva.
Atribuições do Enfermeiro na Vigilância ambiental na perspectiva da saúde coletiva. Vigilância Avaliação de Agravos e Riscos à Saúde do Trabalhador. Aspectos históricos e conceituais em Saúde e Segurança no Trabalho. Legislação trabalhista e previdenciária. Política Nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora. Acidentes do trabalho. Riscos ambientais. Mapa de risco.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva**. 2ª Edição (Rev. Aum). São Paulo: HUCITEC, 2012. 968 p.
GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das materias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos**. 2ª Edição (Rev. e Ampl). São Paulo: Varela, 2003. 655 p.
ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. C. S. **Epidemiologia & Saúde**. 7ª Edição. Editora Medbook. Rio de Janeiro, 2013.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto – Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 05 fev 2024.
DIAS, E. C.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L.G.S.; CANCIO, J.; HOEFEL, M. G. L. Saúde ambiental e saúde do trabalhador na Atenção Primária à Saúde, no SUS: oportunidades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2009, v. 14, n. 6, p. 2061-2070. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mWGmY7wLr4zwmTCFyjFmFCQ/?format=pdf&lang=pt.
MOUTINHO, F. F. B.; CAMPOS, M. G.; JESUS, P. B. R. A importância da implementação de ações educativas em vigilância sanitária pelas equipes da estratégia saúde da família: breve revisão. **Revista de APS**, 2012, v. 15, n. 2, p. 206-213. Disponível em: https://sophia.bc.ufg.br/index.html. Acesso em 30 mar 2022.
OLIVEIRA, C. M.; CRUZ, M. M. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafio. **Saúde Debate,** 2015**,** v. 39, n. 104, p. 255-267. http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00255.pdf.
TEIXEIRA, C.F., PAIM, J.S.; VILASBOAS, A.L. SUS: modelos assistenciais e vigilância da saúde. **Informe epidemiológico do SUS**, 1998, v. 7, n. 2, p.7-28. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010416731998000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 mar 2022.

ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA

Ementa: Conceitos de Saúde Pública e Saúde Coletiva. Processo Saúde-Doença. Determinantes Sociais de Saúde e suas relações com a Assistência de Enfermagem. Atribuições do Enfermeiro na Saúde Coletiva. História da saúde pública no Brasil. A Atuação do Enfermeiro nos diferentes modelos Assistenciais de Saúde. Saúde no Brasil e região centro-oeste. SUS: legislações, princípios, diretrizes, estrutura, organização, financiamento e a enfermagem como impulsionadora da mobilização social. Redes de Atenção à Saúde. Política Nacional de humanização e Política Nacional de Atenção Básica e atuação do profissional enfermeiro

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva**. 2ª Edição (Rev. Aum.). São Paulo: HUCITEC, 2012. 968 p.
CARVALHO, G. C.M. **Participação da comunidade na saúde**. Campinas: SABERES EDITORA, 2014. 244 p.
ROSSO, C. F. W. et al. **Regulação em sistemas de saúde**. Goiânia: Gráfica UFG, 2015. 177 p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde**. Série E. Legislação de saúde. Conselho Nacional de Saúde – Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2011. 208 p.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS/ Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.160 p.
GIOVANELLA, L. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FI-OCRUZ, 2008. 110 p.
FIGUEIREDO, N M A (org.) **Ensinando a cuidar em saúde pública**. São Caetano do Sul: Yendis, 2012.

ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL I

Ementa: Evolução histórica da psiquiatria. Organização da rede de serviços de saúde mental. Promoção e prevenção de agravos na RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Semiologia em psiquiatria. Modalidades de intervenções terapêuticas. Tecnologias de cuidado. Relacionamento interpessoal terapêutico: teoria e método; reabilitação psicossocial: teoria e modelos.

Bibliografia Básica:

Brasil. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 34. Saúde Mental**. Ministério da Saúde: Brasília-DF, 2013.
DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2019.
KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. **Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica**. 11ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar:

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2018.
PITTA, A. (org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec; 2015.
TOWNSEND, M. C. **Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
STEFANELLI, M. C.; CARVALHO, E. C. **A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem**. [S.l: s.n.], 2012.
SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. **KAPLAN & SADOCK: Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica.** 9ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL II

Ementa: Bases para o cuidado em saúde mental: construção do campo psiquiátrico, psicossocial; concepções do processo saúde-doença mental. Processo de cuidar em saúde mental e em enfermagem: evolução do cuidado, funções da enfermagem. Instrumentos de intervenção: técnicas de comunicação terapêutica; funções psíquicas e suas alterações; psicofarmacologia; processo de cuidado; transtornos mentais severos e persistentes e do uso de álcool e outras substâncias. Trabalho e assistência de enfermagem no contexto da saúde mental. Trabalho em equipe no campo da saúde mental.

Bibliografia Básica:

Brasil. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 34. Saúde Mental**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013.
KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. **Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica**. 11ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2016.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Organização Mundial da Saúde, 2001.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coordenação geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas**. Saúde Mental em Dados. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015.
DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2019.
PITTA, A. (org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2015.
SCHATZBERG, A. F.; DEBATTISTA, C. **Manual de psicofarmacologia clínica**. 8ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2016.
TOWNSEND, M. C. **Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

ENFERMAGEM, SAÚDE E SOCIEDADE

Ementa: Integração do aluno à universidade. Surgimento e institucionalização da enfermagem. Compreensão histórica do cuidar em Enfermagem. Concepções de homem, saúde e sociedade sob a perspectiva sociológica. Organização e dinâmica social. Problematização sociocultural do processo saúde-doença. A globalização e as políticas públicas de Saúde. Sociedade, cidadania e direitos humanos. Enfermagem como prática social e os diversos papéis do enfermeiro.

Bibliografia Básica:

GEOVANINI, T. **História da enfermagem: versões e interpretações**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. 404 p.
MARCELLINO, N. C. **Introdução às ciências sociais**. 17ª Edição. Campinas, SP: Papirus, 2012. 130 p.
MCEWEN, M. **Bases teóricas para enfermagem**. 4ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016. 590 p.

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1981. 125 p.
GIOVANINI, T**. História da enfermagem: versões e interpretações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
FONSECA, A. F. (Org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/ files/l24.pdf> Acesso em: 21 mar 2019.
LIMA, M. J. **O que é enfermagem**. São Paulo: Brasiliense, 2005. 125 p.
QUINTANEIRO, T**. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª Edição (Rev. Amp.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I

Ementa: Estágio curricular obrigatório em unidades hospitalares e na rede básica de serviços de saúde. Planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem a indivíduos, famílias e comunidade, observando os princípios e pressupostos do Sistema Único de Saúde. Ações com foco na interprofissionalidade e interdisciplinaridade em saúde. Prática gerencial e administrativa em enfermagem.

Bibliografia Básica:

BRUNNER, L. S. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 13ª Edição, Vol 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva**. 2ª Edição (Rev. Aum.). São Paulo: HUCITEC, 2012. 968 p.
NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação - 2009-2011**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010. 456 p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de planejamento no SUS**. Fundação Oswaldo Cruz. 1ª Edição (Ver.), Série Articulação Interfederativa, Vol. 4. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2016. 138 p.
CINTRA, E. A. **Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2001. 671 p.
CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2ª Edição (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Campus, 2005.
KURCGANT, P. **Gerenciamento em enfermagem**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
NETTINA, S.M. **Prática de enfermagem**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II

Ementa: Estágio curricular obrigatório em unidades hospitalares e na rede básica de serviços de saúde. Planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem a indivíduos, famílias e comunidade, observando os princípios e pressupostos do Sistema Único de Saúde. Ações com foco na interprofissionalidade e interdisciplinaridade em saúde. Prática gerencial e administrativa em enfermagem.

Bibliografia Básica:

BRUNNER, L. S. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 13ª Edição, Vol. 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva**. 2ª Edição (Rev. Aum.). São Paulo: HUCITEC, 2012. 968 p.
NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação - 2009-2011**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010. 456 p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de planejamento no SUS**. Fundação Oswaldo Cruz. 1ª Edição (Ver.), Série Articulação Interfederativa, Vol. 4. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2016. 138 p.
CINTRA, E. A. **Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2001. 671 p.
CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2ª Edição (revista e ampliada). Rio de Janeiro, Campus:2005.
KURCGANT, P. **Gerenciamento em enfermagem**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010
NETTINA, S.M. **Prática de Enfermagem**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO EM ENFERMAGEM

Ementa: Fundamentos filosóficos, históricos e conceituais da ética. Formação ética do enfermeiro. Bases conceituais e legais para o exercício da Enfermagem. Organizações de saúde e Enfermagem. Dimensões ético-legais para o exercício do enfermeiro.

Bibliografia Básica:

GELAIN, I. **Deontologia e enfermagem**. São Paulo: EPU, 2002.
PASCHOAL, A. S. Importância da ética no ensino de Enfermagem. **Cogitare Enfermagem**. 2002, v.7, n. 2.
VALLS, A.L.M. **O que é ética**. 9ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2016.

Bibliografia Complementar:

CIANCIARULLO, T. OGUISSO, T. ZABOLI, E. **Ética e bioética: desafios para a enfermagem**. 2ª Edição. São Paulo-SP: Manole, 2017.
FIGUEREDO, N.M.A.; MACHADO, W.C.A. **Tratado Cuidados de Enfermagem**. São Paulo - SP: ROCA, 2012.
JÚNIOR F. K. **Ética e bioética na enfermagem**. 3ª Edição. Goiânia-GO: Editora AB, 2002.
OGUISSO, T.; SHMIDT, M.J. **O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal**. Rio de Janeiro- RJ: Guanabara Koogan, 2019.
OGUISSO.T. **Trajetória histórica e legal da enfermagem**. São Paulo: Manole, 2005.

FUNDAMENTOS DO CUIDAR I

Ementa: Técnicas e procedimentos básicos de enfermagem: biossegurança, técnicas assépticas, unidade do paciente, higiene e conforto. Introdução à avaliação do estado de saúde da pessoa na fase adulta: sinais vitais. Terminologia básica em saúde. Introdução aos registros de enfermagem.

Bibliografia Básica:

MCEWEN, M. **Bases teóricas para enfermagem**. 4ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016. 590 p.
NETTINA, S. M. **Prática de enfermagem**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
TIMBY, B. K. **Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem**. 8ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar:

ATKINSON, L. D.; MURRAY, M. E. **Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
DOENGES, M. E.; MOORHOUSE, M. F.; GEISSLER, A. C. **Planos de cuidado de enfermagem: orientações para o cuidado individualizado do paciente**. Trad. Isabel Cristina Fonseca da Cruz, Ivone Evangelista Cabral e Márcia Tereza Luz Lisboa. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
LIMA, M. J. **O que é enfermagem**. São Paulo: Brasiliense, 2005. 125 p.
POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de enfermagem**. 9ª Edição. Rio de Janeiro. Elsevier, 2018.
SWEARING, P. **Atlas fotográfico de procedimentos de enfermagem**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FUNDAMENTOS DO CUIDAR II

Ementa: Teorias de Enfermagem aplicadas ao Processo de Enfermagem. Processo de enfermagem: entrevista e coleta de dados junto a indivíduos e famílias e coletividade humana. Exame Físico dos Sistemas Cardiovascular, Respiratório, Gastrointestinal, Endócrino, Linfático, Urinário, Genital, Neurológico e das Condições Mentais. Técnicas Básicas de Enfermagem: sinais vitais, curativos simples, posicionamento no leito e mudança de decúbito.

Referências Básicas:

GEORGE, J.B. et al. **Teorias de enfermagem: os fundamentos para a prática profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
HORTA, W. **Processo de enfermagem**. São Paulo: EPU, 1979.
TANNUERE, M.C. **Semiologia: bases clínicas para o processo de enferamgem**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Referências Complementares:

DOENGES, M. E.; MOORHOUSE, M.F.; GEISSLER, A. C. **Planos de cuidado de Enfermagem: orientações para o cuidado individualizado do paciente**. Trad. Isabel Cristina Fonseca da Cruz, Ivone Evangelista Cabral e Márcia Tereza Luz Lisboa. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
ATKINSON, L.D.; MURRAY, M.E. **Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
CARPENITO-MOYET, L.J. **Diagnóstico de enfermagem: aplicação à prática clínica**. 11ª Edição. Porto Alegre: Artmed; 2009.
NANDA – North American *Nursing Diagnosis Association* **– Diagnóstico de Enfermagem da NANDA: definições e classificações 2018-2020**. Porto Alegre: Artmed, 2018.
WRIGHT, L. M.; LEAHEY, M. **Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Roca, 2010.

FUNDAMENTOS DO CUIDAR III

Ementa: Organização da Assistência de Enfermagem e Processo de Enfermagem. Bases legais aplicadas ao processo de enfermagem. Raciocínio Clínico e Diagnóstico de Enfermagem (Taxonomias: NANDA). Introdução a CIPE. Planejamento da Assistência de Enfermagem: NIC e NOC. Registros de Enfermagem. Princípios da Terapêutica medicamentosa: Conceitos Básicos; Vias de Administração; Técnica para Administração de Medicamentos e Hemoderivados; Cálculos de Diluição Medicamentosa. Técnicas para Prática de Enfermagem: Sondagem gástrica e enteral; sondagem vesical de alívio e de demora; sondagem retal. Técnicas para Curativos: Acesso Venoso Central; Fasciotomia; Drenos (Tórax; Sucção; Penrose). Termoterapia.

Referências Básicas:

ATKISON, L.D.; MURRAY, M.E. **Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 1989.
CARPENITO, L.J. **Diagnóstico de Enfermagem: aplicação à prática clínica**. 11ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.
POSSO, M.B.S. **Semiologia e semiotécnica de enfermagem**. São Paulo: Editora Artheneu, 2006.

Referências Complementares:

CIANCIARULLO, T. I; GUALDA, D. M. R.; MELLEIRO, M.M.; ANABUKI, M. H. **Sistema de assistência de enfermagem: SAE evolução e tendências**. 5ª Edição. São Paulo: Ícone Editora, 2012.
PORTO, CC. **Semiologia médica**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
NANDA. North American Nursing Diagnosis Association. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificações 2018-2020**. Porto Alegre: Artmed, 2018.
MOORHEAD, S.; JOHNSON, M., MASS, M.L.; SWANSON, W. **Classificação dos resultados de Enfermagem (NOC)**. Org. Alba Lúcia Botrura Leite Barros. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J.M.; WAGNER, C.M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ENFERMAGEM I

Ementa: Formação e Gestão dos Serviços de Saúde e Enfermagem. História e teorias e modelos de gestão. Trabalho e competências para a gestão. Aspectos éticos e legais para a gestão do enfermeiro. Planejamento e Gestão no Sistema Único de Saúde. Gestão do enfermeiro em diversos âmbitos da atenção à saúde. Gestão do cuidado.

Bibliografia Básica:

KURCGANT, P. **Administração em enfermagem**.11ª Edição. São Paulo: EPU, 2011.
MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática. 8ª Edição. São Paulo: Artes Médicas, 2015.

VECINA, G.; MALIK, A. M. **Gestão em saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Bibliografia Complementar:

BOHOMOL, E.; GIUNTA, L. **Gerenciamento em serviços de saúde e enfermagem**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.
BURMESTER, H. **Gestão de pessoas em saúde**. São Paulo: Saraiva, 2019.
BUSATO, I.M.S. SUS: **Estrutura organizacional, controle, avaliação e regulação**. Curitiba: Inter Saberes, 2019.
KURCGANT, P. **Gerenciamento em enfermagem**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
SILVINO, Z.R. **Gestão baseada em evidências**. Curitiba: CRV, 2018.

GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ENFERMAGEM II

Ementa: Gerenciamento de recursos materiais. Gerenciamento de recursos físicos e ambientais. Gerenciamento de custos nos serviços de Enfermagem. Gestão de negócios gestão de pessoas. Dimensionamento de pessoal de Enfermagem. Educação permanente e interprofissional. Qualidade de vida no trabalho e saúde do trabalhador.

Bibliografia Básica:

KURCGANT, P. **Administração em enfermagem**.11ª Edição. São Paulo: EPU, 2011.
MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática. 8ª Edição. São Paulo: Artes Médicas, 2015.
VECINA, G.; MALIK, A. M. **Gestão em saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Bibliografia Complementar:

BOHOMOL, E.; GIUNTA, L. **Gerenciamento em serviços de saúde e enfermagem**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.
BURMESTER, H. **Gestão de pessoas em saúde**. São Paulo: Saraiva, 2019.
BUSATO, I.M.S. SUS: **Estrutura organizacional, controle, avaliação e regulação**. Curitiba: Inter Saberes, 2019.
KURCGANT, P. **Gerenciamento em enfermagem**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
SILVINO, Z.R. **Gestão baseada em evidências**. Curitiba: CRV, 2018.
STEFANELLI, M.C.; CARVALHO, E.C.A **Comunicação nos diferentes contextos da enfermagem**. 2ª Edição. São Paulo: Manole, 2012.

NUTRIÇÃO E DIETÉTICA APLICADA À ENFERMAGEM

Ementa: Conceitos básicos em alimentação e nutrição. Promoção da alimentação saudável. Alimentação e nutrição nas diversas fases da vida. Cuidados e orientações gerais de alimentação e nutrição frente às demandas mais frequentes na Atenção Primária à Saúde. Sistema de vigilância alimentar e nutricional. Dietas com consistência modificada. Noções básicas de Terapia Nutricional Enteral e Parenteral. Noções básicas de dietoterapia aplicada à assistência de enfermagem hospitalar. Administração de dientoterapia em Enfermagem.

Bibliografia Básica:

ESCOTT-STUMP, S. **Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento**. 6ª Edição. Barueri: Manole, 2011.
MAHAN, L. K. et al. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia**. 13ª Edição. São Paulo: Elsevier, 2012.
TADDEI, J.A. et al. **Nutrição em Saúde Pública**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN**. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde**. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/protocolo_sisvan.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.
NÓBREGA, F. J. **Distúrbios da nutrição: na infância e na adolescência**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.
SHILS, M. E. **Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença**. 9ª Edição. Barueri: Manole, 2003.

METODOLOGIA CIENTÍFICA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E METODOLÓGICOS DA CIÊNCIA

Ementa: Fundamentos filosóficos da ciência. Fundamentos metodológicos da ciência. Conhecimento e ciência. Enfermagem como ciência. A construção do conhecimento científico. Elaboração e desenvolvimento de pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.
GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3ª Edição. São Paulo: Loyola, 2007.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 9ª Edição. São Paulo: Atlas, 2021.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília- DF: Ministério da Saúde. Disponível em: http://bit.ly/1mTMIS3. Acesso em: 12 de out 2021
BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília-DF: Diário Oficial da União. Disponível em: http://bit.ly/2fmnKeD. Acesso em: 12 de out 2021.
CUNHA, T. R.; PERUZZO l.; MEIRELES, J. M. L. **Ética na pesquisa científica**. Curitiba: PUCPRESS, 2018.
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2021.
MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração; análise e interpretação de dados**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.
MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 12ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014.
PEREIRA, A. F. **Escrita científica descomplicada**. São Paulo: Labrador, 2021.
SEVERINO, A. J. **Metodologia de trabalho científico**. 24ª Edição. São Paulo: Cortez, 2016.
VOLPATO, G. **Ciência da filosofia à publicação**. 7ª Edição. Botucatu: Best Writing, 2019.
VOLPATO, G. **Guia prático para redação científica**. Botucatu: Best Writing, 2015.

PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E BIOSSEGURANÇA

Ementa: Processamento de produtos para a saúde: métodos, etapas operacionais, controle de qualidade, riscos ocupacionais envolvidos e medidas de biossegurança individual e coletiva.

Bibliografia Básica:

MOURA, M.L.P.A. **Enfermagem em centro de material e esterilização**. 2ª Edição. São Paulo: SENAC, 1999.
SILVA A. A.; et al. **Enfermagem na unidade de centro cirúrgico**. 2ª Edição. São Paulo: EPU/EDUSP, 1997.
SOBECC. Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. **Práticas recomendadas da SOBECC: centro cirúrgico, recuperação anestésica e centro de material e esterilização**. 7ª Edição. São Paulo, 2017.

Bibliografia Complementar:

AORN. Association of Perioperative Registered Nurses. **Guideline for perioperative practice**. Denver: AORN, 2017.
CDC. Centers for Disease Control and Prevention. **National Healthcare Safety Net-work (NHSN) Patient Safety Component Manual**, 2018.
GRAZIANO, K.U. **Embalagens de artigos odonto-médico-hospitalares**. In: LACERDA, R.A. (Editor). Controle de infecção em centro cirúrgico. Fatos, mitos e controvérsias. São Paulo: Atheneu; 2003. p. 197-211.
OLIVEIRA, A. C.; CARRARA, D.; ARAÚJO, M. P. S. **Infecção de sítio cirúrgico**. In: OLIVEIRA, A.C.; SILVA, M. V.G. (Editors). Teoria e prática na infecção de sítio cirúrgico. Barueri: Manole, 2015.
PADOVEZE, MC; GRAZIANO, K.U. (Coord). Limpeza, desinfecção e Esterilização de Artigos em Unidades de Saúde. São Paulo: APECIH, 2010.339p.
SOBECC. Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. **Práticas Recomendadas da SOBECC: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização**. 8ª Edição. São Paulo, 2021.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa: Método Científico. Tipos de Pesquisa (qualitativa e quantitativa). Bioestatística. Pesquisa Bibliográfica. Projeto de Pesquisa, relatório de pesquisa. Comitê de ética em pesquisa em seres humanos. Artigo científico. Apresentação de projeto de pesquisa em enfermagem.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, M.C. M. **Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas**. 24ª Edição. Campinas: Papirus, 2011.
GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 6ª Edição. Campinas: Alínea, 2018.
MARCONI, A.M.; LAKATUS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

JUNIOR, J. M. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2008.
MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração; análise e interpretação de dados**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.
MEDEIROS, J. B. **Redação científica**. São Paulo: Atlas, 2014.
PEREIRA, M. G. **Artigos Científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
POLIT, D.F.; BECK, C.T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 9ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2018.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementa: Orientação sobre a redação científica e seus aspectos. Comunicação oral e escrita de um trabalho científico. Redação de artigo científico. Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Boas práticas e recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos científicos.

Bibliografia Básica:

LACERDA, M. R.; COSTENARO, R. G. S. **Metodologias da pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria à prática**. 1ª Edição. Porto Alegre – RS: Moriá, 2016.
KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 33ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2013.182 p.
MARCONI, A.M.; LAKATUS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. 1ª Edição. São Paulo, 2021. 470p.
POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**. 9ª Edição. São Paulo: Artmed, 2018. 456p.
MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração; análise e interpretação de dados**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.
MEDEIROS, J. B. **Redação científica**. São Paulo: Atlas, 2014.
PEREIRA, M. G. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

NÚCLEO ESPECÍFICO – OPTATIVAS

ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ENFERMAGEM

Ementa: Assistência de enfermagem às Necessidades Humanas de terapêutica medicamentosa. Instrumentalização para intervenções de enfermagem para a realização de medicação. Princípios de terapêutica medicamentosa e cálculos de dosagens de medicação. Medicação oral, nasal, ocular, auricular, anal, inalatória e tópica. Técnicas de administração de medicação Abordagem prática da administração de medicações parenterais. Medicação intradérmica, subcutânea, intramuscular e intravenosa. Técnica de punção venosa periférica.

Bibliografia Básica:

GIOVANI, A. M. M. **Enfermagem, cálculo e administração de medicamentos**. 14ª Edição. São Paulo: Editora Rideel, 2012.
GOLDENZWAIG, N. R. S. C. **Administração de medicamentos na enfermagem**. 9ª Edição (revista e atualizada). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
SILVA, M. T.; TARDELLI, S. R.; PRADO, S. R. L. **Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem**. 6ª Edição. São Paulo: Martinari, 2022.

Bibliografia Complementar:

CASSIANI, S. H. B.; et al. Desenvolvimento de um curso on-line sobre o tema administração de medicamentos. **Rev. esc. enferm. USP**, 2003, v. 37, n. 3. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342003000300006. Acesso: em: 16 jan. 2014.

CASSIANI, S. H. B.; et al. Aspectos gerais e número de etapas do sistema de medicação de quatro hospitais brasileiros. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, 2004, v. 12, n. 5. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692004000500012. Acesso em: 16 jan. 2014.
GIOVANI, A. M. M. **Enfermagem: cálculo e administração de medicamentos**. 4ª Edição. São Paulo: Legnar Informática & Editora Ltda, 2009.
ROSA, M. B.; PERINI, E. Erros de medicação: quem foi?. **Rev. Assoc. Med. Bras**., 2003, v. 49, n. 3. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302003000300041. Acesso em: 16 jan. 2014.
SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. **Bruner & Suddarth - Tratado de enfermagem médico- cirúrgica**. Tradução: José Eduardo Ferreira de Figueiredo. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 11. ed. 2008.

ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: REALIDADE E PERSPECTIVAS PARA ATUALIDADE

Ementa: Contexto das políticas públicas de atenção à saúde da mulher no cenário nacional e internacional. Atenção integral a mulher nas diversas fases da vida. Atual cenário da saúde das mulheres e perspectivas para o cumprimento dos objetivos para desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política de atenção integral à saúde da mulher, princípios e diretrizes**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da atenção básica: saúde das mulheres**. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** 1ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama**. Brasília - DF, 2013. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_utero_2013.pdf.
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher**. 2ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_ norma_ tecnica_2ed.pdf.
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada: manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pre-natal_puerperio_atencao_humanizada.pdf.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico**. 5ª Edição. Brasília-DF: Editora do Ministério da Saúde, 2012. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_ alto_risco.pdf.

CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADAS À SAÚDE E BIOSSEGURANÇA

Ementa: Epidemiologia dos micro-organismos multirresistentes. Principais mecanismos de resistência bacteriana. Infecções associada aos cuidados de saúde. Fatores de riscos associados. Ações sistematizadas de enfermagem na perspectiva de micro-organismos multidrogasrresistentes. Protocolos de prevenção e controle de infecções associadas à assistência à saúde. Antimicrobianos e antibióticos. Risco biológico e medidas de precauções básicas para a segurança individual e coletiva no serviço de assistência à saúde.

Bibliografia Básica:

BINSFELD, P.C. **Biossegurança em Biotecnologia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
PERCIVAL, S; CUTTING, H. **Microbiology of wound**. CRC Press, United States of America, NY: 2010.
TAVARES, W. **Antibióticos e quimioterápicos para o clínico**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2020.

Bibliografia Complementar:

ADALETI, R.; et al. Prevalence of phenotypic resistance of Staphylococcus aureus isolates to macrolide, lincosamide, streptogramin B, ketolid and linezolid antibiotics in Turkey. **Braz J Infect Dis**, 2010, v. 14, n. 1, p. 11-14, 2010.
AMORIM, D. M. R.; et al. Resistência induzível à clindamicina entre isolados clínicos de Staphylococcus aureus. **O mundo da Saúde**, 2009, v. 33, n. 4, p. 401-405.
CIENFUEGOS, F. **Segurança no laboratório**. Rio de Janeiro, Editora Interciência, 269 p, 2001.
FOCACCIA, R; VERONESI, R. **Tratado de infectologia**. 2 volumes, 5ª Edição, São Paulo: Atheneu. 2015.
HIRATA, M. H. **Manual de biossegurança**. Barueri, Editora Manole, 496p, 2002.
KEIM, L. S.; et al. Prevalence, aetiology and antibiotic resistance profiles of coagulase negative Staphylcoccus isolated in a teaching hospital. **Brazilian Journal of Microbiology**, 2011, v. 42, p. 248-255.
HINRICHSEN, S. L. **Biossegurança e Controle de Infecções: risco sanitário hospitalar**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
OLIVEIRA, A. C.; CIOSAK, S. I. Infecção de sítio cirúrgico em hospital universitário: vigilância pós-alta e fatores de risco. **Rev. Esc. Enferm. USP**, 2007, v. 41, n. 2, p. 258-263.
ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Ministério da Saúde. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. **Segundo desafio global para a segurança do paciente: Cirurgias seguras salvam vidas**. Rio de Janeiro, 2009.
RIBEIRO, J. C.; et al. Ocorrência e fatores de risco para infecção de sítio cirúrgico em cirurgias ortopédicas. **Acta Paul. Enferm**., 2013, v. 26, n. 4, p. 353-9.
VALLE, S., TELLES, J. L. **Bioética e biorrisco: abordagem transdisciplinar**. Rio de Janeiro, Editora Interciência, 417p., 2003.
VARELLA, M. D.; FONTES, E.; ROCHA, F.G**. Biossegurança e biodiversidade: contexto científico e regulamentar**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

DIDÁTICA APLICADA À ENFERMAGEM

Ementa: Pressupostos epistemológicos, científicos, históricos e teóricos da Didática. Formação pedagógica do enfermeiro. Práticas Educativas. Avaliação da aprendizagem, ferramentas para elaboração de planos de disciplina e de aula. Tendências Pedagógicas. Contribuição da Formação Pedagógica, da Didática e da pesquisa sobre a formação docente do enfermeiro.

Bibliografia Básica:

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 53ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 67ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.
LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2014.
SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42ª Edição. Campinas: Autores Associados, 2012.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
ZANCHET, B. M. B. A.; et al. **Processos e práticas de professores: caminhos possíveis**. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Ementa: A educação permanente no Brasil: o que se tem feito e legislações vigentes. A educação permanente como ferramenta para prevenção de erros na assistência à saúde. Planejamento e execução de ações de educação permanente em saúde. A educação permanente em saúde e o desenvolvimento da equipe de trabalho. Contribuições da educação permanente em saúde na qualidade da assistência prestada ao paciente. Educação permanente em saúde como estratégia de gestão de pessoas e processos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política nacional de educação permanente em saúde**. Série B. Textos Básicos de Saúde, Vol 9. Série Pactos pela Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: < https://segurancadopaciente.com.br/wp-content/uploads/2015/09/rdc-no-36-de-25-de-julho-de-2013.pdf >.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política nacional de educação permanente em Saúde: o que se tem feito para o seu fortalecimento?**. 1ª Edição Revisada. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf >.

MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática. 8ª Edição. São Paulo: Artes Médicas, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, J. R. S.; BIZERRIL, D. O.; SALDANHA, K. G.; ALMEIDA, M. E.L. Educação permanente em saúde: uma estratégia para refletir sobre o processo de trabalho. **Revista da ABENO**, 2016, v.16, n. 2, p. 7-15.
BRASIL. Ministério da Saúde. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. **Assistência Segura: uma reflexão teórica aplicada à prática**. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. 1ª edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2023, 170p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. **Investigação de Eventos Adversos em Serviços de Saúde**. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. 1ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013, 70p.
SILVA, T. A.S.; LOUREIRO, L.H. Segurança do paciente: estratégia de ensino-aprendizagem. **Research, Society and Development**, 2021, v.10, n. 14, p. e348101422199.

ÉTICA EM PESQUISA

Ementa: Ética em Pesquisa: formação, história e conceitos. Princípios e legislação da ética em pesquisa. Sistema CEP/CONEP. Documentos do protocolo de pesquisa. Direitos autorais e plágio.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 20 out 2023.
BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br. Acesso em: 20 out 2023.
GUILHEM, D.; DINIZ, D. **O que é ética em pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Bibliografia Complementar:

JUNIOR, K.F. **Pesquisa saúde: ética, bioética e legislação**. 2ª Edição. Goiânia-GO: AB Editora, 2003.
KOTTOW, M. História da ética em pesquisa com seres humanos. **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, 2008, v. 2, Sup.1, p.Sup.7-Sup.18.
LISBOA, M.T.L. Ética na pesquisa de enfermagem. **Revista Enfermagem Anna Nery**, 2006, v. 10, n. 1, p:9-14.
OGUISSO, T.; SHMIDT, M.J. **O Exercício da enfermagem: uma abordagem ético- legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
OGUISSO.T. **Trajetória histórica e legal da enfermagem**. São Paulo: Manole, 2005.

HISTÓRIA DA SAÚDE E DA ENFERMAGEM

Ementa: História da Saúde no Brasil. História da Enfermagem no Brasil. História, currículo e profissionalização do Enfermeiro no Brasil.

Bibliografia Básica:

GIOVANINI, T.; *et al*. **História da enfermagem: versões e interpretações**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2010.
TEIXEIRA, L.A; PIMENTA, T.S.; HOCHMAN, G. **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018.
TORRES, M.N.B.F.; THERRIEN, S.M.N. **O lugar da história no ensino de enfermagem**. Curitiba: Appris, 2020.

Bibliografia Complementar:

GOMES, A. A. **Identidade profissional e representações sociais**. Curitiba: CRV, 2021.
LIMA, V.V.; PADILHA, R.Q. **Reflexões e inovações na educação de profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: Ateneu,2018.
OLIVEIRA, E.F.S. Representação social da profissão Enfermagem reconhecimento e notoriedade. Barueri SP: Manole, 2018.
SANTOS, A.S.; PASCHOAL, V.D. **Educação em saúde e enfermagem**. Barueri SP: Manole, 2017.
SILVA, M.P.; MALUSÁ, S.; SANTOS, Z. M. S. A. **Ensino de enfermagem**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Ementa: Diáspora africana e formação socioeconômica, cultural e política da sociedade brasileira. Elementos culturais dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Conceitos de gênero, raça, etnia, identidade, classes sociais, políticas públicas, ações afirmativas. Contribuições da população africana, afrodescendente e indígena para a formação histórico/social da sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, L. F. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
ALMEIDA, M. R. C. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
MACEDO, J. R. História da África. São Paulo: Contexto, 2017. Bibliografia Complementar FANON, F. Pele Negra, Máscaras Brancas. Renato da Silveira (Trad.). Salvador: EDUFBA, 2008.

Bibliografia Complementar:

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. KI- ZERBO, J. (Editor). História geral da África I: metodologia e pré-história da África. 2° edição revista. Brasília: UNESCO, 2010.
FERNANDES, E.; CINEL, N.C.B. & LOPES, V.N. (orgs). Da África aos indígenas do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
HALL, S. Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais. Trad. de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

INTERPRETAÇÃO DE EXAMES

Ementa: Análise e interpretação de exames laboratoriais. Correlação clínico-laboratorial das principais alterações hematológicas, imunológicas, bioquímicas, metabólicas, infecciosas e parasitárias.

Bibliografia Básica:

LIMA, A. O.; SOARES, J. B.; GRECO, J. B.; GALIZZI, J.; CANÇADO, J. R. **Métodos de laboratório aplicados à clínica: técnica e interpretação**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
MCPHERSON, R. A.; PINCUS, M. R. (Editores). **Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry**. 21ª Edição. Barueri: Manole, 2012.
MOURA, R. A.; WADA, C. S.; PURCHIO, A.; ALMEIDA, T. V. **Técnicas de laboratório**. 3ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2008.

Bibliografia Complementar:

KANAAN, S. **Laboratório com interpretações clínicas**. 1ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2019.
MILLER, O.; GONÇALVES, R. R. **Laboratório para o clínico**. 8ª Edição. São Paulo: Atheneu, 1998.
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE. **Manual de coleta em laboratório clínico.** 3ª Edição. 2019. Disponível em: https://pncq.org.br/wp-content/uploads/2020/05/PNCQ-Manual_de_Coleta_2019-Web-24_04_19.pdf. Acesso em 29 mar 2022.
WILLIAMSON, M. A.; SNYDER, L. M. **Wallach interpretação de exames laboratoriais**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
XAVIER, R.M.; ALBUQUERQUE, G.C.; BARROS, E. **Laboratório na prática clínica: consulta rápida**. 2ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

LIBRAS I - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I (ÁREA DA SAÚDE).

Ementa: Concepções sobre Língua de Sinais. Noções básicas de Libras (Língua Brasileira de Sinais) no contexto específico da área da saúde. Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras através do uso de estruturas comunicativas elementares.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, E. C.; *et al*. **Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS**. Rio de Janeiro: Revinter, 2013.
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **Libras em contexto: curso básico**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2001. 187 p. Disponível em: https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf. Acesso em: 05 jan 2020.
GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?- Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.
PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. **Curso de LIBRAS 1: iniciante**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2013.

Bibliografia Complementar:

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. **Novo deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, baseado em linguística e neurociência cognitivas**. Vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
PEREIRA, M. C. C.; VIEIRA, M.I.; CASPAR, P.; NAKASATO, R. **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

PERSPECTIVAS PARA O ENFERMEIRO COMO PROFISSIONAL AUTÔNOMO LIBERAL

Ementa: Aspectos éticos e legais do Enfermeiro como profissional liberal e autônomo. Gestão das organizações dos serviços de saúde. Gestão de negócios. Gestão de custos gestão de pessoas. Marketing e comunicação.

Bibliografia Básica:
BURMESTER, H. **Gestão de pessoas em saúde**. São Paulo: Saraiva, 2019.
OGUISSO, T.; SHMIDT, M.J. **O exercício da enfermagem: uma abordagem ético- legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
SCARPI, M. J. **Administração em saúde**. Rio de Janeiro: Editora DOC, 2015.

Bibliografia Complementar:
BOHOMOL, E., GIUNTA, L. **Gerenciamento em serviços de saúde e enfermagem**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.
MOSCA, H.M.B.; CEREJA, J.R.; BASTOS, S.A.P**. Gestão de pessoas nas organizações contemporâneas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
SILVINO, R.Z. **Gestão baseada em evidências**. Curitiba: CRV, 2018.
STEFANELLI, M. C.; CARVALHO, E. C. **A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem** 2ª Edição. São Paulo: Manole, 2012.
VECINA, G.; MALIK, A. M. **Gestão em saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

PRÁTICAS DE ENFERMAGEM BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NO ÂMBITO HOSPITALAR

Ementa: Organização da Assistência de Enfermagem e Processo de Enfermagem em pessoas adultas com doenças crônicas e agudas mais prevalentes em nosso País e em âmbito hospitalar.

Referências Básicas:
ATKISON, L.D.; MURRAY, M.E. **Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 1989.
CARPENITO, L.J. **Diagnóstico de enfermagem: aplicação à prática clínica**. 11ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.
POSSO, M.B.S. **Semiologia e semiotécnica de enfermagem**. São Paulo: Editora Artheneu, 2006.

Referências Complementar:
BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J.M.; WAGNER, C.M. **Classificação das intervenções de enfermagem (NIC)**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
CIANCIARULLO, T. I; GUALDA, D. M. R.; MELLEIRO, M.M.; ANABUKI, M. H. **Sistema de assistência de enfermagem: SAE evolução e tendências**. 5ª Edição. São Paulo: Ícone Editora, 2012.
MOORHEAD, S.; JOHNSON, M., MASS, M.L.; SWANSON, W. **Classificação dos resultados de enfermagem (NOC)**. Alba Lúcia Botrura Leite Barros (Org.). 5ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
NANDA. North American Nursing Diagnosis Association. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificações 2018-2020**. Porto Alegre: Artmed, 2018.
PORTO, CC. **Semiologia médica**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PRÁTICAS DE ENFERMAGEM BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Ementa: Conceito e implicações da saúde baseada em evidências na Atenção Primária a Saúde (APS). Diretrizes norteadoras da saúde baseada em evidências na APS. Formulação da questão clínica na Saúde da Família. Tomada de decisão baseada na evidência. Delineamento das diferenças entre pesquisas bibliográficas: narrativa, integrativa, revisão sistemática e revisão de escopo. Instrumentos para avaliação na APS.

Bibliografia Básica:
GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O. Prática baseada em evidências: estratégias para sua implementação na enfermagem. **Rev Bras Enferm**, 2003, v. 56, n. 1; p. 57-60. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n1/a12v56n1 Acesso em: 12 dez 2022.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e

Tecnologia. **Diretrizes metodológicas: Sistema GRADE – Manual de graduação da qualidade da evidência e força de recomendação para tomada de decisão em saúde**. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em; http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_metodologicas_sistema_gra de.pdf Acesso em: 12 dez 2022.
SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G.; FERRAZ, L. A prática baseada em evidência no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, 2018, v. 42, n. 118 [S. l.], p. 594–605. Disponível em: https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/43. Acesso em: 12 dez. 2022.

Referência Complementar:

CALIRI, M. H. L.; MARZIALE, M. H. P. A prática de enfermagem baseada em evidências: conceitos e informações disponíveis online. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2000, v. 8, n. 4, [S. l.], p. 103-104. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/1490. Acesso em: 12 dez 2022.
GALVÃO, T. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiol e Serviços Saúde**, 2015, v. 24, n. 2, p. 335-42.
LACERDA, M. R.; COSTENARO, R. G. S. **Metodologias da pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria à prática**. Cap. 2: 51-76, 1ª Edição. Porto Alegre - RS: Moriá [internet], 2016. Disponível em: https://issuu.com/moriaeditoraltda/docs/metodologias_issuu2. Acesso em 12 de dez de 2022.
SANTOS, E. R. R.; LEITE, A. F. B; SILVA; A. P. S. C. **A tomada da decisão no cotidiano do gestor da saúde: tecnologias, instrumentos e estratégias de atuação**. Coleção Livro Texto 2018. Recife: Ed. UFPE, 2018.
SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G.; FERRAZ, L. Prática Baseada em Evidências e a análise sociocultural na Atenção Primária. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 2020, v. 30, p. e300232. Acesso em 12 dez 2022.

POSSIBILIDADES PARA O PROCESSO DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Ementa: Conceitos, histórico e aspectos legais da organização da assistência de enfermagem e do Processo de Enfermagem. Tipos de Sistematização da Assistência de Enfermagem vigentes no cenário brasileiro. Processo de Enfermagem. Elaboração de roteiros de coletas de dados utilizando modelos teóricos em enfermagem. Raciocínio diagnóstico. Diagnóstico de enfermagem. Intervenções de enfermagem. Avaliação de Enfermagem. Taxonomias em Enfermagem.

Bibliografia Básica:

DOENGES, M. E.; MOORHOUSE, M. F.; GEISSLER, A. C. **Planos de cuidado de enfermagem. Orientações para o cuidado individualizado do paciente**. Isabel Cristina Fonseca da Cruz, Ivone Evangelista Cabral e Márcia Tereza Luz Lisboa (Trad.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
JOHNSON, M.; MOORHEAD, S.; BULECHEK, G.; et al. **Ligações entre NANDA, NOC e NIC – diagnósticos, resultados e intervenções**. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.
NANDA – North American Nursing Diagnosis Association. **Diagnóstico de enfermagem da NANDA: definições e classificações 2015-2017**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

Bibliografia Complementar:

BARROS, A. L. B. L.; et al. **Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
CARPENITO, L.J. **Diagnósticos de enfermagem. Aplicação à prática clínica**. 11ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.
BULECHEK, G. M**.,** ***et al.*** **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. Trad. Regina Machado Garcez. 6ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
MOORHEAD, S.; JOHNSON, M.; MAAS, M. (Org.). **Classificação dos Resultados de Enfermagem – NOC**. 4ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2016.
TANNURE, M.C. **SAE: sistematização da assistência de enfermagem**. 2ª Edição. Guanabara, 2019.

PROCESSO DE ENFERMAGEM EM FERIDAS, DRENOS E LESÕES POR ADESIVOS MÉDICOS

Ementa: O cuidado de enfermagem com adultos e idosos sob agravos de feridas agudas e crônicas, drenos e lesão por adesivo médico - MARSI. Metodologia da assistência de enfermagem aplicada ao adulto e ao idoso com feridas, curativos e adesivos médicos. Procedimentos e métodos diagnósticos em pessoas com agravos clínicos no ambiente hospitalar relacionados às principais feridas, drenos e adesivos. Intervenções de enfermagem a pessoas sob cuidados em unidades de saúde.

Bibliografia Básica:

DEALEY, C. **Cuidando de feridas: um guia para as enfermeiras**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.
NANDA. NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação, 2021-2023**. 12ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2021.
PETENUSSO, M.; KRIEGER, D. **Manual de Saúde Para Manuseio de Sondas, Drenos e Cateteres**. 1ª Edição. São Caetano do Sul – SP: 2016. 240 p.

Bibliografia Complementar:
ATKIN, L.; BUĆKO, Z.; CONDE, M. E.; et al. Implementing TIMERS: the race against hard-to-heal wounds. **J Wound Care,** 2019, v. 28, n. 3 (Suppl 3):S1–S49. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331541540_Implementing_TIMERS_The_race_against_hard-to-heal_wounds/link/5c9a2a5545851506d72c6a8c/download. Acesso em 30 marc 2023.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do pé diabético**. Brasília – DF: Ministério da Saúde, 2016. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_do_pe_diabetico.pdf. Acesso em 30 mar 2023.
BULECHEK, G. M**.,** ***et al.*** **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. Trad. Regina Machado Garcez. 6ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
MURPHY, C.; ATKIN, L.; SWANSON, T.; et al. International consensus document. Defying hard-to-heal wounds with an early antibioilm intervention strategy: wound hygiene. **J Wound Care**, 2020, v. 29 (Suppl 3b):S1–28. https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/134/dffba1c97281125bbcb2e9f1e3a947a6.pdf. Acesso em 30 mar 2023.
MOORHEAD, S.; JOHNSON, M.; MAAS, M. **Classificação dos resultados de enfermagem (NOC).** Marta Avena (Trad.). 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed; 2016.
IWII. International Wound Infection Institute. **Wound Infection in Clinical Practice**. Wounds International. 2022. Disponível em: https://gneaupp.info/wp-content/uploads/2022/05/iwii-cd-2022-web.pdf. Acesso em 30 mar 2023.
SBD. Sociedade Brasileira de Diabetes. **Autocuidado e DM em tempos de Covid**. Disponível em: https://www.diabetes.org.br/data/ebook/Autocuidado_e_Diabetes_em_tempos_de_COVID_19_Ebook_SBD.pdf. Acesso em 30 mar 2023.

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DO ADULTO E IDOSO

Ementa: Sexualidade humana em todos os ciclos da vida. Saúde sexual e reprodutiva das pessoas com deficiência, portadores de doenças crônicas e infecciosas. Atribuições dos profissionais de saúde com enfoque na saúde sexual e reprodutiva. Direitos sexuais e reprodutivos.

Bibliografia Básica:
ALBUQUERQUE, M. T. C.; ALBUQUERQUE J. A. G. **História da sexualidade**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: PAZ & Amp; Terra, 2017.
LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 8ª Edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. 189p.
SALGADO, R. G.; MARIANO, C. L. S.; SOUZA, L. L. **Gênero, sexualidade, diversidade e educação**. Cuiabá- MT: UFMT, 2016. 225p.

Bibliografia Complementar:
BRASIL. Ministério da Saúde. **Cuidando de adolescentes na rede cegonha: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva.** Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015. 44p. Disponível em: https://central3.to.gov.br/arquivo/420156/. Acesso em 22 mar 2023.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, caderno n. 2. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009. 52 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em 22 mar 2023.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência.** Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009, 96 p. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_sexuais_integralidade_pessoas_deficiencia.pdf. Acesso em 22 mar 2023.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Cadernos de Atenção Básica, n. 26. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013, 300 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em 22 mar 2023.
BRASIL. Ministério da Saúde. S**aúde sexual e saúde reprodutiva: os homens como sujeitos de cuidado**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2018, 56 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_reprodutiva_homens_cuidado.pDf. Acesso em 22 mar 2023.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Ementa: Conceitos básicos de informação em saúde. Comunicação em saúde. Sistema de informação como indicador de qualidade da assistência. Principais indicadores relacionados à saúde: uso e limitações. Sistemas de informação de bases de dados nacionais. Desenvolvimento de habilidade para uso do TABNET/TABWIN. Organização e gestão de Sistemas de informação em Saúde.

Bibliografia Básica:
MEDRONHO, R. A. **Epidemiologia**. 2ª Edição. São Paulo: Atheneu, 2009.
PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e saúde**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013.

Bibliografia Complementar:
BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Goiás. **ASIS - Analise de Situação de Saúde**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/asis_analise_situacao_saude_volume_1.pdf. Acesso em 12 mar 2023.
BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf. Acesso em 12 mar 2023.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 1.768, de 30 de julho de 2021**. Altera o anexo XLII da Portaria de consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1768_02_08_2021.html. Acesso em 22 mar 2023.
PRADO, E.P.; CASTRO, R. P. S.; ALBUQUERQUE, J.P. Barreiras na implantação de sistemas de informação de uma instituição de saúde: A importância dos fatores humanos e de gerenciamento. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, 2010, v. 1, n. 1, p. 1-13. Disponível em: https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/18. Acesso em 22 mar 2023.
REDE. Rede Interagencial de Informação para a Saúde. **Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. 2ª Edição. Brasília-DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf. Acesso em 22 mar 2023.

SEGURANÇA DO PACIENTE

Ementa: Segurança do Paciente em instituições de saúde. Aspectos conceituais, evolução histórica, taxonomias, teorias. Cultura de segurança em instituições de saúde. A segurança para o paciente de acordo com a legislação vigente: protocolos de identificação do paciente, prevenção de quedas e lesões por pressão, segurança medicamentosa e de prescrições, prática de higiene das mãos e cirurgias seguras.

Bibliografia Básica:
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC036, de 25 de julho de 2013.** Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências Brasília-DF: Diário Oficial da União, no 143 de 26 de julho de 2013.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. 8ª Edição. Brasília, 2010. 816p.
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Assistência segura: uma reflexão teórica aplicada à prática**. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde Brasília. 1ª Edição. 168p. 2017.

Bibliografia Complementar:
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Critérios Diagnósticos de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde, 1ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013. 84 p.
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. 1ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013. 92p.
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Investigação de Eventos Adversos em Serviços de Saúde. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde**. 1ª Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017.
ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Segundo desafio global para a segurança do paciente:** Cirurgias seguras salvam vidas (orientações para cirurgia segura da OMS) / Organização Mundial da Saúde; tradução de Marcela Sanchez Nilo e Irma Angélica Duran – Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, 1ª Edição, 216p, 2009.

TANATOLOGIA: EDUCAÇÃO PARA LIDAR E CUIDAR NA MORTE

Ementa: Discussão e reflexão sobre as implicações científicas, religiosas, éticas e estéticas da morte e do morrer. O morrer e seus enigmas. As dimensões do fenômeno morte e morrer. Enfrentamento pessoal e profissional da morte. Aspectos técnicos e operacionais diante da morte.

Bibliografia Básica:

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. (Trad. Paulo Menezes). São Paulo: Editora WML Martins Fontes, 2017.
SANTOS, F.; INCONTRI, D. (org.) **A Arte de Morrer**: visões plurais. Bragança Paulista - SP: Editora Comenius, 2007.
SANTOS, F. S. **Cuidados Paliativos**: diretrizes, humanização e alívio de sintomas. Franklin Santana, (org.) São Paulo: Atheneu, 2011.

Bibliografia Complementar:

ARIÉS, P. O. **Homem Perante a Morte**. Portugal. Publicações Europa América, 1988.
BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis- SP: Vozes, 1999.
MENEZES, R.A. **Em busca da Boa Morte**: Antropologia dos Cuidados Paliativos. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
MALDONADO, M.T.; CANELLA, P. **Recursos de relacionamento para profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2003.
RODRIGUES, J. C. **Tabu da Morte**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE COMO UMA DIMENSÃO HUMANA NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA

Ementa: O papel sociocultural e a implementação da Religiosidade/Espiritualidade na atenção à saúde. Reflexões sobre o papel da Religiosidade/Espiritualidade no cuidado em saúde e suas potencialidades para a ampliação do conhecimento científico e o delineamento de intervenções que objetivem o cuidado integral e humanizado.

Bibliografia Básica:

JAMES, W. **As variedades da experiência religiosa**: Um estudo sobre a natureza humana. São Paulo, SP: Cultrix, 2017.
KOENING, H. G. **Espiritualidade no cuidado com o paciente**. Editora: Fé, 2012.
MARINO JÚNIOR, R. **A religião do cérebro**: as novas descobertas da neurociência a respeito da fé humana. São Paulo: Editora Gente, 2005.

Bibliografia Complementar:

SÁ, A. C.; PEREIRA, L. L. **Espiritualidade na enfermagem brasileira**: Retrospectiva histórica. O Mundo da Saúde, 2007.
SALIMENA, A. M. O.; FERRUGINI, R. R. B.; MELO, M. C. S. C.; AMORIM, T. V. Compreensão da espiritualidade para os portadores de transtorno mental: Contribuições para o cuidado de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, 2016, v. 37, n. 3, p. e51934. DOI:10.1590/1983-1447.2016.03.51934.
SCORSOLINI-COMIN, F.; ROSSATO, L.; CUNHA, V. F.; CORREIA-ZANINI, M. R. G.; PILLON, S. C. Religiosity/Spirituality as a resource to face COVID- 19. **RECOM - Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, 2020, v. 10, p. e3723. DOI:10.19175/recom.v10i0.3723.
TEIXEIRA, E. F.B.; MULLER, M. C.; SILVA, J. T. (orgs.). **Espiritualidade e qualidade de vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
VASCONCELOS, E. M. **Espiritualidade no Trabalho em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.

24. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de enfermagem, e dá outras providências. Brasília-DF: 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm. Acesso em: 05 mar 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987**. Dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília-DF: 1987. Disponível em: http://ro.corens.portalcofen.gov.br/decreto-n-9440687-dispoe-sobre-o-exercicio-daenfermagem-e-da-outras-providencias_767.html. Acesso em: 05 mar 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Brasília-DF: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 mar 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília-DF: 1990. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm. Acesso em: 06 mar 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília-DF: 1999. Disponível em: https://www.ibram.df.gov.br/images/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental/LEI%20FEDERAL%20N%C2%BA%209795%20DE%2027%20DE%20ABRIL%20DE%201999%20-%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.pdf. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília-DF: 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20

3.298%2C%20DE%2020,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília – DF: 2001. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_CES03.pdf?query=Curr%C3%ADculos. Acesso em: 05 mar 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília-DF: 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1990, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília-DF: 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%2025,Ambiental%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 219 de 07 de julho de 2002**. Aprova as alterações propostas para o Estatuto da Universidade Federal de Goiás para compatibilização com a LDB 9.394 de 20 de janeiro de 1996. Brasília-DF: 2002. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN2192002.pdf?query=162/1997-CEE/MS. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étinico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF: 2004. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_res01_04.pdf?query=etnico%20racial. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília-DF: 2004.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior. Coordenação Geral de Relações Acadêmicas de Graduação. **Programa de Educação Tutorial – PET: manual de orientações básicas**. Brasil, Brasília-DF: 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_manual_basico.pdf. Acesso em: 29 mai 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Goiás. **Resolução CONSUNI nº 15/ 2007**. Cria o curso de graduação em Enfermagem no Campus Jataí da UFG. Goiânia, UFG: 2007. Disponível em: https://www.ufg.br/n/63397-resolucoes. Acesso em: 05 mar 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília-DF: 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT; aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.384, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília-DF: 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 22 abr 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 4, de 06 de abril de 2009**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: https://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2013/01/resolucao-cne-ces-004-abril-2009.pdf.pdf.

Acesso em: 07 mai 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília-DF: 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 08 / 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília-DF: 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília-DF: 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Ambiental. Brasília – DF: 2012. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22012.pdf?query=CURRICULO. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília-DF: 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014.** Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília-DF: 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF: 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. **Portaria interministerial nº 1.127, de 04 de agosto de 2015**. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://www2.ufjf.br/icvgv//files/2017/06/2.-Portaria-Interministerial-N%c2%ba-1.127-DE-04-de-Agosto-de-2015.pdf. Acesso em: 25 mai 2024.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoa com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília-DF: 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 08 jun 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 573, de 31 de janeiro de 2018.** Aprova o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem. Brasília-DF: 2018. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573.pdf. Acesso em: 03 mar 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.635 de 20 de março de 2018**. Cria a Universidade Federal de Jataí, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás. DOU de 21 de mar 2018. Brasília-DF: 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13635.htm. Acesso em: 05 de mar 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e Regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília- DF: 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 10 abr 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.991, DE 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm#art35. Acesso em 05 mai 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos

Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020**. Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.506-de-2-de-outubro-de-2020-281071682. Acesso em 05 mai 2023.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Subchefia para Assuntos Jurídicos Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília-DF: 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14874.htm#:~:text=Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre%20princ%C3%ADpios,em%20Pesquisa%20com%20Seres%20Humanos. Acesso em 08 jun 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em: 05 mar 2023.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem**. Resolução COFEN nº 564 de 06 de novembro de 2017**. Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. COFEN; Brasília-DF: 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 05 mar 2023.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN nº 0509 de 04 de abril de 2016**. Dispões sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica, pelo Serviço de Enfermagem, bem como, as atribuições do Enfermeiro Responsável Técnico e da outras providências. COFEN; Brasília-DF: 2016. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05092016-2_39205.html. Acesso em: 09 jun 2023.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Parecer Normativo nº 004 de 18 de julho de 2017**. CTLN-CTEP, Legislação, Matérias, Disciplinas Privativas do Enfermeiro no Ensino de Enfermagem.

Ensino Superior e Ensino Técnico. COFEN; Brasília-DF: 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/parecer-normativo-no-0042017_53606.html. Acesso em: 09 jun 2023.

CONAES. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília-DF: 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192. Acesso em: 08 jun 2024.

ENADE. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. **Relatório de IES. Universidade Federal de Goiás (Jataí)**. INEP/MEC. Brasília-DF: 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/388/o/Relat%C3%B3rio_UFG_REJ_ENADE_2019.pdf. Acesso em: 08 jun 2024.

Universidade Federal de Goiás (UFG). **Resolução CEPEC nº 828/2007**. Regulamenta a participação de estudantes de graduação em Programa de Intercâmbio Internacional em Instituição de Ensino Superior. Goiânia-GO: 2007. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/92/o/Resolucao_CEPEC_2007_0828.pdf. Acesso em: 31 mai 2024.

Universidade Federal de Goiás (UFG). **Resolução CEPEC nº 1.312 de 05 de outubro de 2014**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem, grau acadêmico Bacharelado, modalidade presencial, da regional Jataí, para os alunos ingressos a partir de 2014. Goiânia-GO: 2014. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/194/o/Resolucao_CEPEC_2014_1312_novo_PPC_novo.PDF. Acesso em: 05 mar 2023.

Universidade Federal de Goiás (UFG). **Resolução CEPEC/UFG nº 1791, de 07 de outubro de 2022**. Aprovada o Regulamento Geral de Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO: 2022. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2022_1791.pdf. Acesso em: 26 Abr 2023.

Universidade Federal de Goiás (UFG). **Resolução CEPEC/UFG nº 1849 de 08 de dezembro de 2023**. Regulamenta a participação de estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e internacionais em programas de mobilidade acadêmica internacional nas modalidades presencial e virtual. Goiânia-GO: 2023. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/92/o/Resolucao_CEPEC_2023_1849.pdf. Acesso em: 31 mai 2024.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). Coordenação de Currículo, Avaliação e Revalidação de Diploma. **Instrução Normativa nº 01/2020R**. Normatiza as Diretrizes para Elaboração e Submissão de Projeto

Pedagógico de Curso (PPC) na Universidade Federal de Jataí. Jataí-GO: 2022. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/388/o/Publicada_IN__Diretrizes_para_Elabora%C3%A7%C3%A3o_de_PPCs_UFJ.pdf. Acesso em: 08 jun 2024.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). Conselho Universitário da Universidade Federal de Jataí. **Resolução CONSUNI nº 002 de 24 de março de 2021.** Disciplina o relacionamento entre a Universidade Federal de Jataí e as suas Fundações de Apoio e estabelece os procedimentos operacionais, orçamentárias e financeiras de projetos acadêmicos, desenvolvidos com a finalidade de apoiar a instituição. Jataí-GO: 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/826/o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Consuni._UFJ_002.2021._Funda%C3%A7%C3%B5es_de_Apoio.24.03.2021.pdf. Acesso em: 08 jun 2024.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). Conselho Universitário da Universidade Federal de Jataí. **Resolução CONSUNI nº 005 de 31 de março de 2021**. Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação da UFJ e dá outras providências. Jataí-GO: 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/194/o/Resolucao.005.2021.regulamenta.NDE_GERAL_UFJ.pdf. Acesso em: 31 mai 2024.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). Conselho Universitário da Universidade Federal de Jataí. **Estatuto – Aprovado pela Portaria MEC nº 80, de 22 de março de 2022**. Jataí-GO: 2022. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/464/o/ESTATUTO_APROVADO_UFJ.pdf. Acesso em: 08 jun 2024.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). Conselho Universitário da Universidade Federal de Jataí. **Resolução CONSUNI nº 005/2022**. Regulamenta atividades de extensão curricularizáveis nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFJ. Jataí-GO: 2022. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/881/o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Consuni.005.2022._Curricula riza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o.aprovada.30.03.2022.pdf?1648816392. Acesso em: 10 abr 2023.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). Sistema de Bibliotecas. **Política de desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da UFJ**. Jataí-GO: 2022. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1336/o/Pol%C3%ADtica_de_Desenvolvimento_de_Cole%C3%A7%C3%B5es_-_SIBI_UFJ.pdf. Acesso em: 20 mai 2023.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). Conselho Universitário da Universidade Federal de Jataí. **Resolução nº 010 de 10 de maio de 2023**. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal de Jataí. Jataí-GO: 2023. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/464/o/Regimento.Completo.pdf?1684254251. Acesso em: 23 fev 2024.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023-2027) da Universidade Federal de Jataí**. Jataí-GO: 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1IRYGwG9CD7rfCYwtMDDxByaYj242grl7/view. Acesso em: 31 mai 2024.

Universidade Federal de Jataí (UFJ). **Resolução CONSUNI nº 019/2023**. Regulamenta os Projetos de Ensino no âmbito da Universidade Federal de Jataí. Jataí-GO: 2023. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/388/o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Consuni.019.2023.Projetos_de_Ensino.aprovada.11.10.2023_%281%29.pdf. Acesso em: 08 jun 2024.